



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Franca

Anna Frias

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO E
RENDIA: Uma análise acerca do município de Franca/SP**

FRANCA

2019

ANNA FRIAS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO E
RENDA:**

Uma análise acerca do município de Franca/SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, como exigência para a obtenção de título de mestre mediante avaliação de arguição pública.

Linha de pesquisa: Instituições, Governança e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille

**FRANCA
2019**

F897e

Frias, Anna

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA
PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA :
Uma análise acerca do município de Franca/SP / Anna
Frias. -- Franca, 2019
158 p. : tabs. + 1 CD-ROM

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca

Orientador: Luis Alexandre Fuccille

1. Economia Solidária. 2. Políticas Públicas. 3.
Franca/SP. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANNA FRIAS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO E
RENDA: Uma análise acerca do município de Franca/SP**

Dissertação para Exame de Defesa apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Presidente/Orientador: _____

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille – UNESP

1º Examinador: _____

Profª Drª Edvânia Ângela de Souza Lourenço - UNESP

3º Examinador: _____

Profª Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos – Uni-FACEF

Franca, _____ de _____ de 2019.

FRIAS, Anna. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO E RENDA: Uma análise acerca do município de Franca/SP. 2019. 158 fls. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Linha de pesquisa: Instituições, Governança e Desenvolvimento. Franca, 2019.

Dedico este trabalho a todos que se negam a aceitar as opressões cotidianas, que travam lutas e acreditam em uma ordem societária que corresponda às nossas necessidades de uma vida plena de sentidos: “não queremos apenas o direito ao pão, mas também, à poesia”.

Agradecimentos

“‘Entre a raiz e o fruto, há o tempo’, escreveu Carlos Drummond de Andrade. Esse tempo de que nos fala o poeta representa a soma das múltiplas determinações, desejos e projetos que nos impulsionam a realizações e que só poderá ser profícuo se os resultados puderem ser compartilhados pelos vários atores que participam de nossa realidade comum, todos intervindo de forma efetiva em uma construção comunitária”. Com essa passagem do CRESS/SP, da gestão 2002-2005, inicio meus agradecimentos com a compreensão de que “agradecer” é um ato de reconhecimento. É compreender que, na multiplicidade das coisas, para sermos o que somos, necessitamos dos afetos cotidianos: simbólicos, presentes ou espaçados.

Ao decorrer desta caminhada, especificamente desde minha aprovação no programa de mestrado em “Planejamento e Análise de Políticas Públicas”, muitas foram as dificuldades encontradas para conseguir chegar até aqui. Como todo estudante e trabalhador, arcamos com muitas cobranças pela qualidade da pesquisa, até mesmo em momentos que não há qualidade em nossas próprias vidas.

Traçamos objetivos e tentamos ao máximo dar o nosso melhor; todavia, nada é tão simples como imaginamos que poderia ser. Por isso, antes de tudo, parabeno e me solidarizo com aqueles camaradas que conseguiram finalizar esta etapa, e, mais ainda, àqueles que não conseguiram: nossa força também se concentra em dizer “não” àquilo que nos adoece, nos tira a paz.

Volto estes votos de agradecimento aos que efetivamente fizeram a diferença para que eu pudesse desenvolver esta dissertação, durante esse processo em minha vida, mas meu coração é muito “grande” e tem muitas outras pessoas especiais que não citarei, tão somente pela praxe dos agradecimentos acadêmicos.

Agradeço, primeiramente, ao meu professor, orientador, e muitas vezes amigo, Alexandre Fuccille, pela confiança, pela força, compreensão e grandes ensinamentos, que fez com que eu enxergasse a defesa da minha pesquisa como um *ato de resistência* em tempos tão difíceis para os sonhadores, de tanta inquietação, e não apenas mero cumprimento formal para recebimento de um título.

Agradeço também à professora Edvânia, que esteve presente em minha qualificação e defesa e proporcionou verdadeiras aulas durante suas colocações, de forma tão sensível e humana. Grande companheira!

Ao professor Agnaldo, tão sensível diante das demandas dos mestrados, e que realmente se preocupa com a saúde mental dos discentes. Nosso trabalho também é parte sua!

Agradeço aos companheiros de academia que se esforçaram para voltar suas pesquisas àqueles que realmente merecem dedicação, a classe trabalhadora. Especialmente, à Pâmela, mulher guerreira e desbravada, que diante de sua bravura me fez capaz de lidar com doçura aos seus encantos de menina-mulher, e também tanto me protegeu. À Vivi, que lindamente se tornou meu porto seguro em momentos de quase desistência diante do processo da escrita. Mestre Eli, negro militante, forte e apaixonante. Aos Jorges, Gui e Flávia por oportunizar esperança de visões mais humanitárias dentro do programa de mestrado.

À Leandrah, amiga guerreira que me ofereceu conforto no pouso, nas palavras, no abraço, e a quem eu confio traços e “marcas” eternas de travessias e superações da vida.

Ao camarada Tito, alavanca de superação de meus sentimentos mais confusos, a quem eu recorro sempre para retomar a leveza e garra da vida.

À Carol, com seu jeito meigo e encantador que me acolheu por diversas vezes, durante uma vivência bastante singela de minha vida. Ao Bruno e à Dani, que ouviram tantas lamentações e me fortaleceram com suas amizades sinceras.

Aos companheiros de casa e vida: Laís, Larinha, Caio e Letícia, que com palavras ou gestos me fizeram superar muitas tristezas e proporcionaram os sentimentos mais valiosos que carreguei em mim. Ramires, Firmeza e João, com trocas e debates sobre o sentido das coisas e companheirismo necessário. À quase agregada Chloe, a francesinha mais brasileira e mais fofa que conheci; obrigada!

Agradeço também à pessoa que mais recentemente me ajudou em alguns momentos e não me deixou cair: Rodrigo.

Ao camarada Téo, pelas tardes, pelas palavras de carinho e dureza, discussões e camaradagem; e por me apresentar ao Marcos, que me proporcionou acesso a uma diversidade de leituras e afeto (tão prontamente!).

E, sobretudo, agradeço à minha família, a quem eu aprendi a valorizar a presença e a falta, ao aprendizado sobre o que é respeito, e por nunca, nunca, me negarem suas mãos para que

eu me levantasse: minha mãe, meu irmão, meu pai, e aos mais novos integrantes, minha cunhada Fran e meu sobrinho Pedrinho Maeva. Vocês me proporcionam a capacidade de continuar sempre, são a luz dos meus olhos, e meus mais verdadeiros e unicamente eternos amores.

Com amor, agradeço cada um de vocês. Sem nossa caminhada conjunta, seja em momentos específicos ou permanentes de minha vida, nada disso seria como foi; causaram *revoluções* em minha visão de homem e de mundo e em minha perseverança diante da grandeza e da sensibilidade em suas passagens, assim como em minha disposição a permitir-me.

A vocês, digo:

"[...] Se tivesse que começar outra vez, tentaria evitar este ou aquele erro, mas o decurso geral da minha vida permaneceria inalterado. Morrerei sendo um revolucionário proletário, um marxista, um materialista dialético e um ateu irreconciliável. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é hoje menos ardente (antes, mais firme) do que era nos dias de minha juventude. A vida é bela, os sentidos celebram sua festa... Que as gerações futuras limpem a vida de todo o mal, de toda a opressão e violência, e desfrutem dela com plenitude."

Liev Davidovitch – León Trotsky, em “O Homem que amava os cachorros”.

"Melhores ou piores, é a mesma coisa. A bota que nos pisa é sempre uma bota.
Já compreendereis o que quero dizer: não mudar de senhores, mas não ter nenhum."

Bertolt Brecht

Resumo

A redemocratização brasileira regulamentou as principais Políticas Públicas, que ampliaram as bases da organização do modo de produção e das relações sociais. A crise estrutural do capital tem criado impactos políticos e sociais que aprofundam as estratégias de reestruturação produtiva e de Estado, que flexibilizam e precarizam direitos. Como resposta, surge a Economia Solidária como um viés alternativo à garantia, criação e manutenção de postos de trabalho, e posteriormente, institucionaliza-se enquanto política pública para geração de trabalho, emprego e renda. A proposta desta dissertação tem como objetivo geral a questão das práticas desta Economia Solidária no município de Franca/SP: como estão organizados os empreendimentos solidários localmente (em termos econômicos e sociais) e quais seus desafios e perspectivas. Para isso, intentou-se ater às mudanças observadas no seio das organizações sociais e na garantia de direitos, entre os anos 1995 e 2016. Pretendeu-se fazer uma análise acerca dessas proposições à luz do método materialista-histórico-dialético, utilizando estudos bibliográficos, documentais e coleta e análise de dados, obtidos por meio de mapeamentos realizados por órgãos do Governo Federal, na busca da apreensão da totalidade e seus processos mediativos – contextualizando preceitos da *práxis* de organizações de trabalhadores. Os resultados apontam para uma política pública atrelada a interesses em cooptar organizações coletivas para a funcionalidade do sistema capitalista, e os empreendimentos econômicos solidários em Franca, não obstante, apresentam dificuldades em relação ao acesso às Políticas Públicas pela informalidade e falta de fomento público municipal, organizando-se principalmente para facilidades no comércio e com participação majoritária de mulheres. Ainda assim, a Economia Solidária pode se apresentar como uma forma organizativa de grande potencial em termos de experiências autogestionárias, de democracia participativa e igualdade entre os cooperados.

Palavras-chave: Economia Solidária – Políticas Públicas – Franca/SP

Abstract

The Brazilian redemocratization regulated the main public political, this expanded the basis of production modes and social relations. The structural crisis of capital creates a political and social impacts that deepen the strategies of productive and state restructuring, easing right flexible and precarious. As a response, the Social Economy emerges as a alternative bias for guarantee, creation and maintence of Jobs post, and posteriorly, in institutionalized as a public policy for the generation of work, employment and income. The purpose of this dissertation has as general objective the question of the practices of this Social Economy in the city of Franca/SP: how are local solidarity enterprises organized (in economic and social terms) and what are their challenges and perspectives. For this, it was intended to stick to the changes observed within social organizations and the guarantee of rights, between the years of 1995 and 2016. It was intended to make a analysis about this propositions all the light of this materialist-historical-dialectical method, using bibliographic studies, documentals and collection of data analysis searching, obtained through mapping carried out by Federal Government agencies, seeking the apprehension of the totality and its mediative processes - contextualizing precepts of the praxis of workers organizations. The results pointed to a public politic linked to interests in collective companies for the use of the capitalist system, and the social economic enterprises in Franca, without obstacles, present difficulties regarding the access to public politics due to informality and lack of municipal public support, organizing mainly for trade facilitation and with majority participation of women. Even so, Social Economy can present as an organizational form of great potential in terms of self-managed experiences, participatory democracy and equality between the members.

Keywords: Solidarity Economy - Public Political - Franca/SP

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ESTADO CAPITALISTA E NEOLIBERALISMO: POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE CLASSES.....	18
2.1. Noções sobre crise do capital e Estado na perspectiva de classes	20
2.2. Breves apontamentos sobre Estado no Brasil	25
2.3. Administração Pública Estatal no Brasil: privatizações e neoliberalismo	39
2.3.1. O Plano Diretor da Reforma do Estado Brasileiro	46
3. GOVERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL	61
3.1. Breves apontamentos acerca dos governos do Brasil no século XXI e a relação Estado-economia.....	61
3.2. Políticas Sociais e Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil.....	71
3.3. Política Pública de Economia Solidária: surgimento e prática.....	83
3.4. Mundo do Trabalho: Organizações de trabalhadores e trabalhadoras, métodos e estratégias de garantia de direitos	92
3.5. Economia Solidária e tecnologia social.....	97
3.6. A política pública de Economia Solidária – elementos de institucionalização	103
4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA FRANCA	111
4.1. Autogestão e a conjuntura em Franca/SP	112
4.2. Empreendimentos solidários e atuação da Economia Solidária em Franca/SP	120
4.2.1. Análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários	125
4.3. Perspectivas e Desafios aos empreendimentos econômicos solidários, sob a ótica da análise dos dados	139
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
6. REFERÊNCIAS	152

1. INTRODUÇÃO

A construção de que se trata esta pesquisa propõe-se a analisar o papel do Estado na sociedade atual e os processos de construção, implementação e efetivação referentes às Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda e, principalmente, da Economia Solidária, abordadas em um modo de produção específico – do sistema capitalista vigente – e as formas e configurações assumidas pelas (auto)organizações da classe trabalhadora de forma dialética, para daí vislumbrar o plano conjuntural local dos empreendimentos econômicos solidários de Franca, município do interior de São Paulo/Brasil.

Para tal compreensão, passamos brevemente por resgates históricos, desde o século XX, focando nas consolidações que vêm se dando a história e conformação das políticas desde 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. Retomou-se, para a abrangência da conjuntura atual, alguns aspectos referentes às mudanças trazidas por meio de movimentos de classe desde os anos 1960, elencando pontos fundamentais abarcados pela reforma do Estado que foram trazidas em processos históricos que perpassaram a crise dos anos 1970. Tal crise, explicada pela teoria estrutural e cíclica do capital, eclode mais fortemente nos anos 80, levando ao ressurgimento dos ideários liberais e uma intensa crise das formas de regulação e intervenção estatal.

Nos anos 1990, abdicam-se as preponderantes de um Estado Mínimo e são abertas novas bases para uma Reforma Estatal através de uma delimitação da atuação estatal, das desregulamentações, do aumento da governança e governabilidade, do ajuste fiscal e da reforma administrativa. As mudanças em curso destas reformas em conjunto ao alargamento de instituições políticas permitem também a intermediação e representação de interesses que são conflitantes e competitivos, criando uma forma de cidadania individualizada e individualista, mas com diversas e variadas facetas nas formas de organizações em prol de garantia e efetivação de direitos e às diretrizes de solidariedade para proteção de interesses coletivos que afetam os sujeitos em geral.

O Estado proporciona, nestes novos formatos, configurações de participação com mecanismos institucionais, construindo sujeitos sociais com mais ciência de seus direitos e deveres, onde a concorrência e a solidariedade poderão se complementar e contrariar. O controle

social é pauta de discussão de governos mais ou menos democráticos e com atuação referendada pelos aspectos eletivos dos governos em relação aos interesses e enfoques em Políticas Públicas consideradas prioritárias ou não pelos governantes, representantes dos interesses aos quais cada partido se alinha como plano de fundo a uma política de classe.

Em diversos momentos, a reforma administrativa combinada com a participação de setores na área social, afeiçoa uma política social baseada em princípios de universalidade e focalização. Com o corte de gastos públicos, há a flexibilidade em relação às formas de emprego e o adensamento da pobreza no Brasil, que apregoa um novo ciclo econômico-social e que rebate diretamente na questão da responsabilização das organizações da sociedade civil para desempenhar funções relativas às Políticas Públicas e resolução de problemáticas societárias sob signos das vulnerabilidades sociais.

Em um contexto da alta de desempregos e aumento da precarização das formas de trabalho (informais, terceirizados, etc.), ocorre a defesa de postos de trabalho em exemplos que são expressões da questão social (embates entre capital e trabalho) colocadas de diversas maneiras em momentos distintos da correlação de forças, estabelecendo como se darão tais processos: como ocupação/recuperação de fábricas, trabalho autogerido, auto-organizado e formação de associações, cooperativas e grupos informais para a geração de renda.

No governo Luís Inácio Lula da Silva houve a criação e implementação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do então Presidente Lula, mantendo-se no governo Dilma Rousseff e sendo revogada pela Lei nº 13.502, de 2017 e pelo Decreto nº 8.894, de 2016 no governo Michel Temer – apontando, portanto, para a priorização de tais governos a política pública de trabalho e renda da Economia Solidária.

O endossamento das aspirações trazidas por uma parcela social inserida em contextos próprios de necessidade de “autogestão” para geração de renda ou para democratização das formas de produzir, comercializar e consumir, por meio da institucionalização da Economia Solidária, aponta alguns interesses em curso relacionados a estratégias de se propagar a responsabilidade do trabalho para a sociedade civil organizada. Sua desinstituição também pode significar que tais linhas estratégicas não foram ou não quiseram ser pauta de atuação de um

governo mais preocupado ou mais focado em outras questões e interesses no que tange Políticas Públicas de emprego e trabalho.

A proposta foi de analisar as transformações ocorridas na organização social, no que tange o mundo do trabalho e suas reflexões nas suas “formas alternativas” – aqui exemplificadas por meio de empreendimentos econômicos solidários, principalmente no município de Franca/SP; situando os processos de coletivização da produção local e o contexto da Economia Solidária, por meio dos empreendimentos identificados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários (CadSol) e Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), respectivamente constituídos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a SENAES, com seus impactos econômicos, sociais e políticos.

Para tanto, são analisados, no capítulo 1, o Estado sob a perspectiva da sociedade de classes e as envergaduras do capital, sobretudo através dos impactos do neoliberalismo nas Políticas Públicas e as tentativas de superar períodos de crises econômicas com a aplicação de ajustes fiscais e medidas chaves no mote das políticas sociais. Pontua-se ainda a situação brasileira nestes artifícios, sob a égide de alterações no modelo da administração pública do Estado e as imbricações da financeirização, globalização e privatizações em setores estratégicos da economia nacional – em prol da manutenção de uma ordem social específica e estruturação e um aparato institucional capaz de corresponder às expectativas e atenuações de forças existentes e seu poder de mobilização.

São abarcadas, portanto, as especificidades em relação ao formato de Estado pelas concepções marxianas da sociedade de duas classes sociais antagônicas, e com isso a defesa de interesses estabelecida pelos conflitos gerados com tais circunstâncias protagonizadas pelas relações situadas no modo de produção vigente. No Brasil, os aspectos do capital monopolista e o Plano Diretor da Reforma de Estado são referendados como um ponto crucial para a compreensão dos demais capítulos que seguem para a propositiva das conclusões da pesquisa desenvolvida.

No capítulo 2, trazemos a continuidade de tais reflexões em relação à atuação de governos no século XXI para com as Políticas Públicas de trabalho, emprego e renda nacionais. Esse exercício se encontra passando por questões relacionadas às políticas sociais brasileiras, ao aporte teórico que elucida o surgimento da Economia Solidária no Brasil e o formato de atuação desenhado pelos sujeitos que a compõe.

Também, são discutidas as formas que se dão a organização de trabalhadores, seus métodos e estratégias para garantia de direitos e apontamentos necessários para a transformação societária, a nosso ver, que situem mudanças substanciais relativas às desigualdades econômicas e sociais para saltar aos elementos da emancipação humana que se faz presente nos debates acerca da visão classista incutida no método materialista histórico dialético. Aponta-se, portanto, o debate crucial da tecnologia social e sua relação estratégica com a Economia Solidária nesse movimento; em marcos não apenas “alternativo” ou minimizador/amenizador e paliativo das expressões da questão social, mas como *revolucionário*, de um ponto de vista tático.

As transformações ocorridas na organização social, no que tange o mundo do trabalho e da história das Políticas Públicas brasileiras a partir da década de 1980, à luz de autores que retratam temas da flexibilização das formas de trabalho, da questão social e o avanço neoliberal e da reestruturação produtiva, situam, portanto, o operariado francano¹ (objeto de análise do capítulo seguinte) em relação com o restante do Brasil e suas mediações através do Estado de São Paulo, abarcando as articulações necessárias para a auto-organização na indústria calçadista e colocando em evidência questões locais e alguns apontamentos sobre a relação do município com a Economia Solidária nacional.

Assim, partimos para o Capítulo 3, abarcando apontamentos sobre a situação dos empreendimentos encontrados no CadSol, a relação com os preceitos da Economia Solidária em suas vertentes e propostas de atuação – enquanto iniciativa de organizações e movimentos de trabalhadores – para correlacionar se o município dá as bases, formações e respaldo necessário para que esta se enquadre na política pública, seus desafios e iniciativas do poder público em revigorar sua atuação, fortalecer a auto-organização local e as possibilidades de avanço propiciadas até então.

A autogestão (que fora situada em alguns outros momentos ao desenvolver dos temas) é pauta de apontamentos para a compreensão da conjuntura francana, que teve como ponte em sua situação atual momentos marcantes à experiência histórica da Economia Solidária nacional e a conformação de um operariado local com algumas características peculiares. A ocupação da fábrica calçadista Markeli, em Franca/SP, foi um importante movimento democrático dos trabalhadores ao colocar a produção para funcionar sem a presença de um patrão, e, ainda que com algumas problemáticas, consequente de certo pioneirismo destas práticas em âmbito

¹ Relativo ao setor calçadista do município de Franca/SP.

nacional, gerou a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que ainda existe e tem atuação em âmbito nacional.

Aos pontos que se seguem, apresentam-se, portanto, a tabulação e análise de dados dos empreendimentos econômicos solidários de Franca/SP, levando em consideração a trajetória histórica e as características relacionadas ao operariado e economia local – elencando pontos principais para a compreensão de suas constituintes, através de informações apregoadas pelos próprios sujeitos que compõem tais empreendimentos. Foram relacionados, portanto, a compreensão e envolvimento da política pública da Economia Solidária com estas organizações para poder apontar algumas perspectivas e desafios enfrentados por grupos que se propõem, com maior ou menor entendimento do tema, a colocar em prática preceitos da auto-organização, do auto-emprego, da sustentabilidade social e ambiental, da democracia econômica e da cooperação e solidariedade para o trabalho coletivizado.

Intentou-se, destarte, contribuir com o debate acerca da Economia Solidária na vida social pública, especificamente, sobre as reflexões no município de Franca/SP e a realidade/demandas dos empreendimentos e identificados no (CadSol) dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente.

Como método para o resultado obtido na análise prática destes empreendimentos foi feito o exercício de correlacionar a observação da atuação destes empreendimentos com as formulações teóricas cabíveis a análise da práxis marxista, em um movimento (pretendido) dialético da estrutura social, e, assim, feitos apontamentos identificados como essenciais. Apontamentos estes que partiram principalmente de informações obtidas indiretamente pelos próprios empreendimentos como forma de fazer valer a função social da universidade, difundindo o conhecimento, colocando os sujeitos como protagonistas de suas próprias histórias, sem perder de vista a busca pela emancipação social e as possibilidades de avanços nas debilidades apresentadas, desde que baseadas em uma realidade concreta e dinâmica em seu próprio funcionamento.

Foram construídos quadros expositivos com tais informações e realizado o exercício de interpretar e correlacionar os dados, analisando aspectos que trouxeram melhor visualização dos arcabouços teóricos abordados na pesquisa – correlacionando teoria e prática, e analisando a realidade conforme a conjuntura e grau de fomento da política pública de Economia Solidária local.

Destarte, foram analisadas as legislações municipais e verificado se há algum tipo de incentivo governamental aos empreendimentos econômicos solidários (EES), assim como elencados agentes que direcionam suas ações e oferecem algum apoio e/ou respaldo. Os principais elencados foram o Fundo Social de Solidariedade, a Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da Universidade Estadual Paulista, o Fórum de Desenvolvimento Social de Franca e o Decreto Municipal de nº 9662 de 13 de agosto de 2013.

Elucida-se que a ideia dos capítulos dependeu também das observações realizadas no processo de qualificação, mantendo a essência da pesquisa, mas na perspectiva de que seja qualitativa o suficiente para propostas de intervenção na realidade social, levando em consideração as vontades e anseios da classe trabalhadora que move as estruturas produtivas e sociais.

2. ESTADO CAPITALISTA E NEOLIBERALISMO: POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE CLASSES

O capítulo I deste trabalho intenta demonstrar a perspectiva de Estado dentro da sociedade capitalista, perpassando, portanto, a questão da administração pública (principalmente a gerencial) e seus rebatimentos na questão econômica e social no Brasil – através dos processos de privatização e a relação com o modo de produção. Em um segundo momento, pretende demonstrar o papel do Estado em uma sociedade de classes e seus desdobramentos em apontamentos iniciais acerca da política social em curso e as Políticas Públicas de trabalho, emprego e renda (PPTER) brasileiras, tal como elas se expressam até então.

Historicamente, inúmeras são as formas que o Estado assume para projetar visões e interesses de classes, e que, na realidade concreta, nos aponta para a compreensão da mediação deste quanto aos conflitos gerados pela relação entre capital e trabalho e suas práticas como condutoras de um modo de produção essencialmente capitalista, em suas nuances para com a sociedade de classes.

Apresenta, também, alguns pontos referentes ao neoliberalismo e como este se expressa em um momento de redemocratização no país, por meio de resgates históricos que pontuam elementos da compreensão do funcionamento social, econômico e político que se instituiu após estes ideários. Julgou-se necessário para o entendimento da organização do trabalho no Brasil, o movimento operário e seus rearranjos, para então elucidar um pouco mais o que se refere à Economia Solidária e seus preceitos enquanto política pública institucionalizada através das demandas expressas no mundo do trabalho.

Este capítulo perpassa pela análise dos governos e como estes se colocam diante das demandas sociais e as prioridades assumidas em relação às Políticas Públicas específicas abordadas nesta pesquisa e a questão do emprego e programas de trabalho e renda no Brasil. Para contextualizar as políticas sociais e públicas no geral, trata-se, articuladamente, de abordagens da questão pública em si – e a relação Estado e Sociedade e suas mediações (como estes se relacionam, onde estão seus imbricamentos históricos, o papel dos governos e os interesses envolvidos em suas efetivações); sejam estas políticas aplicadas ou deixadas de ser, que apontam, portanto, para o fazer ou deixar fazer político.

O deixar de fazer – elaborar, aplicar e fiscalizar políticas sociais e públicas também é uma forma de fazer política². Os rebatimentos se demonstram ao decorrer dos tempos, e os resultados são uma gama de questões sociais expressas no conjunto das problemáticas, avanços e retrocessos em todo o globo e em todas as nações.

Há diversas perspectivas para a compreensão do papel do Estado e sua atuação na sociedade. Para dar ênfase à discussão aqui proposta, optou-se pela abordagem do Estado capitalista e a correlação de classes sociais, na compreensão marxista de que o Estado e suas instituições sempre estão a serviço de uma classe específica e é funcional a ela – aquela que detém os meios de produção – e, conseqüentemente, aponta à manutenção de privilégios de uma classe sobre a outra.

Nesses permeios é notório observar a complexidade em que o Estado atenua suas formas de atuação ao longo da história: suas instituições expressam-se cada vez mais complexas, os movimentos sociais e de trabalhadores mudam suas estratégias de garantir seus direitos e também de colocar-se nos embates por melhores condições e também o próprio desenvolvimento do capital e sua força mantenedora de poder. Ou seja, desde que elaboradas as teorias marxistas de Estado, muitas tentativas de compreender o real papel do Estado já foram questionadas, o próprio papel do Estado fora modificado em termos de atuação e as instituições muito se desenvolveram para dar conta de manter-se enquanto sistema de produção vigente.

Desenvolvem-se as forças produtivas, desenvolve-se a concepção de violência institucionalizada, as concepções jurídicas, os órgãos repressores e as instituições sociais. Muitas são as mudanças dos tempos de Marx até agora. Todavia, vários autores tentam apontar, na lógica do capital, essas relações e a manutenção do poder desde aqueles tempos, onde algumas categorias permanecem e necessitam de atualizações – tomando o cuidado com o revisionismo³ puro e simples, mantendo a crítica e a perspectiva de mudança – ou, em termos marxistas, da Revolução.

² Optou-se por tal colocação, de acordo com o estudo acerca da revisão da literatura em Políticas Públicas realizada por Souza (2006): “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

³ Revisionismo, no conceito marxista-leninista, refere-se à revisão de teorias e ideias fundamentais de Karl Marx (filósofo, economista, historiador, jornalista e revolucionário e um dos fundadores do socialismo científico que viveu entre 1818 e 1883).

2.1.Noções sobre crise do capital e Estado na perspectiva de classes

Desde as primeiras concepções sobre o Estado, já se evidenciavam duas distinções: a concepção liberal e a democrática-burguesa. Uma importante definição apresentara-se na Enciclopédia *Treccani*, que aponta três elementos principais: poder político, povo e território. Com o decorrer das mudanças históricas e análises circunstanciais, o Estado moderno já apresentava algumas diferenciações em relação a esta primeira definição, que se dava sobre o Estado passado. Mudanças estas que apresentaram características modernas, como as de autonomia e soberania estatal, a característica de distinção entre Estado e sociedade civil e, por fim, a sua própria diferenciação em relação ao Estado da Idade Média (GRUPPI, 1980, p. 07).

Maquiavel foi o primeiro a teorizar sobre a formação dos Estados em sua época, separadamente dos aspectos morais e religiosos, iniciando as discussões em torno da ciência política nesse quesito. Posteriormente, muitos pensadores teorizaram sobre sua formação, sobre suposições de outros formatos de Estado e/ou seu papel enquanto já existente, apontando dificuldades dos modelos adotados, sobre a relação liberdade e coletividade.

Com a concepção marxista surge uma nova visão do Estado – mais crítica sobre a democracia burguesa e o liberalismo, após a Revolução Francesa em favor da burguesia. Marx aponta para a divergência de pensamento em relação às concepções em que o comunismo utópico colocava que após a Revolução viria a igualdade jurídica e a revolução econômico-social. Na obra *a questão judaica* (1843) evidenciou-se a relação entre sociedade civil (entendida como o conjunto das relações econômicas) e a sociedade política (o Estado) – e, mais que isso, o autor evidencia a conexão substancial entre essas duas vertentes, uma como expressão da outra – “as relações de produção que nela se instauraram: é a sociedade civil, entendida como o conjunto das relações econômicas (justamente a anatomia da sociedade civil) que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante” (GRUPPI, 1980, pp. 26-27). Corroborando com essa visão, o autor ressalta que

Uma vez afirmada assim a relação de determinação entre relações econômicas e formas políticas, Estado, Direito e a própria cultura, temos um método que permite entender o que é Estado, como e por que ele surge. Isso permite fundamentar cientificamente uma teoria do Estado. Não é o Estado que determina a estrutura econômica, mas sim o contrário.

Dizer que o Estado é uma superestrutura não significa afirmar que seja uma coisa acessória ou supérflua. Tampouco significa separar o Estado da sociedade civil. Na verdade a sociedade civil, isto é, as relações econômicas, vivem no quadro de um Estado determinado, na medida que o Estado garante aquelas relações econômicas pode-se dizer

que o Estado é parte essencial da estrutura econômica, é um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante (GRUPPI, 1980, p. 27).

O Estado é, então, segundo Engels, o produto de uma sociedade que alcançou certo nível de desenvolvimento com suas irreconciliáveis contradições, sendo a manifestação do surgimento de classes antagônicas e a expressão da dominação de uma classe, mas também o momento de equilíbrio jurídico e político, um momento de mediação (GRUPPI, 1980, p. 31).

As crises do capital⁴, sempre que se apresentam mais explicitamente, dão importantes brechas para as tentativas de mudanças nos contextos internacionais nas relações comerciais e políticas mediadas pelo Estado, e isso rebate nas diversas conjunturas nacionais, via de regra pela globalização expressa na economia e no modo de produção, assim inclusas as relações sociais e de trabalho, como um todo entrelaçado.

Mészáros (2009, pp. 01-02) expressa que a severidade da crise do capital mede-se “pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital”. O capitalismo afeta o conjunto da humanidade como um todo, mantendo sua forma de subsistir através do controle do metabolismo social, incluindo modos de produção anteriores ao capitalismo e desenvolvendo um tipo específico (burguês), mantendo-se dominante globalmente. Desta maneira, desvinculando seus antigos elementos orgânicos dos elos dos sistemas orgânicos anteriores e derrubando as barreiras que impediam o desenvolver de novos componentes vitais, o capital, como um sistema orgânico global, garantindo sua dominância nos três últimos séculos, como produção generalizada de mercadorias.

Isso porque, através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros custos de produção como força de trabalho necessária, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, assim como as “coisas”, sujeitadas às vontades econômicas e à sua própria desumanização. Ou seja, anteriormente, os intercâmbios produtivos realizado entre seres humanos e natureza orientavam-se para o uso que se dava para a autossuficiência, deixando-os vulneráveis perante os princípios de reprodução do

⁴ A crise é um momento ineliminável do capitalismo, sendo inerente e constitutivo do modo de produção: marco central e inicial sobre a sociedade atual. Para Rubin, as crises são “**hiatos** dentro do processo de reprodução social”. Assim, a partir delas o capital se recicla, reorganizando suas estratégias de produção e reprodução social. A crise sempre será, para a economia política clássica, uma crise material, que irá se reproduzir também no plano espiritual, seja por excesso de trabalho ou capital. Assim, afeta não só a taxa de lucro como também a política, a ciência, a filosofia, a arte, a psicologia, a vida pessoal e familiar...

capital já em operação, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas (Mészáros, 2009, p. 02). O capitalismo não podia permitir a minimização de seus esforços à luz desta autossuficiência como seus elementos constitutivos;

O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos — como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis — o imperativo fetichizado do “valor de troca” quantificável e sempre expansível. É desta maneira que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa. Ela teve de adotar o irresistível modo econômico de extração de sobretrabalho, como mais-valia estritamente quantificável — em contraste com a pré-capitalista e a pós-capitalista de tipo soviético, formas basicamente políticas de controlar a extração de sobretrabalho —, de longe, o modo mais dinâmico de realizar, a seu tempo, o imperativo da expansão do sistema vitorioso (Mészáros, 2009, p. 02).

Todavia, a necessidade desse sistema atingir sua expansão, cada vez mais voraz, que Mészáros (2009, p. 03) chama de “o segredo do irresistível avanço do capital”, traz uma intransponível limitação histórica, pois impondo suas formas degradantes de expansão, de modo a deixar as consequências atingirem modos significativos nessa relação, “teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável”. O autor cita alguns exemplos no século XX, como “tentativas malsucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital”, que deixaram lastros de hibridização do sistema sem resolver estruturalmente suas contradições.

Mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagonico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — irreformável e incontrolável.

A falência histórica do reformismo social-democrata fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontrolabilidade (MÉSZÁROS, 2009, p. 05).

Assim sendo, a crise estrutural gera, em um momento de expressão significativa de sua incontrolabilidade, cada vez mais, a falta de emprego e a flexibilização do mesmo, necessitando, aquele trabalho a ser vendido, de formas alternativas para se poder realizar, e de

forma alienante, para a realização daquela categoria ontologicamente determinante dos seres humanos – sociais: o trabalho. Para além destas questões, a necessária não absorção de grandes massas de trabalhadores, marginalizados, e a interferência e destruição de relações e meios.

Portanto, compreender tais processos se faz bastante complexo e necessário para abordagens no quesito Políticas Públicas, como os governos propulsionam com maior ou menor rigor àquelas voltadas às questões sociais e suas diversas expressões nas camadas da sociedade civil e organizada e como isso rebate na organização social como um todo.

Em notas sobre a teoria geral do Estado, Henrique Tahan Novaes (2011, p. 171) recorre a autores como Miliband (1972), Poulantzas (1985) e Pinassi (2009), apresentando que a teoria do Estado também é uma teoria da sociedade e da distribuição de poder, e Ianni (1989), complementando que também não o é apenas enquanto mediação das classes, mas um elemento de preservação do predomínio de uma classe sobre outra.

Mészáros (2002) destacou ainda a ascensão do complexo industrial-militar no século XX, processo fundamental para garantir a expansão industrial e de organização do capitalismo interno e externo dos países. Harvey (2005) acrescenta que o “Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho”, principalmente nos momentos de crise, onde o Estado desempenha o papel de árbitro entre as frações do capital, uma vez que, para este último, as “disputas em torno do excedente, que na verdade são disputas entre frações de classe (lucro industrial, juro e rendas)” e “os aspectos anárquicos e destrutivos da competição capitalista, têm de ser regulados: os conflitos de interesse entre ‘frações do capital’ precisam ser arbitrados para o *‘bem comum’ do capital*” (NOVAES, 2011, p. 172 – grifo nosso).

O Estado tem evoluído bastante e se tornado amplamente complexo em suas funções e funcionalidade. Em continuidade ao pensamento supracitado, é importante salientar que o Estado atual funciona sob a égide do sistema capitalista, e que a chave para a sua compreensão é a produção. Ainda assim, em se tratando de suas nuances e a relação capital, Estado e trabalho alienado, não significa apenas que este tipo específico de trabalho – do modo de produção capitalista – seja eterno e esteja em todos os momentos da história da humanidade

Poderíamos lembrar, por exemplo, que muitos pensadores sociais observaram o surgimento de cooperativas e associações de trabalhadores que carregavam em si embriões de desalienação do trabalho, mesmo reproduzindo as seqüelas da forma de produção anterior. Também podemos lembrar as sociedades indígenas da América

Latina pré-colombiana, onde não existiam classes sociais, propriedade privada e Estado (NOVAES, 2011, p. 174).

Ao que urge na perspectiva marxista de Estado, o autor aponta algumas preponderantes na construção dos pilares de sustentação do capitalismo, e que Marx nos mostra no texto “A assim chamada acumulação primitiva” o papel violento do Estado, comandado pelas classes dominantes, que “chegam ao poder no divórcio inicial dos trabalhadores e seus meios de produção (o caracol e sua concha)”. Este se realizara pela força direta (espoliação de terras, expulsão de pequenos produtores etc.) ou através da violência legalizada por via do Estado (NOVAES, 2011, p. 177) ⁵.

Marcado por diversas tentativas de manter-se enquanto modelo dominante, em cada período histórico salienta-se a necessidade de o capitalismo se reformar, aderir novas práticas, atender as demandas das classes sem deixar de priorizar aquelas referentes à pequena parcela da sociedade que mantém sua dominação enquanto detentores dos meios de produção, em contrapartida àquela classe que só possuem sua força de trabalho para vender.

O crescimento das economias tem dado diferentes respostas aos contextos destrutivos do capitalismo; ainda assim, Piketty (2014, p.12) demonstra, em estudos realizados em mais de 20 países, historicamente construídos, na sua obra “O Capital no Século XXI”, que as desigualdades são fatores irremediáveis em tal sistema, como um verdadeiro círculo vicioso. Ele demonstra que, em longo prazo, “a taxa de retorno sobre os ativos é maior que o ritmo do crescimento econômico, o que se traduz numa concentração cada vez maior da riqueza. Uma situação de desigualdade extrema pode levar a um descontentamento geral e até ameaçar os valores democráticos”.

Na dinâmica do capital, o fazer político pode até dar conta deste último fator, mas colocando como medida paliativa e em risco de retomar, novamente, tais problemáticas. A “compreensão sobre a dinâmica do capitalismo coloca sua contradição fundamental na relação entre o crescimento econômico e o rendimento do capital”. O capital no século XXI nos faz refletir sobre diversas “questões mais prementes de nosso tempo” (PIKKETY, 2014, p. 15).

⁵Para mais visões e acerca da temática, ver artigo de Milena Pavan Serafin e Rafael de Brito Dias, “Algumas visões acerca do Estado” (p.306-315), in Gestão Pública e Sociedade, vol.1, 2011 – vários org.

2.2. Breves apontamentos sobre Estado no Brasil

No Brasil, a era de monopólios nas primeiras décadas do século XX, já no Fordismo, existiu sob a égide de uma relação de complementaridade entre Estado e Capitalismo, onde se gerencia os interesses da classe dominante (hegemônica) e também é capturado por um circuito que o coloca como parte integrante de uma complexa organização sócio-produtiva (altamente burocratizada) que estimula diretamente a economia burguesa, participa ativamente da reprodução da força de trabalho e administra as tensões sociais (SILVA, 2010, p 39).

Junto com suas funções de estímulo e transferência de recursos públicos para os fins privados dos grandes monopólios (na esfera da economia-política), o Estado burguês, “situado acima do bem e do mal”, “desclassicizado”, gerencia problemas sociais setorizados por meio de ações e políticas fragmentadas e objetivadas no místico pântano estabelecido entre a esfera pública e privada. Essa determinada forma de Estado, então, ao mesmo tempo em que oculta sua essência classista, gerencia – por meio de uma rede de serviços prestados por instituições sociais das mais diversas – disfunções sociais atribuídas a indivíduos e ou segmentos sociais, problemas esses genericamente identificados como “questões sociais” visíveis na esfera pública (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985 e IAMAMOTO, 1994; PAULO NETTO, 1992, p. 30; *apud* SILVA, 2010, p 39).

O Estado, portanto, não se mostra enquanto um instrumento de classe para manutenção do poder, não explicita essa relação tão abertamente em suas práticas enquanto gerenciador de tais relações. Pelo contrário, se coloca enquanto mediador de interesses diversos, administrando os conflitos inerentes à relação capital *versus* trabalho e as problemáticas sociais através de ações remediadoras das mazelas e das desigualdades. Assim, apresenta-se com um caráter de abrandar tais conflitos, de forma a sustentar os pilares das classes, agindo em torno de sanar provisoriamente as expressões da questão social expostas.

O capitalismo monopolista também apresenta suas contradições criando condições de um Estado que possa buscar sua legitimação política através do jogo democrático, sendo, pois, permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas,

Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, ao nível de suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera

para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista [...] (PAULO NETTO, 1992, p. 22, *apud* SILVA, 2010, p. 40).

Em relação a estas medidas de intervenção estatal para com os interesses sociais e de classe, o autor ressalta também o papel das instituições, como as religiosas, através da Igreja Católica, na recusa aos ideais de grandes mudanças – ou de revoluções – e as intervenções através de pregações de práticas caritativas dos mais ricos para com os mais pobres⁶, para que não interviessem contra a propriedade privada, assim como o é garantida pelo Estado, e, em um plano maior, em relação à manutenção do poder (NETTO, 2002, p. 40).

Em concordância com Silva (2010, p. 40), “O ataque ao ‘comunismo ateu’, materialista, à luta de classes⁷, à consciência de classe⁸, se sustenta em um tipo de ‘solidariedade cristã’ que não considera o trabalhador um escravo e lhe paga o ‘salário justo’ (sob o peso de ser amaldiçoado pelos céus!)”. Se referindo ao documento oficial da época, a Encíclica *Rerum Novarum* (sobre a condição dos operários – que traduzida significa, “Das Coisas Novas”) escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891, o autor destaca trechos que demonstram as perspectivas em comum da Igreja e do Estado na manutenção das estruturas sociais do capitalismo, negando qualquer aspiração revolucionária (colocado como um mal) que pudesse prejudicar tal ordem:

Para remediar estes males, os “socialistas”, depois de estimular entre os pobres o ódio aos ricos, pretendem liquidar com a propriedade privada, substituindo-a pela coletiva, em que os bens de cada um sejam comuns a todos, respondendo por sua conservação e distribuição os que dirigem o município ou têm em mãos o governo geral do Estado. Eles acreditam solucionar o mal presente com esta transferência dos bens dos

⁶ Como nos incita a reflexão essa frase de Eduardo Galeano: “Eu não acredito em caridade, mas sim em solidariedade. Caridade é vertical: vem de cima para baixo. Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa e aprende com o outro” (CONTI, 2016, p. 05).

⁷ Luta de classes é um conceito formulado por Karl Marx, que pressupõe os conflitos constantes advindos do antagonismo econômico, político e social do interesse de duas classes: burguesia e proletariado. Esse conflito de interesses se dá justamente em um contexto de capital e trabalho e suas disfunções, onde a burguesia impõe sobre diversas nuances, uma ordem social que embasa-se na expropriação da mais valia, manutenção da propriedade privada e detenção dos meios de produção, enquanto a classe trabalhadora só possui sua força de trabalho para ser vendida. É na correlação de forças que se garantem mais ou menos direitos, a hegemonia e a dominância de uma classe sobre a outra. “O Manifesto Comunista”, que diz que: “*A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes*” (MARX, 1998 – grifo nosso)

⁸ Conceito desenvolvido por Marx e Engels, que apregoa que, em determinados momentos da história, a consciência de classe fica mais ou menos evidente. Envolve dois outros preceitos dentro da sociologia marxista: “consciência em si” (quando o proletário compreende-se enquanto subjugado em um processo de dominância dos capitalistas sobre sua classe e passa a reconhecer seu potencial e fragilidade, e há um certo reconhecimento ou identidade perante outros trabalhadores –sua classe) e “consciência para si” (percepção que envolve uma tomada de consciência de que só a união dos trabalhadores pode fazer mudanças substanciais no modelo de classes vigente, portanto, passa a se organizar na luta contra a hegemonia do capital) (MARX, 2006).

particulares para a comunidade, repartindo-os e dividindo-os de forma perfeitamente igual entre os cidadãos. Por isto se vê que o princípio socialista – segundo o qual toda a propriedade há de ser comum – deve ser absolutamente rechaçado, porque prejudica aqueles que pretende socorrer, conflita com os direitos naturais dos indivíduos e perturba os deveres do Estado e a tranqüilidade comum. Fica claro, pois, que, quando se procura a maneira de aliviar os povos, o que é principal, fundamento de tudo, é isto: deve-se preservar intacta a propriedade privada [...]. Não considerar os operários como escravos, respeitar neles a dignidade da pessoa e a nobreza que esta agrega ao chamado caráter de cristão [...] defraudar a uma pessoa do salário que lhe corresponde é um enorme crime, que clama vingança ao céu [...]. (*Rerum Novarum apud* CASTRO, 1989, p. 47-48, 53). O mercado de trabalho capitalista paulatinamente instaura um espaço sócio-ocupacional que possui demandas objetivas, ontologicamente dadas **questão social** (o pauperismo fermentado pelas convulsões do movimento operário). É parte constituinte, portanto, de um complexo processo comprometido com a formulação de inúmeras estratégias utilizadas para maximizar e intensificar a acumulação do capital, modernizando e profissionalizando a gestão das tensões sociais oriundas de uma desigualdade social que marca geneticamente a propriedade privada, o mundo do capital e estimula seu metabolismo (grifo nosso) (SILVA, 2010, p. 40).

Desta maneira, o tratamento às políticas setoriais, a não integração das problemáticas sociais enquanto advindas de uma raiz em comum (como a desigualdade e os conflitos inerentes ao sistema capitalista), a “singularização e individuação de demandas imediatamente identificadas como pontuais, publicizando e desclassicizando os ‘desarranjos’ estruturais intrínsecos ao mundo do capital”, denotam a naturalização⁹ da ordem burguesa, o formato social

⁹Eis uma passagem que expressa tal conceito: “A naturalização significa dizer que a desigualdade social entre homens e mulheres, classes sociais, jovens e adultos, é natural, ao invés de ser o que é: social e histórica. Essa desigualdade a que nos referimos é social, pois, se os homens recebem maiores salários do que as mulheres, isso se deve a um processo social e histórico de opressão das mulheres. No entanto, homens e mulheres, em outro sentido, são naturalmente desiguais. Aqui, “desigual” quer dizer “diferente”, pois não é social. Da mesma forma, brancos e negros são diferentes, desiguais, no sentido fenotípico, por exemplo, na cor da pele (VIANA, 2009). Agora a pobreza que acomete proporcionalmente mais os negros que os brancos, é um produto social e histórico. No caso das diferenças físicas e naturais, não pode haver naturalização, pois naturalizar é o ato de pensamento de tornar natural e não se pode fazer isso com o que já é natural. As desigualdades sociais são produtos históricos e, portanto, podem ser naturalizadas. Em síntese, o que é natural não pode ser naturalizado, isso pode ocorrer apenas com o que não é natural, ou seja, o que é produzido social e historicamente. A partir destas reflexões, é possível entender que a naturalização é um processo do pensamento, bastante comum nas representações cotidianas e no mundo da ideologia. Este é um interesse da classe dominante, que quer naturalizar a exploração, a dominação e as formas de opressão. Porém, a naturalização não é um puro produto do pensamento. Só é possível naturalizar o que existe. Se não existissem classes sociais distintas e desiguais, não seria possível naturalizar sua “diferença” e “desigualdade”. Se as posições sociais de homens e mulheres, negros e brancos, não fossem diferentes e desiguais, então seria impossível naturalizá-las. Nesse sentido, a naturalização é sempre a naturalização de alguma coisa e por isso é preciso que essa “coisa” exista. A naturalização é um processo do pensamento que não produz a realidade, tal como as “desigualdades” (de classe, raça, sexo, etc.), mas simplesmente as interpreta como sendo naturais ao invés de produtos sociais e históricos. Em outras palavras, a naturalização é um processo mental interpretativo que não cria a desigualdade ou qualquer outro fenômeno e nem é sua causa, sendo, no máximo, uma ideologia ou representação que a reproduz e reforça. É processo puro do pensamento, pois é preciso que haja determinada relação social concreta para que ela possa ser naturalizada. A desigualdade (social) existe, quer gostemos ou não, quer queiramos ou não. A diferença entre um marxista e um ideólogo é que o primeiro irá afirmar que ela é constituída social e historicamente e o segundo poderá dizer que ela é natural, eterna, imanente, imutável. As classes sociais existem, mas surgiram em determinado momento histórico e podem e tendem a ser abolidas. Dizer que “sempre existiram e sempre existirão

que predispõe os indivíduos a uma perspectiva meritocrática e de merecimento através das conquistas individuais – individualizando problemáticas sociais com ênfase moral, sendo, aos poucos, enriquecidos por um tecnicismo e por uma espécie de psicologização (SILVA, 2010, p. 43).

O Brasil, então, traz consigo traços arcaicos e modernos, entre o passado colonial e mundo burguês moderno objetivado hiper-tardamente no território neocolonizado sob a égide do capitalismo de monopólios (p. 52), aprofundando a forma como o imperialismo se alicerçou e dando bases à Revolução Burguesa no Brasil¹⁰.

O Brasil passa a desenvolver melhor as áreas comerciais e financeiras, fazendo crescer seu mercado interno e produção em larga escala para exportação de café, “contando agora com uma mão de obra assalariada e com fazendeiros negociantes do café – ambos mais adaptados às condições burguesas em ascensão”, que proporcionaram o nascimento de um parque industrial e a constituição de uma “classe operária com forte participação de imigrantes e, em menor número, de negros recém-libertos que foram capazes de acompanhar o processo de modernização em curso” (SILVA, 2010, p. 50).

Nesse contexto se objetivam os primeiros movimentos operários e a primeira greve geral em 1917, severamente reprimida pela classe dominante e por suas elites dentro dos padrões da genuína tradição colonial e mandonista. Esse intenso processo de industrialização e de formação de um mercado consumidor interno necessário à revolução em curso adquire corpo e consistência na medida em que, simultaneamente, aprofundava-se a ordem monopólica externa e interna. O grande impulso viria a partir de 1930 e se objetivaria nos anos 1950 com o surto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (FERNANDES, 1987), momento em que o Estado – com apoio do sistema bancário – passa a compor organicamente o processo de acumulação do capital estimulando e intervindo na economia, consolidando o mercado interno, organizando a legislação trabalhista e gerenciando a “questão social” que se escancarava trazendo consigo as marcas de um país colonial impactado pela revolução burguesa hiper-tardia. Nesse contexto monopolista-maduro, o imperialismo se consolida e, com ele, a “beleza e o caos” da modernidade dependente. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro em todas as direções enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: “o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil” (e assim por diante). Só que nunca se estabelecerão as diferenças entre a economia norte-americana (ou outras economias capitalistas centrais) e a economia brasileira. Nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações

classes sociais” é naturalizar, produzir uma consciência ilusória, falsa, da realidade, que existe concretamente” (VIANA, 2013, p. 71-74).

¹⁰ Discussão desenvolvida por Silva (2010, p.50) trazendo as teorias cunhadas por Florestan Fernandes (1987) em relação aos “atrasos” brasileiros em relação à burguesia nacional e seu desenvolvimento tardio, com traços da colonização, patriomonalismo e as imposições imperialistas.

capitalistas hegemônicas e ao mercado mundial que jamais poderá ser destruído, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo. [...] (FERNANDES, 1987, p. 274). O adensamento e a gradativa radicalização da ordem monopólica acompanhada pela autocracia burguesa (especificamente entre 1930 e 1964) (SILVA, p. 40, 2010).

Estes processos inferem aspectos que o autor coloca enquanto fases que o “o Estado crescentemente assume tarefas vinculadas ao disciplinamento, à reprodução-preparação da força de trabalho e à manutenção e recuperação-reparação da capacidade para o trabalho”. As instituições também assumem papéis importantes enquanto “espaços de controle” dos conflitos e “das lutas sociais derivadas do pauperismo e da crescente proletarização, extraíndo-as do campo da economia-política com a clara intenção de neutralizá-las por meio de um Estado ‘transclassista’” (SILVA, 2010, p. 54).

No século XX, principalmente expresso pós-crise de 1929, com os ideários Keynesianos (maior intervencionismo estatal na regulação das relações econômicas e sociais e ampliação das políticas sociais), o Estado iniciou a experiência histórica de um Estado intervencionista que vai efetivar um pacto entre interesses do capital e dos trabalhadores: o chamado consenso pós- guerra, na busca de gerar pleno emprego, criar políticas e serviços sociais tendo em vista a criação de demanda e ampliação do mercado de consumo (YAZBEK, 2007, p. 08).

O Estado interventor propunha-se reduzir a irracionalidade da economia, tendo pois um papel de administrador positivo do progresso. Neste percurso veio não só suscitar o investimento na solidariedade, tendo passado mesmo a ser responsável por ela” Dessa forma, após a 2ª Guerra Mundial o Estado de Bem Estar Social consolida-se no continente europeu. O Plano Beveridge (1942) na Inglaterra serviu de base para o sistema de proteção social britânico e de vários países europeus. A referência conceitual desse sistema foi a noção de Seguridade Social entendida como um conjunto de programas de proteção contra a doença, o desemprego, a morte do provedor da família, a velhice, a dependência por algum tipo de deficiência, os acidentes ou contingências sociais (YAZBEK, 2007, p. 08).

O Estado de Bem-Estar Social, como citado, trouxe importantes mudanças no quesito “proteção social”, institucionalizando demandas sociais e trazendo ao papel do Estado ações para com as mazelas resultantes das desigualdades sociais.

Para Ian Gough (1982, p. 30), o Estado de Bem Estar Social “interfere na reprodução social da força de trabalho, tanto do ponto de vista da prestação de serviços sociais, como no âmbito da legislação social, controlando a população não ativa nas sociedades capitalistas”, assim como interfere na economia (mesmo os Estados Liberais que garantem direitos civis e políticos,

porque tal “liberdade” traz regulações, políticas de emprego, e tributações que formam fundos públicos que financiam políticas públicas e civilidade).

Yazbek (2007, p. 10) propõe uma análise sobre o caso brasileiro, através da Lei Eloy Chaves, de 1923, “uma legislação precursora de um sistema público de proteção social com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs¹¹)”. Esta Lei, criada pelo Decreto Legislativo 4.682, foi um marco inicial da Previdência Social¹², que passou por um processo de estruturação e desenvolvimento.

Todavia, é na década de 1930, sob o governo Getúlio Vargas, que são criados, em 1930 o Ministério do Trabalho, em 1932 a Carteira de Trabalho, em 1933 os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs¹³) na lógica do seguro social e nesta Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesta década também se situa o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista¹⁴. Neste período se têm a perspectiva de legitimar e institucionalizar demandas sociais, onde

Progressivamente, o Estado amplia sua abordagem pública da questão, criando novos mecanismos de intervenção nas relações sociais como legislações laborais, e outros esquemas de proteção social como atividades educacionais e serviços sanitários, entre outros. Pela via da Política Social e de seus benefícios o Estado busca, portanto, manter a estabilidade, diminuindo desigualdades e garantindo direitos sociais, embora o país não alcance a institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social. Em síntese, o Estado brasileiro buscou administrar a questão social desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional, privilegiando a via do Seguro Social. No país, aos poucos, com o desenvolvimento dos processos de urbanização e industrialização e com a emergência da classe operária e de suas reivindicações e mobilizações, que se expandem a partir dos anos 30, nos espaços das cidades, a “questão social” passa a ser o fator impulsionador de medidas estatais de proteção ao trabalhador e sua família. Considerada legítima pelo Estado a questão social circunscreve um terreno de disputa pelos bens socialmente construídos e está na base das primeiras políticas sociais no país (YAZBEK, 2007, pp. 05-06).

¹¹ A administração das CAPS ficava a cargo dos empregadores, o papel do Estado se resumia a estabelecer as regras de funcionamento.

¹² Passa a regulamentar aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (equivalente à aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte e assistência médica. Após a edição da Lei Eloy Chaves, diversas categorias de trabalhadores buscaram a proteção social que aquela legislação garantiu, o que provocou a expansão dos direitos protetivos pelo país.

¹³ Os IAP's eram autarquias de nível nacional, centralizados e administrados pelo Governo Federal e estavam vinculados às categorias profissionais, diferentemente do que acontecia com as CAPS, que eram administradas pelos empregadores e organizavam-se por empregos.

¹⁴ Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 a 1945. Após seu governo considerado *constitucional* (1930-1937), o Estado Novo (1937-1945) foi marcado pelo aparelhamento da publicização de um “culto à personalidade” do então presidente, onde este era tido popularmente como o “pai dos pobres”, tirando a atenção da garantia efetivação de direitos para a personificação do governo através de sua própria imagem. O Estado “paternalista”, neste sentido, significa, portanto, o desenvolvimento de uma política marcada por ações de uma figura paterna típica e tradicional: controladora e autoritária, mas protetora e afetuosa.

Sintetiza, destarte, que as transformações sociais se dão resultantes das mudanças nas relações entre capital e trabalho, do avanço do neoliberalismo enquanto paradigma político e econômico globalizado e, se de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro se insere num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional.

A Constituição de 1937 ratificou a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado e cobriu os riscos sociais pela primeira vez. A Constituição de 1946 foi a primeira a utilizar a expressão Previdência Social em seu texto, estabelecendo um sistema no qual havia contribuição da União, do empregador e do Empregado. Em 1954 o Decreto 35.448 aprovou o Regulamento Geral dos IAP's, uniformizando todos os princípios gerais aplicados a eles.

É importante salientar que, apesar da criação e ampliação da Seguridade Social¹⁵ o Brasil nunca implementou, de fato, um Estado de Bem Estar Social, dado que este se caracteriza, justamente, por um modelo padrão de proteção social de diversos contextos políticos e econômicos que se diferenciam, substancialmente, dos países periféricos. Em outras palavras, o Brasil se encaixa em um tipo de capitalismo tardio e periférico que, nos moldes econômicos, desenvolveu-se num sistema produtivo, “estimulador da concentração de renda e socialmente excludente e, politicamente marcado pelo autoritarismo e por uma sociedade civil heterogênea na sua composição e débil na sua organização” (SILVA e SILVA, 1997, p.01, *apud* SILVA, 2011, p. 29).

¹⁵ Importante salientar que a Seguridade Social foi regulamentada na Constituição Federal de 1988 enquanto um conjunto integrado de prestações à Saúde, Assistência Social e Previdência Social; mas desde 1543, já se identificam ações voltadas à seguridade, desenvolvendo-se posteriormente à Lei dos Pobres (1601) e a ações fragmentadas voltadas aos trabalhadores – sendo condensadas e modificadas à partir da Lei Eloy Chaves. Em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão determina que a Seguridade Social é direito de todos e todos devem contribuir para as ações públicas dentro de suas possibilidades, o que é realidade dentro do nosso sistema previdenciário. Outro fato importante na origem da Seguridade Social é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que contempla a seguridade como um direito de todos. Demonstrando mais uma vez que o direito à Seguridade deriva de lutas sociais, o modelo instituído por Otto Von Bismarck (1815-1898) foi criado para enfraquecer movimentos socialistas que ganhavam apoio popular. O Chanceler Alemão instituiu um plano de proteção social, que serviu de modelo para diversos sistemas, prevendo o custeio do Estado nestes planos, criando seguros de doença e invalidez, por exemplo. Um sistema de Seguridade Social, englobando as políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, como o que temos atualmente, é algo recente na história brasileira, tendo surgido com a Constituição Federal de 1988. Todavia, o sistema de seguridade social, no contexto neoliberal, sofre os impactos da fragmentação, precarização e privatização das políticas de saúde e previdência e, ao mesmo tempo, os governos federais priorizam as políticas seletivistas.

Os princípios norteadores dos Estados de Bem Estar Social notam-se pelo mau relacionamento dos partidos de esquerda com os proprietários rurais, os quais representam boa parte da direita neoliberal de nosso país. Sendo assim, entende-se que “a focalização é característica das políticas sociais brasileiras, as quais são orientadas pela otimização da relação custo-benefício, o estímulo ao setor privado e ao voluntariado” (BEHRING, 2010, p. 165, *apud* LEITE, 2016, p. 10)

Sendo assim, a atuação na produção e reprodução da força de trabalho, agindo sobre parcelas do exército industrial de reserva¹⁶ e o estímulo da cooperação entre as classes, como já referido, em ações psicologizantes, são, “entre outros, elementos básicos na ação de impor a aceitação e interiorização das relações sociais vigentes, a aceitação da hegemonia social do capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 314) e de um Estado organicamente vinculado ao processo de reprodução do capital na era monopólica.

Intensificando-se cada vez mais a captura do Estado pela reprodução capitalista “como seu componente e não apenas colaborador, transformando e racionalizando os serviços prestados na gestão da pobreza e nas inúmeras atividades que vão se organizando nessa órbita (seções, turmas, grupos, departamentos)”, a dominação colonial, neocolonial ou imperialista¹⁷ germinou uma nação de desenvolvimento capitalista dependente, com grande concentração da riqueza e “forte drenagem para o exterior dos excedentes econômicos nacionais, na convivência de formas arcaicas¹⁸ de trabalho e na depreciação do valor da força de trabalho assalariada”, tudo isso contrastando com as pressões por democratização e participação dos ganhos econômicos (SILVA, 2007, p. 61),

O que criou tensões na dominação política burguesa estimulando uma atitude autodefensiva e repressiva. Há, sem dúvida, uma associação entre as burguesias das nações capitalistas hegemônico-centrais e as burguesias nacionais, no sentido de manter a ordem autocraticamente e totalitariamente, fortalecendo o capitalismo e impedindo que a dominação da classe burguesa (associada) e seu controle do Estado (organicamente integrado à reprodução do capital) se deteriorassem (FERNANDES, 1987). Na medida em que a burguesia nacional luta para manter seus privilégios de classe e a sobrevivência do capitalismo, o desenvolvimento capitalista brasileiro ajusta-se com o atraso repondo-

¹⁶ Conceito cunhado por Karl Marx, que desenvolve a ideia de que, no modo de produção capitalista, sempre haverá uma mão de obra excedente à oferta de empregos, mantendo, grosso modo, a competitividade entre os trabalhadores, a necessidade de especializar-se em suas funções, a aceitação de trabalhos e jornadas ofertadas pelo mercado.

¹⁷ Palavras do autor.

¹⁸ Florestan Fernandes (1975), já alertava acerca do processo de industrialização tardio no Brasil, que não ocorreu com uma relação de rompimento com a dependência que este apresentava perante nações mais industrializadas e o imperialismo.

o em níveis mais complexos e funcionais. Há, então, um rearranjo entre o capital internacional e sua grande empresa, com o capital privado nacional e o Estado que viabiliza e garante diversos privilégios ao primeiro. Os primeiros anos da década de 1960 marcaram a emergência, no Brasil, de amplos grupos contestadores da ordem pertencentes às camadas trabalhadoras (urbanas e rurais), segmentos pequeno-burgueses (principalmente intelectuais), bem como parcelas mais progressistas da Igreja Católica e das Forças Armadas (como um fato novo). Isso colocou em xeque a ordem capitalista e seu curso monopólico-dependente, ainda que as discussões travadas acerca das “reformas de bases” no governo de Jango Goulart (1961 - março de 1964) não expressassem, em si, perigo ao capitalismo (SILVA, 2007, p. 61).

Em abril de 1964, portanto, através do Golpe Militar, trava-se o contexto pré-revolucionário, que Silva (2010) aponta como uma possível probabilidade da época, que poderia se traduzir em reformas intensas disfuncionais ao mundo do capital e, particularmente, ao padrão de acumulação imperialista na época em curso.

No momento referenciado, parte-se da ideia de que o país fez alianças com setores bastante retrógrados com uma burguesia repressora e não-democrática; e ao contrário do que se esperava, tratou por diluir as elites nativas em prol do capital estrangeiro (FERNANDES, 1975).

Em 1965, a Emenda Constitucional 11 introduziu o princípio de preexistência no custeio em relação ao benefício e serviço, e em 1966 houve a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) pela Lei 72/66, a partir da Unificação dos IAP's e integração de todas as categorias profissionais. O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), autarquia federal, foi criado em 1977, pela Lei nº 6.439, que instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas¹⁹), definindo um novo desenho institucional para o sistema previdenciário, voltado para a especialização e integração de suas diferentes atividades e instituições. O novo sistema transferiu parte das funções até então exercidas pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para duas novas instituições. A assistência médica aos segurados foi atribuída ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e a gestão financeira, ao Instituto de Administração Financeira da Previdência

¹⁹ O SINPAS era constituído e executava funções do INPS, IAPAS, INAMPS, LBA (Fundação Legião Brasileira de Assistência que foi criada para prestar assistência às famílias dos soldados “praças” que foram à Segunda Guerra Mundial, mas, paulatinamente, transformou-se em entidade que prestava assistência às populações carentes), FUNABEN (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que executava políticas voltadas às crianças e adolescentes), DATAPREV (Imprensa de Processamento de Dados da Previdência Social) e CEME (Central de Medicamentos que distribuía remédios gratuitamente a baixo custo). Em 1990, com a criação do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social, pela Lei 8.029), responsável pela administração dos benefícios, houve a junção do INPS com o IAPAS; em 2007 foi criada a Secretaria da Receita Federal, responsável pela arrecadação.

e Assistência Social (Iapas), permanecendo no INPS apenas a competência para a concessão de benefícios.

Seguido, desenvolve-se que o Estado pode cumprir um papel também como central repressiva e totalitário, para que prevaleça a ordem em detrimento das pressões sociais. No período da Ditadura Militar (com seu aprofundamento fascista-monopolista entre os anos de 1968 e 1974), atingem seu ápice, ancorados na unidade entre repressão e expansão econômica (o “milagre brasileiro”), que começou a se esgotar em 1973 e a determinar a decadência do regime:

A crise do “milagre”, imediatamente atribuída à crise internacional do petróleo (na verdade uma profunda crise de acumulação que não se via desde o final da segunda guerra mundial - 1945), desembocou em um projeto de autorreforma objetivado no governo Figueiredo a partir de 1978 empenhado em combinar mecanismos formais e limitados de representação com instâncias decisórias ditatoriais. A conhecida “transição lenta, segura e gradual” teve sua gênese estrutural na crise de acumulação do capital fundada na hegemonia fordista-keynesianista como padrão de organização e de disciplina do trabalho (HARVEY, 2003, p. 119), fato que determinaria a rápida transformação em todo processo produtivo visando à recuperação das taxas de lucro e da acumulação. Com o grande crescimento econômico entre 1945 e 1973, num contexto, de recuperação no pós-guerra e de reconstrução da economia mundial, o Estado aperfeiçoa e aprofunda seu papel orgânico na acumulação, assumindo funções inspiradas no padrão keynesiano necessariamente vinculado à produção fordista em massa. O tenso e firme pacto de classes, também estimulado pela guerra fria e pelo temor da alternativa comunista, foi mantido com firmeza e se sustentou em um modelo fordista-keynesiano (limitado – com variações – ao território europeu) claramente em crise no início dos anos 1970. Tratava-se, portanto, não apenas de um sistema de produção em massa (embora também o fosse), mas de uma forma de ordenamento total da vida social (SILVA, 2007, p. 63).

Este estudo ainda demonstra, baseando-se em autores como David Harvey, Karl Marx, István Mészáros e Ricardo Antunes²⁰, os esforços despendidos pelo Estado pelo controle econômico em função da classe dominante acoplados a combinações de políticas fiscais e monetárias desde o pós-guerra. Atribuía a isto investimentos públicos com políticas voltadas ao trabalhador (de seguridade, assistência social, saúde, educação, habitação) e acordos e direitos voltados principalmente àqueles vinculados aos setores produtivos.

Como o exemplo da Política Social Pública, notoriamente se permite aos cidadãos “acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros”. É nesse sentido que as Políticas Públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado (YAZBEK, 2007, p. 06). Para Jaccoud (2008, p.03),

²⁰ Ver ordem dos debates e fontes nas referências do próprio trabalho de Silva (2010).

as políticas sociais fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Tornam seus objetivos cada vez mais amplos e complexos, podendo organizar-se “não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais” e a melhoria das condições sociais da população.

O Estado fora considerado então, numa perspectiva de classes, como componente orgânico da acumulação. Um Estado essencialmente burguês e uma sociedade de classes sob tensões não podem ser resumidas a um embate relacional da política pública entre Governo e sociedade (SILVA, 2010, p. 91). Para Marx (2005), o Estado e o governo que o compõe são determinados pelos embates presentes na sociedade civil que se expressam na disputa para ocupar o Estado e assumir o governo.

Historicamente, a questão social vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social. A industrialização, violenta e crescente, engendrou dessa forma, vinculada necessariamente ao aparecimento e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no mundo da política. (PASTORINI, 2004, p. 110)

A sociabilidade burguesa compõe-se de classes sociais antagônicas que expressam e lutam pelos seus interesses, mais ou menos radicalmente, dependendo a conjuntura exposta. Portanto, o uso da palavra pública (ou “ação pública” – no sentido utilizado) também gera confusão ao esvaziar o seu conteúdo classista (SILVA, 2010, p. 119).

A vertente liberal sobre Estado e sociedade civil (o “povo”, organizado em instâncias representativas), coloca-os como esferas estanques, como se o primeiro não fosse a expressão das lutas sociais, de classe, contidas na sociedade civil:

Mais do que isso, a mediação entre eles se faz pela proliferação de instâncias representativas (formais e consultivas – no limite), sobretudo, ainda que não somente, por meio de conselhos de direito organizados por área: infância e juventude, idoso, assistência social, segurança pública, entre outras. A intersectorialidade, então, aparece formalmente como a dimensão articuladora entre tais setores e também aproxima a “sociedade civil organizada” do Estado e do governo que o compõe, harmonizando tensões e aplainando divergências (SILVA, 2010, p. 119).

Desta forma, setoriza demandas e aparta necessidades pertencentes a um todo da classe de trabalhadores(as). O autor ainda encrava que noções de Estado como governança e privilégios, aquela que fiscaliza, intenta transparência e ética em defesa do bem comum, está

inserida em uma contradição fundamental de conflitos entre capital e trabalho, entre produção social e apropriação privada, entre proprietários e desapropriados, que aparece como uma simples e imediata oposição entre Estado-governo e sociedade civil organizada. Então, tem-se que

Desde a “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, Marx, ainda transitando pela democracia radical, já destacava e criticava as ilusões hegelianas reconstruídas com base nos debates travados pelos “clássicos” da teoria política. Sendo assim, em Hegel existe uma clara fissura entre Estado-governo e sociedade civil, aos moldes da tradição liberal burguesa, sustentando a ideia (no sentido real dessa palavra) de que o Estado é uma instância superior, racional e avançada, como “espírito absoluto”, que soluciona as tensões provocadas pelos interesses privados contidos na sociedade civil, como síntese que, ao mesmo tempo, acomoda e suplanta as lutas sociais socialmente fragmentadas. Sob essa perspectiva, o indivíduo é um ente imaginário que vive uma soberania igualmente abstrata, um coletivo genérico expresso num Estado (igualmente abstrato), sem base material real para isso, despojado dela na medida em que universaliza, na abstração estatal, uma situação irreal. Como destaca Iasi (2007, p. 51), “[...] essa cisão é mais que um fenômeno constatável, no caso da sociedade capitalista contemporânea, ela é funcional. Expressa no nível político a pretensão de universalidade de uma classe particular, a burguesia. [...]”, caracterizando uma “inversão”, uma deturpação ideológica (SILVA, 2010, p. 119).

Tal nível político e caracterizações fragmentadas dos ensejos e aspirações sociais são colocados na forma de se fazer política e institucionalizar questões. Ainda que seja um importante passo para a garantia de direitos, tenta, de certa maneira, inviabilizar lutas sociais de um todo político, trazendo à tona cada necessidade impressa em um momento determinado. Silva (2010, p. 121), pontua também que o Estado Constitucional expressa interesses do povo apenas formalmente: Estado e governo sempre colocados do mesmo lado, como idênticos; do outro lado, é colocado o povo, dissolvido nas esferas particulares e nos indivíduos.

Como no caso, para exemplificar, das Políticas Públicas voltadas à assistência social – e aos mais pobres (a quem dela necessitar). Passa-se a responsabilidade à questão da solidariedade aos mais abastados, onde a questão das desigualdades sociais não é colocada em evidência, mas sintetizadas em políticas específicas e focalizadas na resolução dos “problemas” de pessoas imersas em tal situação, como se isto não fizesse parte de uma multiplicidade de demandas de garantias sociais, de participação ativa e efetiva ou de somadas atenuações econômicas, políticas, culturais e sociais.

A afirmação de que “é no embate relacional da política pública entre Governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso”, destacado pela PNAS (2004, p. 37) e normatizado pelo conjunto NOB-SUAS, abre brechas e estimula procedimentos altamente flexíveis com relação às responsabilidades do Estado na esfera da afirmação de direitos. Absolutamente coerente

com a prestação de serviços sociais sob o mando do capitalismo de monopólios flexibilizado, a “solidariedade cidadã” opera sob um tripé fartamente defendido e propagado por Rosanvallon (1995), qual seja: a redução (desresponsabilização) da demanda estatal no campo social (o que ele considera como a “crise do Estado-Providência” e a nova “questão social”), o reposicionamento da solidariedade de classes e o adensamento de uma maior visibilidade do social por meio de ações voluntárias que cultivem experiências reais solidárias nos espaços locais (SILVA, 2010, p. 120).

Essa nova questão social apontada, contudo, apresenta-se imbricada nas mesmas mazelas geradas por essa proteção social amenizadora das desigualdades sociais e dos fatores relativos a elas (pobreza, fome, violência, trabalho exercido de forma precária, desemprego, falta de acesso aos meios de transporte, entre outras escassezes de Políticas Públicas e garantias sociais para a sobrevivência e desenvolvimento dos cidadãos), que são gestadas nos conflitos entre capitalismo e o trabalho em si. Fruto, portanto, das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo e que, na verdade, é a mesma questão social com expressões diferenciadas em cada momento e conjuntura histórica. Destarte, no Brasil, as políticas sociais são focalizadas, dirigidas aos pobres, não se amparando nas pilastras universais de Beveridge (LEITE, 2016, p. 10),

Considerando as características das políticas sociais nacionais já indicadas, as quais estavam constantemente relegadas ao segundo plano, e o caráter restrito de sua cobertura, mesmo nos períodos de redemocratização. Aliás, um fato característico da experiência da proteção social brasileira é que os programas sociais foram mais amplamente distribuídos nos períodos das ditaduras. A Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual abriu uma porta para o caminho das reformas democráticas, tem sido constantemente descumprida pelos governantes que a sucederam, apesar de ela ter em suas pautas valores de cidadania que beneficiariam a todos (SILVA, 2011, p.31).

A Constituição Federal de 1988 foi importante momento para se colocar em pauta uma gama de questões urgentes da sociedade brasileira. Chamada de “Constituição Cidadã”, a Carta Magna deu grandes passos em torno da (re)democratização nacional. Incluiu a participação de setores organizados, partidos políticos e movimentos sociais, por vias de tensionamento e pressão popular, apontando interesses diversos e emergentes à garantia de direitos: ao trabalho, à convivência, à cultura, à política, entre tantos outros.

De tal maneira, o descumprimento e a não-legitimação da constituinte demonstra o quão a classe trabalhadora pode ser “posta de lado” em momentos de fragilização da organização política de setores populares, ou mesmo da fragilização da democracia. E assim sendo, para Yazbek (2007, p. 04), “o papel do Estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e à dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa

sociedade. É nesse sentido que o Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos”. A autora pontua que se trata de uma relação desigual que intervém tanto na acumulação, como na reprodução social das classes subalternas. No sistema vigente, o capitalismo, o Estado perpassa essas contradições e se objetifica nas instituições, onde apóia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações.

A forma de organização desse Estado e suas características terão, pois, um papel determinante na emergência e expansão da provisão estatal face aos interesses dos membros de uma sociedade. Vai do predomínio do pensamento liberal e da consolidação da sociedade salarial (meados do século XIX, até a 3ª década do século XX) às perspectivas keynesianas e social democratas que propõem um Estado intervencionista no campo social e econômico.

Por mais dinâmico conjuntural que possa ser um “formato de Estado”, dadas as devidas particularidades de cada localidade, o papel, numa perspectiva de classes, que esse possa vir desempenhar, aqui se compreende enquanto determinante para o funcionamento de todo um sistema. Não obstante, por mais que este venha a desempenhar serviços mais ou menos democráticos, por vezes em regimes até mesmo totalitários, ou aqueles referidos como “de bem-estar”, voltados à cidadania e à busca da equidade social, entende-se, na visão aqui abordada, que um Estado sempre tentará a manutenção da ordem e de privilégios de determinada classe e à garantia da propriedade privada e à detenção dos meios de produção por parte pequena da sociedade.

Os lucros detidos por pequena parcela da sociedade, a expropriação da mais-valia, a exploração de uma classe pela outra, a propriedade privada, a venda da força de trabalho, são expressas em qualquer parte do mundo atual, ainda que mais ou menos cruelmente explícitas em contradições as mais diversas em determinados países, Estados, municípios. Contudo, via de regra, estas são suas expressões maiores, observações determinantes que nos fazem acreditar e aqui expor essa visão de um Estado de Classe, ainda que consideremos, (assim como demonstrado na leitura de “Para Além do Capital – Rumo a uma Teoria da Transição”, de Mészáros), diversas contradições intrínsecas ao modo exploratório de vida, e suas importantes “categorias mediativas”, sendo estas de *primeira* ou *segunda ordem*²¹.

²¹ De acordo com Mészáros (2011, pp. 212-213), as mediações primárias são "relações em cujo quadro tanto os indivíduos da espécie humana como as entrelaçadas condições culturais\intelectuais\morais\materiais cada vez mais complexas de sua vida são reproduzidos segundo a margem de ação sócio-histórica disponível e cumulativamente

2.3. Administração Pública Estatal no Brasil: privatizações e neoliberalismo

O modelo de Estado Brasileiro, como apresentado brevemente nas páginas anteriores, passa por diversas mudanças substanciais administrativas e, juntamente a esses processos, notam-se as mudanças no modo de produção e organização do trabalho.

O Estado Brasileiro é marcado por diversas tentativas e reformas/contrarreformas embasadas em diferentes modelos, no que tange a administração pública – onde passara por padrões patrimonialista, burocrático e gerencial; padrões exportados, de nacionalização e desnacionalização, e certas vezes, até por combinações de alguns destes mencionados – e no modo de produção.

Acerca da administração pública, o primeiro modelo identificado (BRASIL, 1995, p.18), fora o da administração burocrática, no quadro da aceleração da industrialização nacional. Esta reforma se deu já no primeiro governo Vargas, com a racionalização dos serviços públicos em consequência à necessidade de adequação ao capitalismo moderno.

Em 1936, cria-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), adentrando as teorias do taylorismo no modo de produção e, na administração em si, as teorias weberianas. Em uma cultura marcada pelo patrimonialismo, clientelismo e coronelismo, as dificuldades de traduzir um modelo “puro” foram se apresentando na contramão do quadro político brasileiro (BRASIL, 1995, p. 19)

Já em curso desde o século XX, a ideia de racionalização de Frederick Taylor estava nas pautas de um projeto nacional dos industriais brasileiros como a possibilidade de solucionar problemáticas econômicas e sociais, e tomam curso rapidamente no modo de produção em algumas empresas, como no famoso caso do industrial Simonsen, que já implementava tais práticas desde o início do século XX. As técnicas e métodos da organização racional expressaram-

ampliada". Assim, essas condições podem ser notadas em atividades regulação de reprodução biológica de acordo com os recursos disponíveis, a relação orgânica entre homem e natureza e as regulações advindas desta e a satisfação das necessidades humanas, instrumento de trabalhos e conhecimento que possibilita a reprodução social. As mediações de segunda ordem, dão-se de acordo com a lógica reprodutiva do capital, uma vez que produzem no contexto metabólico social do capital, de acordo com Marx (1978), “a alienação do homem em relação à natureza, à sua própria atividade, ao produto de seu trabalho e ao próprio gênero”. A “emergência dessas mediações não tem como finalidade a inteireza dos seres em suas relações entre si, mas o caráter expansionista do valor de troca, pondo em jogo tanto as ações quanto o pensamento e o sentimento dos indivíduos. Desse fato, depreende-se que o valor de troca impõe a subordinação das necessidades humanas, sobrepondo-se ao valor de uso” (Marx, 1978)”.

se fortemente também na construção de diversos quartéis militares em 1923, resultando a redução de custos e tempo nas obras realizadas (MEDEIROS, 1980, p. 125).

Simonsen também se empenhou na criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, visando o preparo da elite de empresários para a atividade industrial. (VARGAS, 1985, p.169). Tal empresário discursava contra a luta de classes no sentido de trabalhar a cooperação entre patrões e operários, que deveriam unir suas forças em prol da racionalização da produção e da elevação dos lucros. Porém, as novas propostas de reorganização fabril não agradaram o operariado, que colocou forte resistência contra o discurso de interesse coletivo. Tal descontentamento vem juntamente a um movimento onde

O Estado atuava diretamente, por meio de ações econômico-financeiras, no desaparecimento das formas semifeudais de acumulação propiciando sua transformação para um padrão industrial-monopólico (ainda na sua fase fordista). Gramsci percebe que se trata de um processo de racionalização e de controle intensos, historicamente determinado (portanto, mutável e transitório), que atua no sentido de formar trabalhadores educados e embrutecidos dentro do padrão de organização do trabalho (fordista), como seres “conscientes” do processo de que participam ou, como queria Taylor, como “gorilas domesticados”. Efetivamente Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente de procedentes e, indubitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*. [...], em acordo com Gramsci. Todavia, Florestan Fernandes, em sua obra “A Revolução Burguesa no Brasil”, chama atenção para o fato de que a superação da condição legal de colônia fez com que os excedentes econômicos tradicionalmente destinados à metrópole ou aos segmentos econômicos partícipes deste processo passassem a ser rateados entre as elites senhoriais brasileiras que, desde então, puderam controlar mais diretamente o Estado e a vida social do país (SILVA, 2010, pp. 40-41).

Todo este processo de grande voz aos detentores dos meios de produção nas indústrias e nas relações de trabalho e na forma de gerenciar o Estado expressa-se de modo a articular Estado e capital em um emaranhado de práticas e imposições à classe trabalhadora. A burguesia então passa a unir-se em prol dos discursos da desorganização administrativa que, segundo eles, gerava desperdício de recursos e desentendimento entre as classes. Ou seja, colocavam as desigualdades e as problemáticas do modo de produção dentro de um discurso político-ideológico de necessidade de racionalizar tanto a forma de produzir quanto o modelo de Estado adotado até então. O projeto

de racionalização, portanto, fora estrategicamente empregado pelos industriais do Brasil, no início do século XX, acentuando-se no pós 30 como resposta à crise de 1929, adotada pelo governo varguista que, em conjunto a isso, elabora leis do trabalho sindicais fascistas, com o objetivo de não tolerar mais a organização e a contestação dos trabalhadores, que seriam então tratadas como subversão, acarretando assim, perseguições, prisões e deportações dos trabalhadores estrangeiros (BATISTA, 2012, pp.35-37).

As inadequações da administração burocrática implantada a partir dos anos 1930 sofreram sucessivas tentativas de reforma. Caracterizaram-se por diversas criações e extinções de órgãos e de estruturas paralelas visando alterar a rigidez burocrática. No Governo JK, por exemplo, foram criadas comissões especiais, como a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos, objetivando a realização de estudos para simplificação dos processos administrativos e reformas ministeriais, e a Comissão de Simplificação Burocrática, que visava à elaboração de projetos direcionados para reformas globais e descentralização de serviços (BRASIL, 1995, p.20).

Os primórdios da administração pública gerencial remetem também às consequências do fim da “prosperidade” pós Segunda Guerra Mundial, com a crise do petróleo de 1973 e a crise mundial que abala o consenso acerca do papel do Estado que procurava manter o crescimento econômico e o bem-estar social, interligadas à dimensão administrativa. Respectivamente, estas três dimensões descritas eram caracterizadas pelo *keynesianismo* (intervenção estatal na economia e políticas de pleno emprego com estratégias voltadas ao desenvolvimento nacional), o *WelfareState* (enquanto modelo social) e a dimensão do modelo burocrático *weberiano* (papel de manter a impessoalidade, a neutralidade e a racionalidade do aparato governamental) (ABRUCIO, 1997, pp.06-07).

Como tentativa de superação da crise, a “redefinição” do papel do Estado na economia e a redução de gastos na área social foram algumas estratégias implementadas como “saídas” do antigo regime estatal, tentando responder ao esgotamento do modelo burocrático weberiano. Assim, introduzem-se alguns padrões gerenciais na administração pública, inicialmente e com mais potência em alguns países do mundo anglo-saxão, e depois, gradualmente, na Europa continental e Canadá (ABRUCIO, 1997, p. 07).

No Brasil, com a crise fiscal, a sobrecarga de atividades do Estado, a aspiração neoliberal, o fomento à globalização com a perda do poder dos Estados nacionais e a crise do Estado com reformas e modificações no modelo weberiano, dava-se um contexto favorável à

dinâmica interna estatal, onde foram introduzidas lógicas de produtividade, importando do modelo privado de mercado ideias como o *managerialism* como “substituição” ao modelo weberiano, ainda que não houvesse condições materiais para sua sustentação. O contexto intelectual favorável às mudanças na administração pública e as teorias críticas às burocracias, abriram espaço ao modelo gerencial como referência ao setor público (ABRUCIO, 1997, p. 10).

Em 1967, uma nova reforma ditada pelo Decreto-Lei 200, foi instaurada na tentativa de superar tal burocratização, podendo ser considerada como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil. Contudo, tais reformas não foram tão significativas no quesito central da burocracia, “permitindo a coexistência de núcleos de eficiência e competência na administração indireta e formas arcaicas e ineficientes no plano da administração direta ou central” (BRASIL, 1995, p.19 - 20):

O núcleo burocrático foi, na verdade, enfraquecido indevidamente através de uma estratégia oportunista do regime militar, que não desenvolveu carreiras de administradores públicos de alto nível, preferindo, ao invés, contratar os escalões superiores da administração através das empresas estatais. Em meados dos anos 70, uma nova iniciativa modernizadora da administração pública teve início, com a criação da SEMOR - Secretaria da Modernização. Reuniu-se em torno dela um grupo de jovens administradores públicos, muitos deles com formação em nível de pós-graduação no exterior, que buscou implantar novas técnicas de gestão, e particularmente de administração de recursos humanos, na administração pública federal (BRASIL, 1995, p.19 – 20).

Em meio a estes processos, havia um forte movimento de internacionalização financeira na economia, que inicia em meados dos anos 1960, mas acentua-se uma década depois. “Na periferia do capitalismo, as novas estratégias de acumulação das empresas multinacionais as levaram ao investimento especulativo em ativos financeiros e à compra de empresas estatais de setores-chave da economia, ofertadas a preços baixos” (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.03).

No final da década de 70 e início da década de 80, havia um sentimento generalizado contrário à burocracia, que era vinculada à ideia das práticas clientelistas e de defesa de interesses em detrimento da necessidade de um corpo técnico a serviço dos cidadãos (ABRUCIO, 1997, p. 11).

Mundialmente, o *tatcherismo*²² se aproveita da situação e o modelo de gestão privado começa a tomar cada vez mais espaço, como um tipo ideal incorporado à coisa pública. Alguns governantes conservadores passam a ser o “catalisador político” para sua imposição, já em 1980,

²² Thatcherismo são ideologias políticas apregoadas pelo Partido Conservador britânico, tendo como sua liderança Margaret tatcher, em 1975, onde se adota um estilo de governo onde esta foi primeira-ministra dos anos de 1979 até 1990, com combinações do ideário do liberalismo econômico.

se sobrepondo aos ideários do *WelfareState*. Como representantes deste processo, os conservadores ingleses e os republicanos americanos passam a introduzir um “modelo gerencial puro em que prevalecia o ângulo meramente economicista (‘cortar custos’ como fim último) e o desconhecimento da especificidade do setor público” (ABRUCIO, 1997, p. 12).

Nos anos 80 e 90 a financeirização econômica nos países da periferia²³ do capital aumentam devido à redução da taxa de juros estadunidense no mercado monetário, caindo de 20% para 4,5% em vista a uma “aceleração do crescimento e da globalização” (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.03). O governo brasileiro iniciou a reforma comercial com “a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre as importações, somado à proposta de redução tarifária”, intensificando-se a partir de 1990, e então a economia passa a ser reestruturada (GENNARI, 2011, p. 31).

No Brasil, a busca pelos fundos de pensão norte-americanos para mercados emergentes inaugura os processos mais acelerados de privatizações e “e à aquisição de títulos da dívida pública após o país fazer mudanças na área econômica exigidas pelos interesses de acumulação privada, notadamente aderindo às regras estabelecidas pelo Consenso de Washington²⁴” (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.02).

Com a abertura financeira, comercial e econômica, há o estímulo do capital especulativo, que

Também funcionou no sentido de permitir a aquisição de setores produtivos e de serviços estratégicos (como siderurgia, mineração, petroquímica, transportes, energia e telecomunicações), até então nas mãos do Estado, e que passavam a ser de interesse do capital privado internacional pela busca, sobretudo, de matérias-primas em todo o globo para fomento da sua expansão mundial, e como forma de amenizar a sua sobre acumulação. Segundo Harvey (2003), quanto mais o capital se encontra sobre acumulado, maior a interferência imperialista para tentar solucionar essa situação. O neoliberalismo, de acordo com ele, surge nos anos 1970 justamente como uma resposta à sobre acumulação, sendo as privatizações parte de um mecanismo para proporcionar lucros para esse capital, em um processo liderado pelo imperialismo norte-americano e que Harvey (2003, p.124) denominou “acumulação por espoliação”: “O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos [...]. O capital sobre acumulado pode

²³ Ao contrário dos países centrais, os periféricos são aqueles ainda em desenvolvimento, com pouca influência decisória no cenário político internacional, que em sua maioria possuem a exportação de matérias-primas como atividades econômicas principais, com pouco ou nulo pólo de desenvolvimento tecnológico.

²⁴ O Consenso de Washington foi um tratado internacional, com orientações dos países imperialistas para aqueles em subdesenvolvimento em todo o globo, realizado em 1989 em Washington DC, dando bases ao neoliberalismo como uma tentativa de saída à crise capitalista. Estados Unidos da América e o Fundo Monetário Internacional colocaram as medidas deste tratado como obrigatórias para se estabelecer relações com outros países e facilitar os meios de negociar as dívidas externas. Incluía os seguintes pontos principais: Reforma fiscal, abertura comercial, privatizações e redução fiscal dos Estados.

apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.03).

O neoliberalismo, portanto, com seus primeiros rebatimentos na economia do país, já apontava as tendências de suas práticas dentro da atuação do próprio Estado, que caminhava em conjunto aos interesses do capital, como demonstram os dados das privatizações dos governos, que se deram, principalmente: 1) após o aumento da dependência e vulnerabilidade externa nacional a partir do Plano Real, então de maneira funcional na busca do equilíbrio fiscal e 2) através de leilões de desestatização para a recomposição das reservas cambiais e valorização do Real. “A melhora do perfil da dívida pública, o discurso da modernização do parque produtivo e dos excessos da participação do Estado na economia eram evocados para justificar as privatizações²⁵. Tratou-se da defesa do Estado mínimo e do mercado livre” (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.07)

Como exemplos da atuação dos governos no tratado em busca desta relação com a economia global e da aceleração da financeirização em busca de maior estabilidade no país, as privatizações deram-se mais fortemente a partir dos anos 1990. No governo Fernando Collor de Mello, o foco era nas estatais de infraestrutura, instituído pela Lei nº 8031 de 12 de abril de 1990 com a criação do I Plano de Desestatização Nacional (I PND), num total de 18 empresas e 27 processos judiciais acerca de suas incorreções. “Nesse sentido, no governo Collor teve início o mais radical processo de abertura comercial” registrado desde a chamada “mudança do eixo dinâmico, nos anos 1930” – com o qual, após baixas nas alíquotas financeiras em seu último ano de governo, renderam-lhe um processo de *impeachment* somado às denúncias de corrupção (GENNARI, 2011, p. 31).

O governo de Itamar Franco, já em 1993 – com quase todo o setor siderúrgico privatizado –, passa a incentivar ainda mais o capital privado e foca na continuidade do PND nos setores ferroviários e de energia elétrica através da Medida Provisória nº 362, de 25 de outubro de 1993, privatizando mais 15 empresas. (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.18)

Então, é no governo FHC que se acirram os processos de privatização no país, facilitando-os através da Medida Provisória 841 de janeiro de 1995 e nas mudanças da Lei 8.031,

²⁵ Ressalta-se que a privatização estava entre os dez pontos elencados no Consenso de Washington, que foram: “1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; e 10) propriedade intelectual” (BATISTA, 1994, p.18).

de abril de 1990, criando o Conselho Nacional de Desestatização (CND). Em 1996, institui-se o Decreto no 2.077, de 21 de novembro de 1996, alterando o Decreto no 1.024, de 29 de julho de 1994. Em setembro de 1997, por sua vez, institui-se o II PND, visando ainda mais este aceleração, através de revogação, incorporação e alterações nas legislações até então vigentes. No total, tal governo desestatizou²⁶, só em seu primeiro mandato, 31 empresas; sendo que em seus dois mandatos, esse total se deu em 70 empresas federais e 55 estaduais privatizadas (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.18).

Mesmo demandando dinheiro público em seu financiamento após a privatização, era dada liberdade de escolha para a tecnologia que seria utilizada pela empresa nos investimentos, podendo trazer equipamentos das matrizes de seus sócios. “Essa concessão trouxe a consequência previsível: as empresas ‘privatizadas’ passaram a importar maciçamente equipamentos, peças, componentes. ‘Quebraram’ a indústria nacional. E ‘torraram’ dólares, contribuindo para a crise futura do real” (BIONDI, 2014, p.83).

Portanto, segundo Rodrigues e Jurgenfeld (2017, p.19-27), essas ações se dão justamente com a internacionalização financeira, de acordo com os interesses das empresas multinacionais pela acumulação de capital em países periféricos, como a especulação no Brasil a partir dos títulos da dívida pública e da compra de empresas estatais, vendidas pelo Estado a preços baixos, em áreas estratégicas e com elevadas possibilidades de lucratividade. Há a alteração de marcos legais em benefício de tais práticas, para facilitar a atração de capital, principalmente estrangeiro, e os governos dos presidentes Collor, Itamar e FHC realizaram políticas de saneamento financeiro das empresas estatais antes que fossem repassadas ao setor privado. Os leilões também expuseram o interesse do capital internacional em setores estratégicos e essenciais para a soberania do país, tanto no ramo de serviços como de exploração de recursos naturais, como energia, telecomunicações e mineração, onde

Os processos de privatização também explicitaram seu caráter especulativo, dada a grande quantidade de participação de fundos de investimentos e bancos entre os compradores, que aproveitaram o processo para adquirir ações a bons preços e que venderiam facilmente e com alta lucratividade poucos anos depois. Nos mais diversos leilões, ficou evidente a presença de instituições como Previ, bancos Bozano, Simonsen e Opportunity. Este último foi protagonista do maior escândalo de corrupção denunciado à época dos leilões da Telebrás, levando à queda de nomes de confiança do presidente FHC (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017, p.28).

²⁶ A desestatização atende os princípios de reduzir ou excluir as atividades do Estado em empresas estatais (sob poder de gestão do Estado).

Com questionamentos acerca das formas como estas privatizações se deram, o valor ao qual as empresas foram vendidas (em partes significativas de seu funcionamento) e diversas denúncias de corrupção, é enfatiza-se o atendimento de quais interesses estivera em jogo naquele momento, além da criação de instabilidade ainda maior na economia do país em detrimento do atendimento das necessidades sociais. Nesse sentido, são colocadas expressões da deslegitimação de aspirações sociais num momento de redemocratização, como contraponto àquilo que fora apregoado pela Constituição Cidadã acerca da soberania nacional, por exemplo.

2.3.1. O Plano Diretor da Reforma do Estado Brasileiro

No que tange a administração pública do Estado brasileiro, em análise ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado²⁷ do Ministério da Administração do Governo Federal no ano de 1995, comandado por Bresser Pereira, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), situou-se a crise econômica brasileira que fora colocada também enquanto crise do modelo de Estado adotado pelos governos anteriores.

Segundo este documento, até então, o Estado estava sendo utilizado de maneira a desviar-se de suas “funções básicas para ampliar a sua presença no setor produtivo, que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação” (BRASIL, 1995, p.06).

A ideia da reforma do Estado era, então, estabilizar as bases da economia, promovendo um crescimento que levaria à correção das desigualdades sociais e regionais, definindo objetivos e diretrizes à administração pública brasileira. Com propostas de modernizar a máquina estatal em uma reforma gerencial²⁸, baseadas em conceitos de administração, eficácia e eficiência, tornando a sociedade civil em clientes privilegiados dos serviços prestados, as proposições deste plano deram-se enquanto emendas constitucionais que se referiam tanto no trato com os servidores públicos, quanto na questão das aposentadorias e pensões e na organização institucional pública da máquina estatal.

²⁷ Conceito apresentado na página 11 deste mesmo Plano Diretor, diferenciando Reforma do Estado de Reforma do Aparelho do Estado.

²⁸ Conceito de Administração pública Gerencial contida à partir da página 14 deste mesmo Plano Diretor.

Diferentemente das ideias liberais, neste momento o que se visava era justamente um Estado de maior intervenção, exprimindo que

A Primeira Grande Guerra Mundial e a Grande Depressão foram o marco da crise do mercado e do Estado Liberal. Surge em seu lugar um novo formato de Estado, que assume um papel decisivo na promoção do desenvolvimento econômico e social. A partir desse momento, o Estado passa a desempenhar um papel estratégico na coordenação da economia capitalista, promovendo poupança forçada, alavancando o desenvolvimento econômico, corrigindo as distorções do mercado e garantindo uma distribuição de renda mais igualitária (BRASIL, 1995, p.10).

Como forma de diálogo com a população, o plano apostava então em um formato de Estado que caminhasse em conjunto com as demandas do desenvolvimento tecnológico e da globalização da economia mundial, todavia enquanto um Estado competitivo, como se apresentavam outras nações mais desenvolvidas.

Para justificar sua implementação, o Plano Diretor apresenta a crise do Estado em três definições principais:

(1) Como uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no terceiro mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática (BRASIL, 1995, pp. 10-11).

Citando ainda as crises dos anos 1970 e 80, onde a primeira fora relacionada à crise fiscal, mas também do esgotamento do modelo de substituição de importações e a rigidez de procedimentos e excesso de regras, e a segunda relacionada ao fracasso do neoliberalismo, o governo demonstra os ideários da reconstrução do Estado de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar Políticas Públicas. Como propostas de resolução dos problemas da máquina estatal e enfrentamento da crise e suas definições, considerava-se, naquele momento, inadiáveis cinco pontos principais:

(1) O ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente Políticas Públicas.

Para além da análise das causas da crise, as propostas que se seguem de melhorar o aparelho do Estado e em consequência seu funcionamento e papel, dizem respeito a toda uma redefinição que engloba que este deixe de ser

O responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade, e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Para realizar esses dois últimos objetivos, que se tornaram centrais neste século, o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências que daí resultaram deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais (BRASIL, 1995, p.12).

Referendando, assim, privatizações de empresas estatais e da criação de um programa de publicização que transfere para o setor público não estatal a produção de serviços competitivos não exclusivos do Estado, como forma de parcerias entre este último e a sociedade civil. Diminuindo, portanto, o papel do Estado enquanto executor direto de serviços e transformando-o em provedor e regulador, principalmente no que tange setores como saúde e educação, flexibilizando formas de atendimento aos cidadãos no quesito Políticas Públicas. “Entre vários meios de atuação da Administração Pública gerencial, há a parceria com a sociedade civil e uma maior autonomia para as entidades administrativas”. Assim, “a eficiência da administração pública, a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços públicos prestados, tendo o cidadão como beneficiário, torna-se a meta do Estado, a essência da atividade desempenhada por este”. Permeia-se a esta uma maior participação da iniciativa privada e das Organizações da Sociedade civil (OSC’s) para “deslocar a ênfase dos procedimentos – meios, para os resultados - fins. Essas entidades passam a ser denominadas de terceiro setor, podendo também ser chamada de entidades paraestatais, na medida em que atuam ao lado do Estado” (SARTURI, 2013, online).

Ainda de acordo com a referência acima, Pietro (2003) demonstra que:

Os teóricos da Reforma do Estado incluem essas entidades no que denominam de **terceiro setor**, assim entendido aquele que é composto por entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos; esse terceiro setor coexiste com **primeiro setor**, que é o Estado, e o **segundo setor**, que é o mercado. Na realidade, ele caracteriza-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos; precisamente pelo

interesse público da atividade, recebe em muitos casos ajuda por parte do Estado, dentro da atividade de fomento; para receber essa ajuda, tem que atender a determinados requisitos impostos por lei que variam de um caso para outro; uma vez preenchidos os requisitos, a entidade recebe um título, como o de **utilidade pública**, o certificado de **fins filantrópicos**, a qualificação de **organização social**. (...) Normalmente, celebram convênio com o poder público, para formalizar a parceria (PIETRO, 2003, p. 413, 414 – grifos da autora).

A prestação dos serviços públicos, destarte, não exclusivos do Estado, como o “poder da polícia, ganhou novos modelos. Trata-se do estabelecimento de parceria com o Terceiro Setor para prestação de serviços como saúde, educação, pesquisa científica, fomento, entre outros” (SARTURI, 2013, online).

Este Plano coloca ainda a importância de se defender a coisa pública²⁹, o que é de todos e para todos, refundindo bases republicanas e direcionando estratégias à participação e controle social. Em contrapartida, pós-implementação desses vieses, o governo Fernando Henrique Cardoso passou para a iniciativa privada as maiores privatizações da história, por valores muito abaixo do que as empresas estavam avaliadas, como aqui já mencionado.

A venda da parte acionária e de controle do governo destas empresas, como por exemplo, a Vale do Rio Doce e a Telebrás, gerou bastante polêmica e controvérsia. A primeira foi vendida na época, em maio de 1997, por 3,3 bilhões de reais, e hoje seu valor de venda está estimado em cerca de 53 bilhões de dólares. A segunda gerou um reajuste nas tarifas telefônicas que gerou cerca de 500% de aumento nas mãos do setor privado, e 150% na energia elétrica.

Para convencer a opinião pública dos benefícios da privatização, os meios de comunicação da época induziam o pensamento social de que a venda das estatais

Para convencer a opinião pública, governo e meios de comunicação defendiam que a venda das estatais atrairia dinheiro do exterior, reduzindo as dívidas externa e interna do Brasil. E, na verdade, ocorreu o contrário: além de “engolir” as dívidas de todas as estatais vendidas (o que aumentou a dívida interna), parte razoável do dinheiro levantado pelos investidores vinha de bancos estrangeiros. O que significou que, no fim das contas, as companhias recém privatizadas, já comprometidas com dívidas junto a grupos financeiros internacionais, seriam obrigadas a enviar grande parte do dinheiro que fizessem para o exterior. Algo que não aliviou – na verdade, piorou – a dívida externa nacional. Para complicar ainda mais a situação, o próprio governo financiou parte da compra, oferecendo empréstimos do BNDES e trocando crédito pela aquisição de títulos da dívida pública. Medidas que acabaram se tornando um contra-senso, já que, ao oferecer no Brasil parte do dinheiro a ser investido nos leilões, os potenciais compradores acabaram sem grande

²⁹ O termo “coisa pública” ou “coisa do povo” refere-se à expressão latina *Res publica* (república); que designa aquilo que não é propriedade privada, mas um bem comum adquirido com dinheiro público e portanto não pode ser exclusivo de um ou poucos detentores.

estímulo para trazer dólares de fora para o país. Dólares que, justamente, eram alardeados desde o início como um dos motivos para a privatização (ARAÚJO, 2016, online).

Além disso, Aloysio Biondi (2000, p.22) ainda chama a atenção para mais um fato. Segundo o autor, a classe média e os trabalhadores no Brasil pagam, em média, 27,5% de impostos sobre tudo o que ganham, sem descontos em suas despesas. A Vale do Rio Doce, que contempla também outras 30 empresas “das áreas de mineração, navegação, portos, celulose, madeira, doada por FHC a um grupo liderado pelo Sr. Steinbruck, teve um lucro de 1,25 bilhão de reais em 1999, para faturamento de 4,4 bilhões de reais”, e o imposto de renda cobrado em cima de tal empresa não ultrapassa 05 milhões de reais, ou menos de 0,5% do lucro, ou 0,125% do faturamento.

Assim sendo, o autor acima referenciado aponta que o Brasil entregou fontes importantes de patrimônio público para pequenos grupos econômicos, aumentou a sua dívida pública (de 30% do PIB em 1995 para quase 60% em 2002); e “a política de investimentos do BNDES, que estimulava a remessa de dólares para o exterior, acabou provocando uma recessão que atingiu as famílias do país, numa quebraadeira generalizada que levou a enormes índices de desemprego” (ARAÚJO, 2016, online).

No geral, foram privatizadas, entre os anos de 1990 e 1996, um total de 166 mil empresas, com cerca de 546 mil postos de trabalhos que foram extintos diretamente.

O que, comparado ao número de privatizações ocorridas desde meados da década de 1980 (19 companhias, entre 1985 e 1990) apenas prova a sanha privatista do projeto do PSDB. Um negócio que, muito bom para alguns lobistas e umas poucas empresas estrangeiras, se mostrou, em pouquíssimo tempo, péssimo para o povo brasileiro. Pelo visto, não melhorou, apesar de ser essa a principal justificativa para a venda do patrimônio público. “As receitas das vendas de estatais no auge do processo, entre 1997 e 1998, corresponderam em média a 3% do PIB e contrastam com os resultados da dívida pública e do desequilíbrio fiscal, que prosseguiram como se uma privatização de tal envergadura não estivesse em curso”, escreveram Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Gomes de Almeida no livro *Depois da Queda* (ARAÚJO, 2016, online).

Biondi (2000) aponta que, a exemplos marcantes da desnacionalização³⁰ do Brasil, se referindo às privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, o país significativamente perdeu grande parte de sua lucratividade em prol de beneficiar pequenos grupos e multinacionais. A isso, se refere também ao caso da Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais), estatal que foi parcialmente vendida a um terço de seu capital para um grupo norte-americano. Em 1998,

³⁰ O termo desnacionalização se refere à um conceito econômico que supõe uma transferência de um bem (ou empresa) que antes era público e passou para o setor privado, perdendo seu caráter de unicamente nacional, podendo ser de posse de setores internacionais, assim como seus ganhos e benefícios.

apresentava lucros de 390 milhões de reais; entregando 97,5% deste valor aos novos acionistas, revertendo seus lucros à sua matriz. Outro caso era a empresa Dako, que produzia fogões populares, que foi vendida a uma grande multinacional, e os produtos fabricados que antes eram vendidos a preços acessíveis e de produção totalmente nacional, agora investe em compra de peças importadas com produção de tecnologia onde se reverterem os lucros, antes voltados ao país, para seus detentores (BIONDI, 2000, p.15).

Veja-se bem: as remessas de lucros e dividendos das multinacionais para as matrizes não passavam dos 700 milhões (com eme) de dólares, no começo dos anos 1990. Com o início da abertura da economia, no governo Collor, elas passaram para a faixa de 2,4 bilhões no começo do mandato de FHC. Em 1997, já haviam chegado aos 7 bilhões de dólares, isto é, triplicado no governo FHC e crescido dez vezes em relação aos valores históricos (BIONDI, 2000, p. 18).

Ou seja, tiram-se porcentagens importantes devido à participação das estatais e seja na repartição de lucros ou dividendos, o Estado fica com uma parcela menor, como estes e outros muitos exemplos, depois se investe mais dinheiro através do empréstimo pelo BNDES, e as outras partes dos pequenos acionistas nacionais acabam por vender suas partes também aos grupos compradores, dando ainda mais poder a estes últimos em prol do capital internacional.

Um dos debates colocados no Plano Diretor referencia ao que dispõe de denúncias da esquerda, em contraponto ao movimento por maior democratização em níveis político e administrativo “da busca de rendas ou vantagens extra-mercados para grupos determinados através do controle do Estado” (BRASIL, 1995, p.14), como forma de defesa da coisa pública contra o patrimonialismo. Ao que compete essa discussão é necessário analisar, de fato, as beneficias das privatizações do Estado Brasileiro – ao que nos parece, beneficiou grupos determinados em detrimento de toda uma parcela da sociedade e de trabalhadores.

A administração pública gerencial apregoada por este plano diretor baseia, portanto, uma espécie de mesclagem entre as teorias empresariais privadas e a administração pública em si, conforme citação abaixo:

A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última. Enquanto a receita das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços, a receita do Estado deriva de impostos, ou seja, de contribuições obrigatórias, sem contrapartida direta. Enquanto o mercado controla a administração das empresas, a sociedade - por meio de políticos eleitos - controla a administração pública. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração

pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público (BRASIL, 1995, pp.16-17).

Relaciona-se, também, com a administração pública burocrática, afirmando o poder do Estado mas não direcionando as Políticas Públicas a um segundo plano. Visa-se que, se os cidadãos pagam seus impostos, então eles são clientes dos serviços públicos estatais. Em outras palavras, alguns pontos – como profissionalismo, impessoalidade, moralidade, publicidade, etc. –, convergem nestes dois modelos de administração pública (burocrática e gerencial); porém, na burocrática, a noção de interesse público se distancia na noção da gerencial, que não pode ser confundido com o interesse do próprio Estado.

Para a administração pública burocrática, o interesse público é freqüentemente identificado com a afirmação do poder do Estado. Ao atuarem sob este princípio, os administradores públicos terminam por direcionar uma parte substancial das atividades e dos recursos do Estado para o atendimento das necessidades da própria burocracia, identificada com o poder do Estado. O conteúdo das Políticas Públicas é relegado a um segundo plano. A administração pública gerencial nega essa visão do interesse público, relacionando-o com o interesse da coletividade e não com o do aparato do Estado. Na administração pública gerencial a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais. Em suma, afirma-se que a administração pública deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins) (BRASIL, 1995, p. 17).

Estabelecidos os parâmetros principais colocados naquele momento para a reforma do Estado, nota-se a ênfase constante na tentativa de tornar o Estado um espaço menos patrimonialista, introduzindo conceitos de eficácia e eficiência e reorganizando a noção de profissionalismo referido aos servidores públicos, como uma espécie de adequação da administração de empresas à administração pública, onde os cidadãos são os clientes, os lucros são convertidos às necessidades sociais e também ao interesse privado, e os trabalhadores da máquina estatal especializados em suas funções para garantir serviços mais ágeis, eficazes e com menor custo para o Estado.

Paludo (1995, p. 18) ressalta que o modelo gerencial já vinha tendo sua aplicabilidade no mundo desenvolvido “através da definição clara de objetivos para cada unidade da administração, da descentralização, da mudança de estruturas organizacionais e da adoção de

valores e de comportamentos modernos no interior do Estado”, acrescentando que esta reforma se dera para se aproximar das técnicas modernas do gerencialismo público.

Sendo assim, tendo em vista todo um projeto de planejamento da atuação e direcionamento do Estado através do plano diretor, nota-se sua intrínseca relação com a atuação econômica dos industriais locais em interesse às suas relações externas e interferência em setores estratégicos econômicos e políticos, num dado momento marcado pelo rebatimento do neoliberalismo pós (re)democratização³¹ brasileira e influências da globalização nas relações entre capital e trabalho.

À frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira assume o papel de trazer a experiência gerencialista para o Brasil e formula propostas de adaptação deste modelo ao cenário do país. Ele viaja ao Reino Unido nesta perspectiva e apresenta ao Brasil o Plano Diretor da Reforma do Estado, “que foi debatido nas reuniões do Conselho da Reforma do Estado e integrou a pauta de discussões da reforma constitucional no Congresso Nacional” (PAULA, p.38, 2005).

Essa reestruturação é viabilizada através de emenda constitucional de 1998 e estrutura-se da seguinte maneira: 1) atividades que são exclusivas do Estado brasileiro, como legislações, regulação, fiscalização, fomento e formulação de Políticas Públicas – como atividades estratégicas do Poder Executivo – realizadas por secretarias específicas que formulam essas políticas e agências executivas pelas agências de regulação e 2) atividades não exclusivas do Estado, como serviços competitivos (saúde, educação, assistência social e científicos – que podem ser prestados pelo setor privado e organizações sociais), auxiliares (limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos e manutenções – submetidas a licitações e terceirização) e de apoio.

A reforma também influenciou na administração pública em vigência e outras duas dimensões se deram acerca de reforma cultural (burocrática em gerencial) e de gestão (ferramentas trazidas do setor privado para a gestão pública), auxiliando na administração pública gerencial. Para o alcance destes objetivos, os governos deveriam incentivar a “profissionalização e o uso de práticas de gestão do setor privado”. Esse modelo foi implementado durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PAULA, 2005, pp. 38-39).

³¹ Período referido à transição da ditadura militar brasileira para a democracia propriamente dita, tendo como seu marco mais expressivo a Constituição Federal, conhecida como “Cidadã”, no ano de 1988.

Desde primórdios do colonialismo a administração pública passa por mudanças substanciais. O Império passa por regime parlamentarista e fortalecimento de governos provinciais progressivamente; a República Velha avançou e recuou em distintos momentos acerca da descentralização – o primeiro governo Vargas transformou estruturas econômicas, sociais e políticas e modernização administrativa; a Reforma dos anos 1990 passa por um sucateamento da máquina brasileira em termos administrativos e operacionais, e o governo Collor tentou introduzir os preceitos da *new publicmagnament*³². Com essas sucessões, a gestão pública se amplia, aparelha e aumenta a oferta de bens e serviços: “a administração pública se modernizou, ganhando em eficiência, especialização técnica, moralidade, publicidade e transparência” (COSTA, 2008, online).

Quando as primeiras tentativas de implementar uma administração gerencial no Estado estavam se colocando no Brasil, a partir de 1985, a democratização se colocou como parte prioritária nas demandas sociais na exigência de atuação do Estado, paralisando estas ações. Apesar da “vitória democrática” em termos de resultar uma Constituição Cidadã para o país, teve “como um de seus custos mais surpreendentes o loteamento dos cargos públicos da administração indireta e das delegacias dos ministérios nos Estados para os políticos dos partidos vitoriosos” (BRASIL, p.20, 1995). Igualmente,

Um novo populismo patrimonialista surgia no país. De outra parte, a alta burocracia passava a ser acusada, principalmente pelas forças conservadoras, de ser a culpada da crise do Estado, na medida em que favorecera seu crescimento excessivo. A conjunção desses dois fatores leva, na Constituição de 1988, a um retrocesso burocrático sem precedentes. Sem que houvesse maior debate público, o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado. A nova Constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico único para os servidores civis da União, dos Estados-membros e dos Municípios, e retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta. Este retrocesso burocrático foi em parte uma reação ao clientelismo que dominou o país naqueles anos. Foi também uma consequência de uma atitude defensiva da alta burocracia que, sentindo-se injustamente acusada, decidiu defender-se de forma irracional (BRASIL, p. 20, 1995).

Dentre as críticas do retorno à administração burocrática clássica e da ideia de retrocessos no momento em torno deste quesito, as distorções, para o autor do Plano diretor, começaram a se evidenciar; e, algumas tentativas de correção foram sendo, aos poucos,

³² Nova Gestão Pública.

implementadas. Brevemente, Pereira (1995, p.21) aponta algumas respostas dadas pelos governos na busca de corrigir as problemáticas causadas pelos retrocessos trazidos com a rigidez da Constituição de 1988. No governo Collor, “entretanto, a resposta a elas foi equivocada e apenas agravou os problemas existentes, na medida em que se preocupava em destruir ao invés de construir”. Já no governo Itamar Franco “buscou essencialmente recompor os salários dos servidores, que haviam sido violentamente reduzidos no governo anterior”.

Ele ressalta que o discurso de reforma administrativa passa a ter uma nova dimensão a partir de 1994, “quando a campanha presidencial introduz a perspectiva da mudança organizacional e cultural da administração pública no sentido de uma administração gerencial” (BRASIL, 1995, p.21).

No diagnóstico do referido Plano Diretor, tais retrocessos são apontados no sentido de apresentar um encarecimento no custeio da máquina administrativa, “tanto no que se refere a gastos com pessoal como bens e serviços, e um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos” (PEREIRA, 1995, p. 21). Então, são demonstrados alguns dados que comprovam tais teorias, na defesa da necessidade da reforma gerencial.

Ao longo do plano, o esforço foca em apontar estratégias de intervenção, como um passo a passo para sua implementação: com objetivos para cada atividade, a dimensão legal destas atuações, formação de redes de governo, controle e informações e aqueles órgãos estratégicos para que, de fato, fosse realizada sua intermediação com sucesso na administração pública brasileira.

Atualmente, segundo o artigo 37 da Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, – e fazem parte também outros princípios como da Finalidade, Continuidade, Indisponibilidade e Igualdade; e, segundo Decreto-Lei 200/1967: “as atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle”.

A forma como a estrutura organizacional se dá hoje tem um viés de flexibilidade para poder satisfazer suas necessidades, tem interferências internas e externas e privilegia o desempenho organizacional, os resultados e o gerenciamento dos recursos, se adaptando às mudanças mas conservando alguns princípios burocráticos – como alguns contidos na própria Constituição Federal de 1988 – mas se diferencia destacando não mais os procedimentos em si,

mas os resultados, e introduz a questão da diferenciação entre interesses públicos e privados, definem-se responsabilidades, critérios de menor custo, etc. (MEDEIROS, et al., 2011).

Nota-se que há resquícios de administração pública ainda nos moldes da burocracia e da gerencial, tornando este último modelo o que ainda está se aprimorando, uma vez que o texto constitucional de 1988, em sua redação original, traz inúmeras disposições que lembram características do modelo burocrático, enfatizando o controle entre os poderes, a instituição de Tribunais de Conta, estabelecendo princípios que regem a atuação administrativa, especificando garantias dos agentes públicos quanto ao sistema remuneratório, previdenciário, estabilidade, entre outras.

Todavia, a Emenda Constitucional nº 19, adicionou o princípio da eficiência no rol dos princípios da Administração Pública, previstos no Art.37 da Constituição Federal. O controle das ações administrativas “passaram a ser realizados também a posteriori, ou seja, depois da execução dos atos administrativos. O foco de controle passou a ser direcionado aos resultados alcançados” (CARVALHO, online).

Algumas características da administração gerencial apontam para 1) aplicação de princípios utilizados na iniciativa privada às instituições públicas – governo empreendedor; 2) Possibilidade de participação do cidadão na elaboração de Políticas Públicas; 3) Ações públicas focadas nos clientes/usuários; 4) *Accountability* – responsabilidade dos agentes públicos perante a sociedade; 5) Descentralização – mais autonomia ao agente público e ao cidadão. Neste último ponto, destaca-se que, segundo Pinho e Sacramento (2009), os governos são considerados *accountable* se os cidadãos têm acesso àquilo que está sendo debatido e as ações no âmbito dos interesses públicos, que induziria os governos a atuarem de maneira mais “responsável”.

A descentralização político-administrativa, com maior autoridade nos governos locais, é uma tendência da democracia que coloca instituições do governo a assumirem maior autonomia e, assim, maior responsabilidade quanto às Políticas Públicas. Aprofunda-se fundamentos democráticos, maior aproximação dos cidadãos com as instâncias decisórias e, *a priori*, estabelece-se maior contato entre “representantes e representados”³³.

³³Alguns exemplos de avanços nesse sentido é o estabelecimento, em âmbitos locais, de orçamentos participativos e conselhos para acompanhamento e controle de recursos, além da utilização de tecnologias da informação publicados em portais públicos. Por mais que hajam fragilidades que estes espaços possam vir a sofrer, como nos aponta os autores estudados, ainda assim o “passo institucional” está dado, necessitando aprimorar e avançar mais ainda no conceito e aplicação da *accountability*. (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Com todos seus limites e possibilidades, o modelo gerencial, desde a redemocratização, passa a sofrer diversas transformações, com alusão às perspectivas republicanas e democráticas, que Abrucio chama de “novo paradigma social”. As aplicações deste modelo também se deram de formas e contextos diferentes, que não só aquele impulsionado pelos governos neoliberais, ainda que tenha surgido nestas especificidades. O autor outorga que “modelos de avaliação de desempenho, novas formas de controlar o orçamento e serviços públicos direcionados às preferências dos ‘consumidores’, métodos típicos do ‘*managerialism*’³⁴, hoje são questões que de acordo com as condições locais, que “modificam as antigas estruturas administrativas” (ABRUCIO, 1997, pp.07-09).

Esse gerencialismo tem apresentado adaptações de uma “pluralidade de concepções organizacionais” que não ficam somente no gerencialismo, mas que saiu do weberianismo e posteriormente de seu tipo “puro” para aceitar novas práticas do “*managerialism* hegemônico” com as reformas administrativas. Ainda que muitas insuficiências também nasçam com isso, uma reconstrução do setor público pós-burocrático é essencial para as formas híbridas da administração brasileira (ABRUCIO, 1997, p. 39).

No Brasil, as regras da Constituição Federal de 1998, muitas vezes, ainda trazem aspectos corporativistas advindos da burocracia rígida, mesmo que o modelo weberiano não corresponda mais aos anseios nacionais de gestão. A Reforma do Estado parte de alusões às experiências internacionais, principalmente aquela advinda do modelo gerencial inglês. O que há hoje, com tantas adaptações, segundo Abrucio (1997, p. 08) é um pluralismo organizacional no setor público – ainda que contraste com as reformas propugnadas dos regimes autoritários (Estado Novo e Decreto-Lei nº200) –, por se tratar de estarmos em um regime democrático. Em termos típicos ideais, há três tendências básicas: o modelo gerencial puro, o *consumerism* e o *Public Service Orientation* (PSO).

Como dito, no contexto de escassez de recursos públicos, de enfraquecimento do poder do Estado e avanço da ideologia privatizante, se implanta esse modelo gerencial, que se inicia com um “modelo gerencial puro”, e abrem-se debates mais democratizantes e republicanos. Posteriormente, o *consumerism* traz processos de descentralização e aproxima decisões entre poder público e “consumidores” – alusão à questão do direito de escolha entre os melhores serviços. Para o conceito de cidadão, com visão mais coletiva, o *Public Service Orientation*

³⁴ Refere-se ao Gerencialismo, seus conceitos e ideias, assim como o novo gerencialismo.

(PSO) rebate o conservadorismo e resgata ideais de participação e transparência, aproximando-se do conceito de *accountability* e possibilitam o “aprender” sobre debates políticos.

A “Reinvenção do Governo” vem para retomar as reformas administrativas, com princípios básicos de competição, poder aos cidadãos e transferência de atividades à comunidade, medição de resultados, orientação por objetivos e não apenas regras e regulamentos, redefinir usuários como clientes, atuar mais na prevenção que no tratamento, priorizar investimentos em produção de recursos e não no gasto, descentralização de autoridades, preferência em mecanismos de mercado à burocracia, catalisação de ação de setores públicos, privado e voluntário.

Segundo Paula (2003), a administração pública gerencial tem como pontos positivos a clareza em relação à organização do aparelho estatal e seus métodos de gestão e, alguns destes, vêm propiciando melhorias em relação à eficiência do setor público, principalmente no que tange aspectos econômicos e financeiros. Mas tem como pontos negativos a centralização dos processos decisórios, sem o incentivo à abertura de participação social na formulação das Políticas Públicas, mantém estímulos predominantes nas dimensões estruturais que nas sociais e políticas de gestão, implementa modelo de gestão com influência internacional e não há novas propostas novas para a organização do aparelho do Estado.

Para a mesma autora, no que tange a administração pública societal, as possibilidades se dão na elaboração de um projeto de desenvolvimento que atenda demandas nacionais, está construindo instituições e Políticas Públicas mais abertas à participação social e mais voltadas aos cidadãos como um todo de acordo aos seus interesses. Já seus pontos negativos aparecem relacionados à falta da elaboração de uma forma mais sistemática de alternativas de gestão coerente com seu projeto político e não conseguiu desenvolver estratégias de articulação entre as dimensões econômica e financeira, institucional e administrativa e sociopolítica da gestão pública (PAULA, 2005, p. 46).

Em suma, as mudanças da reforma do Estado foram trazidas em processos históricos que perpassaram a crise dos anos 70 que explode nos anos 80, levando ao ressurgimento dos ideários liberais, e uma forte crise das formas de regulação e intervenção estatal. Nos anos 90, “abandona-se a ideia do Estado mínimo” e propiciam-se as bases para a Reforma de Estado, que deve ser “reconstruído ao invés de destruído” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 90).

A delimitação da atuação do Estado, as desregulamentações, o aumento da governança e governabilidade, o ajuste fiscal e a reforma administrativa são algumas das mudanças em curso desde anos 90 com essas proposições. O desenvolvimento de instituições políticas possibilita também a intermediação e representação de interesses, que são conflitantes e necessitam de uma “lógica do leque de controles” da sociedade capitalista. A gradação do controle passa pelo mercado ao controle hierárquico e resultam em um Estado mais “eficiente” a serviço do cidadão. Gera, para tanto, cidadãos “menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres, na medida em que o Estado que reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo, e, assim, requer cidadãos mais maduros politicamente” (BRESSER-PEREIRA, 1998, pp. 90-91).

Cria-se uma forma de cidadania individualizada e individualista, mas com várias facetas em diversas formas de organizações em prol de diretrizes de solidariedade, para proteção de interesses coletivos que afetam os sujeitos em geral. O Estado propicia, nestes novos moldes, formas de participação com mecanismos institucionais, construindo sujeitos sociais “mais cientes de seus direitos e deveres”, onde a competição e a solidariedade, segundo o autor, poderão se complementar e contradizer.

Para os diversos contextos, a reforma administrativa combinada com a participação dos setores na área social conforma uma política social em base a preceitos de universalidade e focalização³⁵. Há a “eficiência” dos serviços públicos, otimização de recursos humanos e financeiros e maior democratização. Com o corte de gastos públicos há um agravamento da pobreza no Brasil³⁶, na flexibilização das formas de emprego e abre-se um novo ciclo econômico

³⁵ “[...] a perspectiva neoliberal foi colocada em questão com a crise do capital sob o comando do capital financeiro, não se mexeu no ideário neoliberal que suporta as nossas políticas sociais. Assim, permanece o caráter focalizado, seletivo e “privatizado” para a política social hoje, no mundo inteiro. Não é uma questão brasileira essa parceria público/privado, ela não é um dado apenas da nossa realidade. Ela se encontra em países europeus, na chamada “crise do bem-estar” em que o Estado reduz seus investimentos no campo social. Ele não deixa de investir porque a herança do Estado de bem-estar é muito forte. [...]” (Entrevista Carmelita Yazbek – Realizada Por José Fernando Siqueira em sua tese de livre docência, 2010, p. 105-106).

³⁶ No site do senado federal, há um compilado de uma reunião da Organização das Nações unidas que aponta a relação direta dos ajustes fiscais e corte nos gastos públicos com o agravamento da pobreza no Brasil. Para o presidente da Fundação Friedrich Ebert-Brasil, Thomas Manz, “os cortes orçamentários baseiam-se em diagnósticos incompletos e parciais, que não levam em conta as causas reais dos desequilíbrios, como a evasão fiscal promovida pelas grandes corporações”. O Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Brasil Debate, Pedro Rossi disse que “a desigualdade social e a garantia dos direitos humanos estão intrinsecamente ligadas às finanças públicas. Segundo ele, o corte de gastos sociais tem profundos impactos distributivos e prejudica sobretudo os mais pobres, com efeitos maiores sobre negros e mulheres”. Pensamento semelhante foi esboçado pela professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Esther Dweck, que salientou que “a volta do crescimento da mortalidade infantil representa uma síntese dos

e social e a responsabilização de organizações da sociedade civil para a execução de Políticas Públicas e sociais³⁷.

Observa-se que as reformas e contrarreformas do Estado atenuam-se conforme as correlações de forças instauradas, dando apontamentos no quesito função de Estado e a serviço de quem e o que ele se coloca. Todavia, esta correlação se expressa mais ou menos fortemente em relação a quais tipos de governos estão à frente do Estado e sua relação com o operariado ou a classe detentora dos meios de produção, e como estas se expressam de diferentes formas e embates na luta por garantia de direitos ou privilégios, o que será aprofundado no próximo item deste capítulo.

Por considerar, estas observações se situam naquilo que Dagnino (2011, p. 360) expressa conquanto “natureza do Estado capitalista”, onde em surgimento de um Estado nacional já expressa a forma de dominação como parte de uma construção social, que o autor intitula como “fetiche”, em que se caracteriza pela “delimitação de um espaço territorial, o estabelecimento de relações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção e da venda da força de trabalho e a conformação das classes sociais a elas associadas”.

Várias são as tentativas que se apresentam de demonstrar um Estado moral e ético a serviço de toda uma coletividade, mas “sua condição de fiador e organizador da sociedade capitalista supõe um controle ideológico e uma hegemonia que garantem o exercício pleno, mas encoberto, da dominação da sociedade”. Essa condição do Estado é mediada pelas relações com a sociedade em geral, e “minimizam ou ignoram as clivagens de classe e confinam a sociedade ao ‘privado’ e ao econômico (mercado) e reservam ao Estado o domínio sobre o público e o político”. Garante, portanto, a ordem social que possibilita a acumulação capitalista e torna-se a “decantação das políticas ou a tomada de decisão predominantes e de sua consequência na estruturação do aparato institucional que resolve as questões segundo a correlação de forças existentes e mediante os recursos do poder que elas podem mobilizar” (DAGNINO, 2011, p. 361).

problemas atuais, que incluem ainda o aumento da pobreza extrema e do desemprego, os prejuízos à saúde e à educação, a redução na criação de empregos formais e o surgimento de ‘cidades paralelas’, com mais pessoas morando nas ruas ou amontoadas em habitações coletivas como consequências dos cortes”. Outros intelectuais e representantes da comissão denotam as consequências a que prejudicam movimentos sociais e representam grande retrocessos aos países como o Brasil, discutindo em cima de dados e teorias acerca da questão (VASCO, 2018, online).

3. GOVERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL

O capítulo II da dissertação apresentada expressa alguns apontamentos ao que se refere os governos aqui analisados, principalmente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), representando, respectivamente, o liberalismo social ou social democracia de centro-esquerda e socialismo democrático, esquerda e centro-esquerda, conforme as próprias concepções em registros partidários.

Em quase duas décadas de análise, apresentada de maneira sintetizada, já se torna possível fazer alguns apontamentos de como se dá o desenvolvimento das políticas sociais e públicas brasileiras e assim pensar no surgimento das primeiras relacionadas a tais estratégias de garantia de direitos sociais e de cidadania, principalmente ao que é tangível à questão do trabalho, emprego e renda no Brasil. Possibilita o embasamento, portanto, para a compreensão da Economia Solidária no país, após apresentada a concepção de Estado e suas nuances na sociedade atual. Sendo assim, o capítulo abordado trata essas questões ligadas à institucionalização das Políticas Públicas, o enfrentamento dado pelos movimentos sociais e organização de trabalhadores e trabalhadoras e possibilita a mediação para a compreensão da situação francana dos empreendimentos solidários local.

3.1. Breves apontamentos acerca dos governos do Brasil no século XXI e a relação Estado-Economia

Em se tratando de políticas sociais e públicas, a análise necessária se faz em relação à atuação de governos considerados mais ou menos liberais. No Brasil, o período de acumulação do capital circunscreveu o período do capitalismo liberal à crise dos anos 30, onde “as relações setor público-economia permaneciam restritas às instâncias de segurança pública e nacional, garantia do direito de propriedade e intervenções pontuais no domínio macroeconômico”, e os direitos civis, a legislação trabalhista e as estruturas de bem-estar são, a depender do país, embrionárias ou inexistentes (BRUNO; CAFFÉ, 2017, p. 1029)

A partir dos desdobramentos da Grande Depressão de 1929, mais notadamente após a Segunda-Guerra Mundial, um novo tipo de Estado emerge ampliando suas ações sobre o espaço nacional e sua presença direta na economia, por meio da criação de empresas públicas e de estruturas voltadas para a provisão de bens e infraestruturas coletivas (educação, transporte, saúde, previdência e assistência social). Tratava-se do Estado inscrito no circuito da acumulação industrial, considerada básica para toda estratégia de desenvolvimento econômico” (BRUNO; CAFFÉ, 2017, p. 1029).

O quadro a seguir demonstra as mudanças ocorridas nas configurações institucionais e seus correspondentes “regimes de crescimento e acumulação do capital”, a partir do século XIX, de acordo com Bruno e Caffé (2017, p.1030), em momentos em que as finanças do país se colocavam a serviço do crescimento econômico:

Quadro 1: Transformações do Estado e regimes de crescimento na economia mundial: interdependências estruturais e características institucionais

Regimes de crescimento pré-fordistas (final do séc. XIX à crise dos anos 1930)	Regimes fordistas de crescimento (1945 – 1975)	Fase de transição para os mercados globais- <i>globalization</i> (décadas de 1980 – 1990)	Financeirização dos regimes de acumulação (a partir dos anos 1990)
- Acumulação intensiva sem consumo de massa (a partir dos anos 1920)	- Primazia dos compromissos nacionais. - Finanças a serviço do desenvolvimento econômico. - Acumulação intensiva do consumo de massa.	- Intensificação da concorrência internacional. - Difusão da ideologia neoliberal.	- As finanças liberalizadas invadem os espaços territoriais nacionais. - Captura das instituições governamentais pelos interesses do capital financeiro, em detrimento da acumulação produtiva.
- Ganhos de produtividade ocorrem a expensas do trabalho assalariado.	- O compromisso capital-trabalho (relação salarial fordista) é a forma institucional hierarquicamente superior.	- Custos dos ajustes econômicos incidem sobre a relação salarial. (redução do salário direto e indireto)	- A inserção internacional, como veículo de acumulação financeira, torna-se hierarquicamente superior e submete os Estados nacionais.
Taxonomia e característica da forma institucional do Estado			
- Estado liberal clássico - Estruturas de bem-estar embrionárias ou inexistentes - Estado circunscrito ao circuito econômico	- Estado de Bem-Estar Social ou do <i>Welfare State</i> (Beveridge + Keynes) - Estado inscrito no circuito de acumulação capitalista-industrial	- Estado altamente endividado, com a erosão da base fiscal, tem suas estruturas questionadas - Estado Inscrito questionado em suas intervenções e formação de política econômica	- Estado sob forte influência do neoliberalismo (ou do <i>Welfare State</i>) promove mercantilização dos serviços públicos e flexibilização das relações de trabalho - Pressões políticas para estabelecimento de um Estado circunscrito, característico dos modelos neoliberais

Fonte: BRUNO e CAFFÉ, 2017, p. 1030.

Assim como em “A Ideologia Alemã”, o Estado capitalista corresponde e corrobora aos anseios da classe dominante, que dá o formato político através da sintetização de fazer valer seus interesses em toda uma sociedade, em determinada época – e “todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política”. Portanto eles entendem como ilusório enxergar esses processos meramente como “naturais” a determinadas épocas, de necessidade, nesse contexto, apenas de crescimento da economia – “como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real, na vontade livre”. Segundo Marx e Engels, “os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante”; contudo, “os homens reais, ativos, [...] são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formas mais desenvolvidas” (ENGELS; MARX, 2006, p. 76).

Ou autores supracitados acrescentam, portanto, que a importância do Estado se dá também em um lugar em que as formas institucionais ocupam espaço no “processo de codificação das estruturas que definem institucionalidade dos regimes de crescimento e de acumulação do capital (o modo de regulação)”. Nesses laços,

O Estado surge como o totalizador das contradições entre interesses de classes e setoriais, quase sempre divergentes. Consequentemente, ressalta Aglietta, a criação de novas instituições por intermédio da expressão política dos conflitos socioeconômicos passa, necessariamente, pelo Estado. A ambivalência entre a síntese das normas sociais estabelecidas e a totalização dos conflitos se faz presente em dois instrumentos privilegiados: 1) na definição do orçamento público, pois é a base para a socialização dos fluxos monetários e a transformação das condições de apropriação da riqueza; 2) na emissão e gestão da moeda, pois se trata da forma de restrição financeira geral pesando sobre as estratégias privadas (BRUNO, CAFFÉ, 2017, p. 1032).

Continuam, portanto, na ideia de que este caráter mediador, e de manutenção de uma classe sobre a outra, reafirma um modo de estabelecer relações entre Estado e sociedade civil marcado por baixa representatividade política das classes populares nas estruturas organizacionais do setor público. Legitimando e emanando da heterogeneidade social e econômica, demonstração da grande desigualdade de renda e de riqueza existentes:

O reverso de seu caráter excludente é seu caráter inacabado, reflexo das estruturas de produção e de distribuição que resultam das formas contraditórias do processo de desenvolvimento capitalista nesse país. Entretanto, apesar dos reveses econômicos que caracterizaram as décadas de 1980 e 1990, e o período atual marcado por uma crise político-institucional e pela recessão, a sociedade civil desenvolve-se e torna-se mais pluralista. O exercício da cidadania e a participação política são crescentes desde os anos 1930 (Bresser Pereira, 2003, apud BRUNO, CAFFÉ, 2017, p. 1032).

Com base em tal argumento e nas pesquisas históricas, como apontam esses mesmos autores, ambos destacam seis períodos em que as “relações Estado-economia foram marcadas por transformações qualitativas que impactaram o processo de desenvolvimento brasileiro” (BRUNO, CAFFÉ, 2017, p. 1032); o que aqui iremos nos ater a compartilhar o quadro síntese elaborado por tais pesquisadores, apenas para fins de facilitar a compreensão destes períodos, o que mais detalhadamente recomendamos que seja realizada a leitura da própria fonte aqui citada.

Quadro 2: Evolução do Estado brasileiro: uma periodização por mudanças institucionais

PERÍODOS CARACTERÍSTICAS	1930-1954	1955-1963	1964-1988
Regime político e formas ideológicas de legitimação	• Ditadura do “Estado Novo” (1937- 45) • Nacionalismo e desenvolvimentismo • Controle governamental dos sindicatos	• Democracia representativa • Desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro • “Populismo” e “trabalhismo” (1961-1963)	• Ditadura militar • Desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro • Ideologia do “Brasil potência” • Abertura política a partir de 1985 (“Nova República”)
Regime fisco-financeiro	• Arrecadação sobre produção interna começa a superar arrecadação sobre importações • Criação da SUMOC e do BNDE • Prioridade à indústria nacional e investimentos em infraestrutura financiados por emissão monetária • Estado implanta o sistema de previdência social	• Predomínio dos impostos “em cascatas” • Primeiros arranjos para tributação sobre valor adicionado • Políticas de incentivos à indústria e investimentos do governo financiados por imposto inflacionário • Lei Orgânica da Previdência Social e unificação dos planos com a criação do INPS (1960)	• Reformas institucionais do PAEG • Criação do Banco Central e instituições básicas do mercado financeiro • Dispositivo institucional da correção monetária • Reforma fiscal centralizadora prioriza tributação sobre valor adicionado • Extensão da cobertura social para o setor rural (1971) e criação do Ministério da Previdência e Assistência Social
Codificação das relações de trabalho	• Implantação da legislação trabalhista e salarial (salário mínimo, fixação da jornada de trabalho, etc.)	• Razão produtividade/salário cresce e legislação trabalhista propicia compressão salarial	• O FGTS substitui a Lei de Estabilidade, aumenta a flexibilidade quantitativa e funciona como poupança forçada • Aumentos salariais controlados por Decretos do Governo Federal
Provisão de bens públicos	• Setor público complementa o fornecimento privado dos serviços de saúde e educação, mas com participação reduzida no orçamento	• Diminuição dos gastos sociais	• Parte das responsabilidades com a provisão de serviços de saúde e educação são transferidos aos Estados, reduzindo significativamente os gastos sociais federais
Setor produtivo estatal	• Estabelecimentos das empresas públicas nos setores de bens de capital e intermediários; participação estatal chega a 24% da formação bruta de capital fixo (FBCF) • Criação da indústria pesada	• Empresas estatais continuam encarregadas dos bens de produção e investimentos em infraestruturas • Unificação de várias empresas estatais do setor elétrico e de telecomunicações	• Expansão das empresas estatais e formação de um “Estado empresário” • Participação estatal na formação bruta de capital atinge 32% em 1965, mantendo-se na média de 26% até 1971.

Orientação básica das políticas governamentais	▪ Estruturação de um Estado nacional, econômica e politicamente forte e ativo ▪ Busca de autonomia com relação ao capital estrangeiro ▪ Criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (1934) ▪ Fortalecimento do mercado interno	▪ Políticas Públicas para estimular a entrada do capital estrangeiro multinacional ▪ Foco das políticas industriais muda para o setor de bens de consumo duráveis	▪ “Modernização conservadora” consolida processo de internacionalização da economia brasileira ▪ Aumentos dos gastos com políticas antipopulares e repressivas ▪ Políticas industriais do II PND³⁸ retornam ao foco no setor de bens de produção (1975-79)
Regime político e formas ideológicas de legitimação	▪ Ditadura do “Estado Novo” (1937- 45) ▪ Nacionalismo e desenvolvimentismo ▪ Controle governamental dos sindicatos	▪ Democracia representativa ▪ Desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro ▪ “Populismo” e “trabalhismo” (1961-1963)	▪ Ditadura militar ▪ Desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro ▪ Ideologia do “Brasil potência” ▪ Abertura política a partir de 1985 (“Nova República”)
Regime fisco-financeiro	▪ Arrecadação sobre produção interna começa a superar arrecadação sobre importações ▪ Criação da SUMOC e do BNDE ▪ Prioridade à indústria nacional e investimentos em infraestrutura financiados por emissão monetária ▪ Estado implanta o sistema de previdência social	▪ Predomínio dos impostos “em cascatas” ▪ Primeiros arranjos para tributação sobre valor adicionado ▪ Políticas de incentivos à indústria e investimentos do governo financiados por imposto inflacionário ▪ Lei Orgânica da Previdência Social e unificação dos planos com a criação do INPS (1960)	▪ Reformas institucionais do PAEG ▪ Criação do Banco Central e instituições básicas do mercado financeiro ▪ Dispositivo institucional da correção monetária ▪ Reforma fiscal centralizadora prioriza tributação sobre valor adicionado ▪ Extensão da cobertura social para o setor rural (1971) e criação do Ministério da Previdência e Assistência Social
Codificação das relações de trabalho	▪ Implantação da legislação trabalhista e salarial (salário mínimo, fixação da jornada de trabalho, etc.)	▪ Razão produtividade/salário cresce e legislação trabalhista propicia compressão salarial	▪ O FGTS substitui a Lei de Estabilidade, aumenta a flexibilidade quantitativa e salarial e funciona como poupança forçada ▪ Aumentos salariais controlados por Decretos do Governo Federal
Provisão de bens públicos	▪ Setor público complementa o fornecimento privado dos serviços de saúde e educação, mas com participação reduzida no orçamento	▪ Diminuição dos gastos sociais	▪ Parte das responsabilidades com a provisão de serviços de saúde e educação são transferidos aos Estados, reduzindo significativamente os gastos sociais federais
Setor produtivo estatal	▪ Estabelecimentos das empresas públicas nos setores de bens de capital e intermediários; participação estatal chega a 24% da formação bruta de capital fixo (FBCF) ▪ Criação da indústria pesada	▪ Empresas estatais continuam encarregadas dos bens de produção e investimentos em infraestruturas ▪ Unificação de várias empresas estatais do setor elétrico e de telecomunicações	▪ Expansão das empresas estatais e formação de um “Estado empresário” ▪ Participação estatal na formação bruta de capital atinge 32% em 1965, mantendo-se na média de 26% até 1971.
Orientação básica das políticas governamentais	▪ Estruturação de um Estado nacional, econômica e politicamente forte e ativo ▪ Busca de autonomia com relação ao capital estrangeiro ▪ Criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (1934) ▪ Fortalecimento do mercado interno	▪ Políticas Públicas para estimular a entrada do capital estrangeiro multinacional ▪ Foco das políticas industriais muda para o setor de bens de consumo duráveis	▪ “Modernização conservadora” consolida processo de internacionalização da economia brasileira ▪ Aumentos dos gastos com políticas antipopulares e repressivas ▪ Políticas industriais do II PND retornam ao foco no setor de bens de produção (1975-79)

Fonte: Miguel Bruno, Ricardo Caffé, p. 1040

³⁸ O II PND do Quadro 2 refere-se ao II Plano Nacional de desenvolvimento lançado sob o governo do general Ernesto Geisel (1975 – 1979). Estava relacionado à uma determinação constitucional que obrigava os governos a lançarem planos de desenvolvimento nacionais para estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia.

De 1995 até 2002, o Brasil estava sob o governo, democraticamente eleito, de Fernando Henrique Cardoso, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Social Democracia esta que, por mais que defenda regimes democráticos de direito e as mudanças sociais realizadas pelos governos por via interna, propõe também a privatização de empresas, a defesa de empresários e suas propriedades privadas, reafirmando seu compromisso com o neoliberalismo e a livre concorrência.³⁹

Dentre seus anos à frente da presidência da República Federativa Brasileira, como já destacado, o governo FHC se aproximou notoriamente da política neoliberal em seu segundo mandato⁴⁰, com diversas privatizações de empresas estatais, maior abertura econômica em relação ao comércio global, assim como modificações como o Plano Real⁴¹, nas relações do mercado de trabalho, com planos de desregulamentação e deflacionários⁴², como já abordado no capítulo anterior.

Tais governos perpassaram crises e reestruturação que rebateram diretamente na questão da empregabilidade – ou falta de – acentuando a precarização do trabalho e a massificação de demanda por meios alternativos de geração de renda, como forma de exigência à implementação de Políticas Públicas, que já vinham sendo praticadas por setores não governamentais. A busca de modernização do país pela corrida da concorrência global conduziu o país a intensificar a captação de recursos externos e capital especulativo, não dando conta de corrigir os altos valores da dívida externa (BRUNO, CAFFÉ, 2017, pp. 146 147)

A ausência de Políticas Públicas sociais reguladoras do desenvolvimento socioeconômico e a excessiva ampliação da concentração de renda no Brasil contribuíram também para o “acirramento do desemprego estrutural” no governo de FHC que, por sua vez, já vinha crescendo desde o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Nessa Era FHC, o Brasil viveu a pior crise do emprego em toda sua história. Segundo o IBGE (2002), as taxas anuais gerais de desemprego aberto* no Brasil em 1998, 1999, 2000 e 2001 foram, respectivamente: 7,60%, 7,50%, 7,10% e 6,20%. Isso significou que o ano da passagem

³⁹ Texto elaborado pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, sobre o que é e o que propõe a social-democracia no Brasil, para elucidar a posição partidária psdbista. (CARDOSO, 1990, online).

⁴⁰ O segundo mandato, como continuidade de tais aproximações com a política neoliberal, expressa mais fortemente ações referentes às aspirações globais por reestruturação econômica, modernização dos países e maior abertura econômica, ainda que notadas também referências neste sentido já no primeiro mandato.

⁴¹ Plano Real foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da medida provisória número 434, implantado no governo Itamar Franco.

⁴² Pretendia-se, assim como em momentos de depressão, causar um “aumento real” do dinheiro, ou seja: diminuir o índice de preços para o consumidor e/ou desacelerar o processo de aumento dos preços de produtos, possibilitando a compra de uma maior quantidade de bens. Ao contrário de processos inflacionários, o efeito visado era o de frear a inflação com medidas monetárias (redução do meio circulante) ou financeiras (controle do crédito, enquadramento de preços etc.).

do primeiro para o segundo mandato de FHC (1998) foi o pior em nível de desemprego no país, devido ao aprofundamento das mudanças estruturais do Estado brasileiro ao se adequar às exigências rígidas das políticas neoliberais (FMI/BM/BIRD); e aos efeitos da inserção do país na globalização econômica. (BRUNO; CAFFÉ, 2017, p. 149).

Com índices alarmantes de desemprego, concentração de riquezas e vulnerabilidade social crescente, a política neoliberal não deixava espaço para o investimento em políticas sociais e gastos com salários para tentar sanar esse quadro. Ocasionalmente, portanto, uma forte migração dos trabalhadores e trabalhadoras industriais (setor secundário) para o setor de serviços (setor terciário), intensificando ainda mais a precariedade laboral e a informalidade nas formas de emprego.

Sem demora, nesse contexto de crise do emprego assalariado brasileiro, os(as) trabalhadores(as) promovem alternativas de luta contra os ditames da relação antagônica entre capital/trabalho. Essas experiências que buscam a humanização das relações de trabalho são alternativas populares de combate à vulnerabilização do trabalho no Brasil. São diversas formas de cooperativas, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, “bancos comunitários”, organizações populares no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada socioeconomia Solidária. Ao mesmo tempo em que crescem iniciativas de organização dos trabalhadores(as), a fim de ampliar e melhorar o acesso aos recursos e às Políticas Públicas. Nesse contexto, alguns pesquisadores revelam suas preocupações sobre a importância de uma socioeconomia Solidária, como uma alternativa de luta contra a exploração do homem na relação capital/ trabalho (BRUNO, CAFFÉ, 2017, P. 152).

Em um momento de distintas formas de precarização do trabalho e vida, esse cenário denota então entraves para as lutas por melhorias e ao mesmo tempo impulso aos movimentos sociais, na busca de Políticas Públicas efetivas relacionadas ao trabalho e sua humanização, assim como contra a crise que assolava diversas parcelas de categorias de trabalho.

A questão colocada por tal governo de um capitalismo associado e dependente caracterizou a substituição do “Capitalismo Protegido” da Era Vargas pela “Revolução Silenciosa” da Era FHC, que substituiria a política desenvolvimentista nacional getulista por uma política neoliberal internacional de mercado. A política neoliberal brasileira, portanto, ampliou os índices de centralização do capital, concentração de riqueza, privatização, desemprego, aumento da dívida pública, vulnerabilização⁴³ do trabalho – reduzindo gastos com salários e políticas sociais (LIMA, 2004, p. 149).

⁴³ Neste contexto, a vulnerabilização do trabalho está ligada à questão da política neoliberal e as suas várias facetas na relação da intensificação da redução de custos com direitos trabalhistas e sociais, criando interesses divergentes entre consumidores e trabalhadores – flexibilizando as formas de trabalho e emprego, amplia e fortalece o

O governo Luís Inácio Lula da Silva, que se inicia em 2003, chega a um contexto marcado por diversas problemáticas sociais, econômicas e políticas; e também carregado em um contexto de globalização e de ideário neoliberal. Esta última se manifestara principalmente em duas frentes:

Em primeiro lugar, pela manutenção da arquitetura macroeconômica dos governos anteriores, principalmente no que tange à política de criação de superávits primários e à política de juros elevados no quadro de uma obsessão pela estabilidade monetária. Em segundo lugar, pelo aprofundamento de políticas sociais de tipo focalizada, como o Prouni e principalmente seu carro chefe: o programa Bolsa Família (GENNARI, 2011, p. 39).

Todavia, os índices de concentração e distribuição de renda apresentaram melhoras, principalmente ao analisar os dados de 1981 a 2007, tais como “a proporção de pobres na população total, pessoas que se apropriam da renda equivalente ao 1% mais rico, índice de Gini e índice de Theil, razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres (GENNARI, 2011, p. 38).

No entanto, a sociedade brasileira permanece entre as mais desiguais do mundo. Ainda que com os crescentes números positivos em relação a tais dados, as mudanças não se dão em âmbitos estruturais relacionados à má distribuição de renda e sua concentração ainda é exorbitante – muito relacionado a uma realidade que não permite modificações significativas em termos de equidade, através de “mudanças nas estruturas econômicas e sociais, concomitantes às políticas econômicas de cunho neoliberal” (GENNARI, 2011, p. 39).

De 2004 a 2010, nota-se que

Os dados disponíveis da população abaixo da linha da pobreza demonstram uma melhora sensível, devido a um conjunto de ações de política social, como, por exemplo, o programa Bolsa Família, a política de elevação do salário-mínimo acima dos índices de inflação, bem como a inclusão de pessoas idosas nos programas de aposentadoria, política de crédito para setores de baixa renda, políticas para redução das desigualdades de gênero, entre outras. O Programa Bolsa Família é considerado um programa de êxito na medida em que contempla aproximadamente um quarto da população brasileira (GINNARO, 2011, p.39).

Tais políticas para combate às situações de pobreza puderam ser notadas no governo FHC, como nos aponta Ginnaro (2011, pp. 40-43), através do Programa de erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Os governos, em conjunto às demandas da população, passam a tentar minimizar as consequências geradas pelas

individualismo concorrencial entre trabalhadores sindicalizados e cooperados, disseminando trabalho informal sem garantias, minando a organização de trabalhadores e precarizando o trabalho, a vida e a renda dos sujeitos.

mazelas sociais em um contexto em que, em acordo com Francisco de Oliveira (2006, p.37), “as políticas assistencialistas [...] são na verdade políticas de funcionalização da pobreza”, na “medida em que não ocorre um efetivo processo de distribuição de renda entre as classes”, ao que se afirma que “não se toca na parcela mais rica da sociedade e, nem tampouco, toca-se na secular estrutura fundiária” – via reforma agrária – “que seria uma forma privilegiada para se promover a transformação estrutural da sociedade brasileira, no sentido de dirimir a tradicional pirâmide da concentração de renda no Brasil”.

O autor ressalta também que não se trata de não apontar os avanços das políticas de distribuição de renda no país, mas que

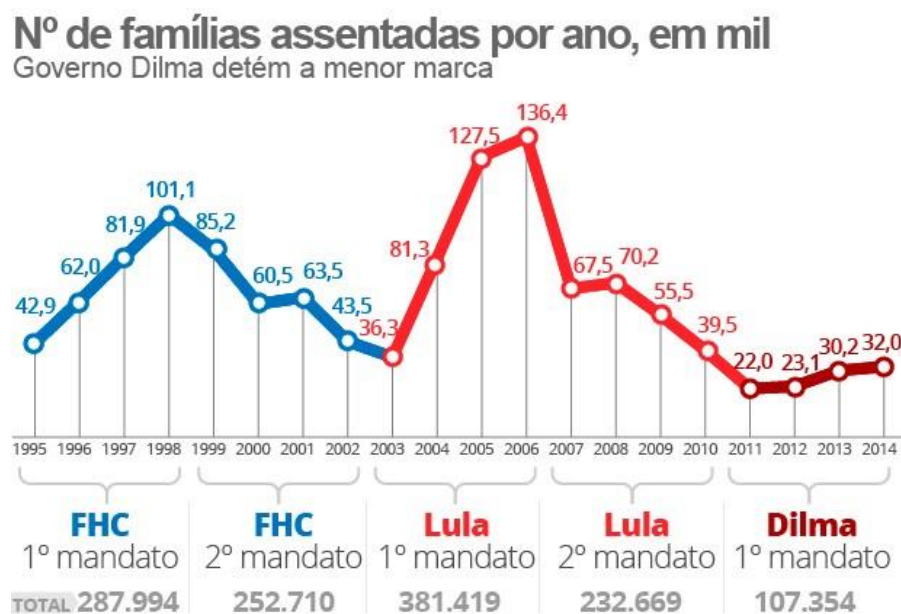
Um real processo de distribuição de renda e do poder não poderá prescindir da efetivação das históricas bandeiras populares em prol da reforma agrária, da reforma urbana e da socialização dos meios de produção, caso contrário, a efetiva justiça social continuará morando no vasto campo utópico da necessidade histórica da construção da globalização socialista (GINNARO, 2011, p. 43).

Apesar de todo compromisso de ruptura que a população, a classe trabalhadora e os movimentos sociais depositavam no Partido dos Trabalhadores, a conjuntura e as aspirações das correlações de forças e da hegemonia nacional levou o governo eleito a recuar nos aspectos que seriam imprescindíveis a tais mudanças estruturais. Durante a campanha eleitoral, Lula apresenta à nação a “Carta ao povo Brasileiro”, onde propõe alianças com setores dos mais progressistas aos mais conservadores, como uma verdadeira conciliação de classes, para poder governar em nome do Brasil e da melhora de vida e economia.

Não esqueçamos, porém, que as mudanças reais não incluem tais conciliações, de classes que são antagônicas, questões que são irreconciliáveis. Apesar de em alguns trechos demonstrar anseios por reformas agrária e tributária, em seus oito anos de governo, isso não se efetiva como prometido em campanhas eleitorais e como resposta concreta às demandas apresentadas na questão fundiária.

Estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2017) apontam que, no ano de 2006, por exemplo, a meta alcançada foi de 42% juntando os planos para assentamentos de famílias. Se comparado com o governo Dilma Rousseff (PT), por exemplo, esse número é ainda menor, como demonstra o quadro abaixo:

Figura 1:



Fonte: O Globo, 2017

Essa perspectiva se coloca em diversos trechos da carta, que demonstram os anseios por mudanças, mas com a preocupação evidente com o mercado financeiro e com o pagamento da dívida externa e em prol das relações econômicas e internacionais, como: o chamado ao apoio suprapartidário e de partidos não coligados com o PT, a soma com as parcelas significativas do empresariado, em nome de uma ampla negociação nacional e alianças conduzidas a fim de um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Governou-se, assim, para os pobres, mas também para os ricos. Em contraste com os significativos avanços em relação aos mais pobres e a elevação nos índices do combate à miséria, ainda aponta-se alguns dados essenciais dos anos do governo petista. Como uma de suas marcas, o acesso ao crédito também aponta problemáticas, colocadas como endividamento em massa. Apesar de facilitar o acesso a bens e a produtos, assim como aumentar a capacidade do consumo dos brasileiros, os estudos da Serasa Experian (2017) demonstram que 27% da população com ganhos de até R\$ 2 mil, têm pelo menos metade de sua renda comprometida com dívidas. Dentre estas está principalmente o cartão de crédito, empréstimo consignado, empréstimo pessoal, financiamento de automóvel, imobiliário e cheque especial.

No início de 2017, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apontou que 55,6% das famílias têm algum tipo de dívida. As famílias com dívidas

atrasadas somam-se em torno dos 23%; as famílias que não têm como pagar suas dívidas somam cerca de 9% e as muito endividadas beirando os 14%. Em 2002, o crédito disponibilizado no país era de R\$ 380 bilhões, em 2010 chegou a R\$ 1,6 trilhões. Nunca os banqueiros lucraram tanto no país. Em 2011 calculou-se em torno de R\$ 200 bilhões (sem corrigir com a inflação atual, o que elevaria esse valor) nos oito anos de Lula. Com grande parte do salário dos trabalhadores destinado aos cofres dos bancos, mesmo numa crise econômica, os bancos continuam aumentando seus lucros (PENA, 2018, online).

O Brasil possui traços muito peculiares e também é marcado por grande precariedade nas relações de trabalho e de vida, ao passar de todos os governos. Tais relações são bastante associadas aos trabalhos na chamada “economia informal”. O que o governo Lula, por exemplo, nos mostra, é que nem sempre as ações no âmbito da proteção social necessariamente dão conta deste fator. Diferentemente dos países europeus, essas atividades são desenvolvidas “sem ou à margem de toda regulamentação advinda do Estado. De fato, parte substancial do contingente de trabalhadores informais está ligada à chamada superpopulação relativa do exército industrial de reserva” (GENNARI, 2011, p. 33). Neste sentido, Mészáros nos aponta que

A única alternativa hegemônica à hegemonia do capital é aquilo que Marx chamou de “produtores associados, instaurando a sua própria ordem quando ainda só existem como personificação do trabalho”. Nesse sentido, entendemos que somente um vasto movimento de massas radical e extra-parlamentar pode ser capaz de destruir o sistema do domínio social do capital e instaurar uma nova ordem sociometabólica na qual se privilegiaria o modo socialista de controle por meio da autogestão dos produtores associados (MÉSZÁROS, 2002, p. 153).

Nesses preâmbulos, apontam-se aqui algumas perspectivas relacionadas ao Estado e aos governos, algumas políticas sociais e públicas em questão e partimos com a reflexão da Economia Solidária em nosso país, seus motivos de ser, movimentar-se e como isso se propaga como uma forma de fazer economia e organizar-se.

3.2. Políticas Sociais e Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil

As vertentes adotadas até então na relação Estado-globalização, demonstram uma diversidade de narrativas para com as formas do fazer político e das políticas adotadas interna e

externamente, que vão desde a tendência à focalização de Políticas Públicas até a regulação dos mercados, e nisto inclusas questões trabalhistas e de rentabilidade aos organismos atingidos e interessados, direta ou indiretamente.

Para Barbosa (2012, p. 124), a sociabilidade capitalista sob dominância do capital financeiro e mundializado tem imposto outro significado para a atuação do Estado. A autora perpassa períodos diversos do capitalismo, inferindo que, no momento expansivo deste sistema, posteriormente à Segunda Guerra Mundial, o Estado atuava de modo a prevenir “flutuações e incertezas do mercado como regulador e produtor dos investimentos para o desenvolvimento capitalista no contexto monopolista”, invertendo fundos públicos para o capital e também na promoção de consumo via pleno emprego e aparatos de proteção social que acabava por incorporar reivindicações sindicais sem nem sempre tornar realidade as vantagens prometidas.

Enfatiza que isso gerava uma “relativa estabilidade política presente nos países centrais, premiada pelas possibilidades socialistas no mundo, pela busca de cooperação do operário e esse expansionismo e ao consenso político” da democracia burguesa (BARBOSA, 2012, p. 125).

Nos últimos trinta anos, a autora chama a atenção para o sustento da crença de progresso econômico e social através do desenvolvimentismo⁴⁴, como se este fosse capaz de acabar com a pobreza e as mazelas sociais. Em suas palavras,

Rúmen para a periferia do sistema mundial, o chamado desenvolvimentismo, ainda que carregado do *fetichismo* da expansão dos benefícios da divisão internacional do trabalho, reservava ao Estado ação especial. Essa ação se baseava em intervenção planejada e decisiva ao investimento estrutural básico para as indústrias e formação da cultura urbano-industrial, reificando a crença de que o processo acelerado de desenvolvimento elevaria a pobreza à cidadania (BARBOSA, 2012, p. 1225)

Assim, se articulam momentos e atuação do Estado na formação e desenvolvimento do mercado de trabalho, apontando-os como “chave” no processo de compreensão da dinâmica social o crescimento econômico e a formação de postos de trabalho.

A formalização das relações de trabalho convive com a reiteração da flexibilidade do mercado – informalidade, baixos salários e rotatividade nos empregos. [...] Mas, afinal, o que vem sendo feito pelo Estado em termos de Políticas Públicas para lidar com esse

⁴⁴ Conceito desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que é uma política econômica que baseia-se no desenvolvimento industrial e produtivo, assim como de infra-estrutura, com participação ativa do Estado pela valorização do desenvolvimento econômico e incentivo ao aumento do consumo, elevando e aquecendo a economia.

drama e assim contornar suas conseqüências para a sociedade brasileira? As primeiras medidas foram tomadas nos anos 1990, iniciando aquilo que se convencionou chamar *nova geração* de políticas de emprego (Proni e Henrique, 2003). Em sentido histórico, o paradigma de ações públicas para o emprego se consolidou principalmente nos países centrais e se apresentou como mecanismo associado ao pleno emprego no pacto que envolvia o Estado de Bem-Estar Social. Objetivava proteger o trabalhador e a vigor do mercado. Resultou então o Sistema Público de emprego baseado nos programas de seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e formação profissional (BARBOSA, 2012, pp. 122 - 131).

Ressaltando a crise de 1970, a autora relega a queda desses compromissos dos governos para com o pleno emprego e os direitos sociais universais, e esses programas se transformaram na própria política de emprego indutora da flexibilização do mercado de trabalho e da focalização da atenção pública como atenuante da “ressignificação do trabalho como não direito” (BARBOSA, 2012, p.131).

A autora Menezes (2007, p.08) expressa também a necessidade da compreensão do movimento real, que implica suas contradições “e não um emaranhado de fatos sobrepostos sem qualquer hierarquia histórico-ontológica”. Acrescenta que, em acordo com Haroldo Abreu⁴⁵, já incluindo aí a questão das auto-organizações de trabalhadores, as

Estratégias de organização das “iniciativas econômicas dos pobres e desempregados”, no chamado terceiro setor, demonstra o ser concreto dessas estratégias que viram as costas para as condições históricas atuais, especialmente para as formas contemporâneas de reprodução do capital, mundialmente reestruturado e financeirizado; tais “alternativas” enquadram-se como parte desta reprodução e reproduzem seus fetiches econômicos, políticos e culturais. Pois com a produção capitalista (massiva e crescente) de uma população excedente e de uma quase universalização do trabalho precarizado, com todas as suas implicações sobre o rebaixamento dos salários e a perda de direitos duramente conquistados, o capital garante a crescente extração e distribuição de mais valia produzida pelos trabalhadores, processos cada vez menos regulados pela intermediação estatal. Esta intermediação política vem-se reduzindo progressivamente aos interesses dos detentores do capital, especialmente do capital dinheiro, o que é facilitado pelas atuais condições de (dês)organização política autônoma dos trabalhadores. Ou seja, considerando as múltiplas determinações da reprodução do trabalho subsumido ao capital, as “iniciativas econômicas de pobres e excluídos” e mesmo as chamadas “cooperativas de trabalho” tornam-se funcionais ao capital que, por esta via, passa a ser visto como isento de responsabilidade pela alienação e pauperização de milhões de seres humanos trabalhadores, legitimando as contra-reformas neoliberais que ampliam a mercantilização e a reificação das relações sociais (MENEZES, p. 09, 2007).

Assim sendo, identifica-se o papel do Estado em algumas nuances já apresentadas e apontadas por amplos estudos de autores que formulam teorias buscando explicar como este

⁴⁵ Apresentação de livro. “Um duro combate aos que buscam suavizar a barbárie” (ABREU, 2007, pp. 07 – 13).

influencia diretamente nas formas organizativas, assumindo um lado e atuando em prol da dominância social – política e econômica.

Apesar deste movimento situado, a experiência brasileira aponta alguns caminhos trilhados em relação a Políticas Públicas, aqui tratando especificamente daquelas relacionadas ao trabalho, emprego e geração de renda. Um estudo muito ilustrativo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstra que, apesar do longo caminho trilhado por economias mundiais desenvolvidas desde fins da II Guerra Mundial na estruturação de seus sistemas públicos de emprego, o Brasil tem suas experiências traçadas ainda muito recentes; e, pode-se dizer que as primeiras Políticas Públicas de proteção ao trabalhador só começaram a ser implantadas na década de 1960 (IPEA, 2006, p. 398).

Apesar de a Constituição de 1946 já colocar a “assistência ao desemprego como um direito do trabalhador, a primeira tentativa de criação de um seguro para o trabalhador desempregado foi feita apenas em 1965, com a Lei 4.923/65” (IPEA, 2006, p. 398). Criou-se, através de tal legislação, o Cadastro Permanente de Admissões e Dispensas de Empregados e instituiu um plano de assistência àqueles em situação de desemprego.

Em 1966, criou-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Já em 1970, foram criados o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) – onde juntamente fora instituído o abono salarial.

Em 1975, sob orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criou-se o Sistema Nacional de Emprego (Sine). Assim, nas décadas de 1960 e 1970, as Políticas Públicas de emprego orientavam-se, em meio a diversos processos de integralização, descontinuidade, desestruturação de equipes e adequações, muito mais no sentido de “indenizar o trabalhador demitido do que fornecer alguma proteção efetiva ao trabalhador desempregado” (IPEA, 2006, p. 400).

Em 1986, por influencia da redemocratização brasileira, instituiu-se o seguro-desemprego⁴⁶, ainda insipiente quanto à suas fontes de financiamento. As Políticas Públicas relacionadas à questão do emprego, prejudicadas por esta mesma questão, passam a ser redesenhadas no ato constitucional de 1988, demarcando caminhos em suas fontes financiadoras e

⁴⁶ O seguro-desemprego foi instituído junto com o Plano Cruzado pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e passou a ser concedido aos trabalhadores a partir da sua regulamentação, que veio logo a seguir, pelo Decreto nº 92.608, de 30 de abril do mesmo ano, porém as fontes de financiamento só passam a ser definidas e o programa devidamente redesenhado a partir da Carta Magna da constituição de 1988.

criando as bases de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPTER). Porém, só em 1990 que se cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), principal órgão financiador dessas políticas específicas, assim como seu Conselho deliberativo, o CodeFAT.

O programa de seguro-desemprego passou a ser associado, além da assistência financeira temporária, ao auxílio à busca de novo emprego, através da intermediação da mão-de-obra e de qualificação profissional, ampliando o escopo das PPTER e sua cobertura e possibilitando diversas composições das fontes de financiamento do FAT, com bases de arrecadação relacionadas: 1) PIS/Pasep: aos contribuintes de faturamento, receita, folha de pagamento, alíquota sobre faturamento, alíquota sobre folha de pagamento, Pasep, contribuintes e alíquotas; além das receitas financeiras; 2) Receitas Financeiras: BNDES, depósitos especiais, Caixa, Banco do Nordeste do Brasil, BB extra-mercado, recursos não-desembolsados; 3) Outras Receitas: cota-parte da contribuição sindical, restituição de benefícios não-desembolsados, restituição de convênios, multas e juros devidos pelos contribuintes do FAT, devolução de recursos de exercícios anteriores e multas judiciais; 4) Contribuição pelo Índice de rotatividade (IPEA, 2006, p. 404).

Em 1992, foi criado o seguro-desemprego para o pescador artesanal. Em 2001, foi a vez das empregadas domésticas. Em 2003, este seguro foi também direcionado àqueles trabalhadores libertos da condição análoga à escravidão.

O FAT passa a ser direcionado também à qualificação profissional dos trabalhadores em geral; e em 1995 criou-se o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), através do MTE, que estabelecia parcerias “mediante convênios, termos de cooperação técnica e protocolos de intenção” com a rede de educação profissional, que compreendia: os sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal; universidades públicas e privadas; sistema S; sindicatos de trabalhadores, escolas e fundações de empresas; e organizações não-governamentais (IPEA, 2006, p. 406).

Em 2003, o programa acima referenciado foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Com diversas modificações e adequação à maior transparência e efetividades dessas Políticas Públicas, as exigências incluíam depósitos especiais que abriram brecha à criação de novas políticas; os quais deram origem aos Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger), com o objetivo de oferecer alternativas de geração de emprego e renda e de inserção no

processo produtivo por meio de estímulos à capacidade empreendedora e à busca de auto-sustentação do empreendimento (IPEA, 2006, p. 406).

A implementação desses programas foi feita via concessão de linhas especiais de crédito a setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro convencional, como micro e pequenas empresas, cooperativas e formas associativas de produção, além de iniciativas de produção próprias da economia informal. Eles passaram a ser efetivados a partir de 1995, tendo como agentes financeiros, inicialmente, o BB e o BNB. Posteriormente, foram incluídos a Finep e, mais recentemente, o próprio BNDES, a Caixa e o Basa (IPEA, 2006, p. 406).

Para financiamentos nas áreas urbanas, foram criados o ProgerUrbano e, nas rurais, o Proger Rural. Para melhoramento destes, em 1999, criou-se o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (FunProger), e, logo, criou-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A partir de 1996, o CodeFAT liberou recursos para a criação do Programa de Expansão de Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego), e em 1998, o Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais (Protrabalho), devido ao grande número de execução da política nestes locais (IPEA, 2006, pp.407-408).

Em 2002, passa a funcionar o FAT Habitação e o FAT pró-inovação. Em 2003, entram o FAT Revitalização, FAT Exportação, FAT infra-estrutura e FAT fomentar. Em 2004, institui-se o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq); e, paralelamente, FAT integrar, FAT Integrar Norte, FAT Vila Pan-Americana, FAT inclusão digital, FAT Cédulas de Produtos Rural Financeira (CPRF)/ Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) (IPEA, 2006, p. 408).

Em 1996, concessões de microcréditos se davam através do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), e em 2002, ampliam-se tais concessões para o FAT Empreendedor Popular. Na mesma linha, em 2004, o MTE cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Em meio a diversas PPTER criadas ao longo dos anos, destaca-se aqui, conforme estudo de referencia, que

Em 2003, foram criados dois novos programas que procuraram alcançar segmentos insuficientemente cobertos. O primeiro, voltado para a inserção laboral de jovens de baixa renda e escolaridade entre 16 e 24 anos, tem sido financiado majoritariamente com

recursos ordinários do orçamento. Há prioridade para jovens afrodescendentes, para portadores de necessidades especiais e para jovens em conflito com a lei. O segundo busca o fortalecimento da Economia Solidária, segmento constituído por empreendimentos administrados pelos próprios trabalhadores. Suas ações incluem o mapeamento de empreendimentos existentes, a constituição de uma rede de incubadoras e o apoio a fóruns de articulação das redes de Economia Solidária (IPEA, 2006, p. 409).

Este segundo programa acima mencionado, o da Economia Solidária, aqui objeto de Estudo, instituiu-se através de ações que envolviam tendências criadas por várias edições do Fórum Social Mundial⁴⁷, onde os empreendimentos passam a se organizar nacionalmente e resultaram em demandas constantes aos governos, mais fortemente expresso com a eleição de Lula, instituindo, portanto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES⁴⁸) no ano supracitado. Juntamente a esse processo de institucionalização da Economia Solidária, a III Plenária Nacional da Economia Solidária criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como forma de representação de suas próprias demandas no país.

Nesta década, a economia solidária ampliou-se tanto no Brasil como em grande parte da Europa, das Américas e nos últimos anos também na Ásia e na África. “Este crescimento pode ter sido em resposta ao agravamento da crise econômica e financeira de 2008, que mergulhou grande parte da economia mundial em estagnação, quando não em recessão”. Com isso, um crescente aumento do desemprego e da pobreza, “derivados da aplicação forçada de políticas de “austeridade” impostas por um sistema financeiro global desregulamentado, sustentando paraísos fiscais e auferindo imensos ganhos especulativos” (SINGER, 2014, p. 01).

⁴⁷ O Fórum Social Mundial é um grande evento que reúne movimentos sociais de diversos continentes para organizarem-se em contraposição às interposições da globalização e em prol da transformação social global, que acontece anualmente desde 2001. Os dois primeiros encontros ocorreram no Brasil, e a partir de então seus encontros passam a ser itinerantes. Em 2006 passa a ser policêntrico (três locais ao mesmo tempo) e em 2008 passa a ser descentralizado. Como forma de manifestação contra o Fórum Econômico Mundial, ele constitui-se enquanto importante pólo de discussão de diversas vertentes sociais com um objetivo em comum, por meio do slogan “Um Outro Mundo é Possível”.

⁴⁸ Segundo o MTE (2016), a SENAES executa a política pública de Economia Solidária por meio das transferências de recursos a estados, municípios, universidades e organizações da sociedade civil que tenham projetos para apoiar e fomentar empreendimentos econômicos solidários. Os instrumentos de transferência utilizados são convênios, termos de parceria, termos de fomento e de colaboração. A SENAES não possui autorização para fornecer bolsas ou para financiar diretamente os empreendimentos. No Plano Plurianual 2012-2015, a Secretaria Nacional de Economia Solidária possui ações em dois programas: Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015) e Programa Resíduos Sólidos (PPA 2012/2015). As demais ações são por temática: Programa de Desenvolvimento regional, territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015); Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social); Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC); Programa Resíduos Sólidos (PPA 2012/2015); Ações Integradas Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis; Associativismo e Cooperativismo Social; Comércio Justo e Solidário; Finanças Solidárias; Formação, Incubação, Pesquisa e Extensão; Informações, Redes e Cooperação Solidária.

Segundo Singer (2014, p. 01), enquanto as empresas nos moldes formais do modo de produção enfrentam a queda de consumo e produtividade, com redução de despesas e pessoal e grande número de terceirizações, as cooperativas de produção, “como não almejam lucros e todos os seus trabalhadores são sócios do empreendimento, enfrentam o encolhimento da demanda aliando-se a outras cooperativas, participantes das mesmas redes ou complexos, para solidariamente partilhar prejuízos e sacrifícios, tendo em vista preservar os empreendimentos e seus postos de trabalho”. Tais redes facilitam estas organizações, que integram complexos cooperativos com um “sistema financeiro próprio, que não especula e tampouco procura maximizar lucros”.

Este autor ainda dispõe acerca das parcerias de cooperativas de consumo e redes solidárias de distribuição, “das quais o sistema mundial de comércio justo e solidário é o mais conhecido”.

A Senaes foi criada em 2003 pelo presidente Lula, em cumprimento do seu programa de governo e tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a execução da sua meta prioritária de então: o Programa Fome Zero. Com a criação da Senaes, o movimento de economia solidária, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Em associação à com a instalação da secretaria, em junho de 2003, foram criados o FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. A integração da Senaes ao MTE deu-se sem maiores atritos. Uma parte dos funcionários já sabia algo da economia solidária, muitos estavam curiosos e outros eram simpatizantes. Houve estranhamento com os auditores fiscais empenhados em combater as falsas cooperativas de trabalho que estavam sendo utilizadas – num período de elevado desemprego – para terceirizar atividades a custos ultrarreduzidos, porque na época esses trabalhadores eram considerados “autônomos” e não tinham por isso acesso aos benefícios da legislação do trabalho, que seriam unicamente devidos aos trabalhadores diretamente empregados pela empresa. O crime consistia no fato de que a falsa cooperativa não era de seus associados, mas em geral do contratante da cooperativa. Os trabalhadores se submetiam à precarização de seus direitos por receio de perderem os empregos e experimentarem a longos períodos de desemprego. Como os auditores fiscais só tinham contato com falsas cooperativas, estavam convictos de que todas as cooperativas de trabalho eram falsas, o que, no entanto, não era verdade. Parte dos desempregados havia se organizado em cooperativas de trabalho autênticas, possuídas e autogeridas pelos próprios trabalhadores (SINGER, 2014, p. 03-04).

Assim, a SENAES fora instituída com o objetivo de ofertar apoio aos trabalhadores para organização de cooperativas reais, e conduzia estudos de práticas internacionais na tentativa de amenizar as precarização dos direitos dos trabalhadores, e identificou em outros países a criação de novas leis que tornavam obrigatório os direitos trabalhistas pelos cooperados. “Esta era a solução lógica do problema, pois a anomalia de os trabalhadores cooperados estarem sem acesso aos direitos trabalhistas permitia que, sob o manto do falso cooperativismo, trabalhadores

premidos pelo desemprego fossem induzidos a abrir mão se seus direitos legais, submetendo-se a uma super-exploração acobertada pela farsa da contratação por pseudo-cooperativas a serviço dos exploradores” (SINGER, 2014, p. 04).

A Secretaria passou a conduzir trocas de ideias entre as organizações cooperativas, sindicatos e bancadas parlamentares, e sintetizou um projeto de Lei que perdurou seis anos de tramitação, sendo sancionada através da Lei 12.690 de 2012⁴⁹ pela presidenta Dilma Rousseff, reconhecendo os trabalhadores assalariados ou filiados às cooperativas.

Desde 2015, a SENAES vem mapeando, periodicamente, os empreendimentos de economia solidária, dentro dos marcos do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies). “O primeiro mapeamento foi realizado em 2007 e registrou a existência de 21.859 EES”, que, “em função das limitações de recursos e de tempo, cobriu apenas 2.933 municípios, que representam 53% das municipalidades do Brasil”. Esse sistema prevê que os mapeamentos deverão ser realizados a cada quatro anos, e, “o mais interessante é que a estagnação da economia brasileira, que a caracterizou durante os dois quadriênios anteriores à posse de Lula na presidência, praticamente cessou a partir de 2004”. O autor analisa que, “se a expansão da economia solidária havia sido causada pela persistência da crise econômica, de 2004 em diante o desenvolvimento econômico se acelerou e o desemprego diminuiu fortemente” (SINGER, 2014, p. 04), e conclui que

Nestas condições, o crescimento da economia solidária não pode mais ser atribuído à marginalização de cada vez mais parcelas do povo trabalhador, como indubitavelmente ocorreu entre 1994 e 2002. Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff assumiu o governo federal, cuja prioridade passou a ser a erradicação da pobreza extrema do Brasil. Para formular o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), diferentes ministérios foram convocados, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre os quais o MTE. Na divisão de tarefas para a execução do PBSM entre as repartições dos ministérios coube à Senaes se empenhar na promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda, cuja sobrevivência depende fortemente do usufruto do Programa Bolsa Família (PBF) (SINGER, 2014, p.04).

⁴⁹ Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. “Cumpre notar que, entre outras medidas, esta lei dispõe a criação do Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP). Esse programa se destina a apoiar cooperativas de trabalho, cujos rendimentos possam ser insuficientes para cobrir o valor dos benefícios legais a que seus associados farão jus, tão logo sua assembleia se decida a iniciar o pagamento dos referidos benefícios aos mesmos” (SINGER, 2014).

No cerne desta questão, a SENAES resolveu “promover o endodesenvolvimento⁵⁰ de comunidades vitimadas pela pobreza extrema”. Essa secretaria já havia desenvolvido ações neste sentido, tendo por alvo, a partir de 2004, “diversos quilombos localizados em diferentes regiões do Brasil”. Este endodesenvolvimento é colocado enquanto “diferente” do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que, em linhas gerais, resulta de investimentos públicos ou privados em novas atividades produtivas ou extrativistas, em áreas que permitem acesso às comunidades marginalizadas pelo progresso.

Este desenvolvimento, produzido por agentes externos às comunidades afetadas, se caracteriza pelo fato de beneficiar, mediante a geração de empregos, apenas uma parte da população carente, ou seja, aqueles que conseguem um emprego estável com contrato de trabalho e o gozo dos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os demais devem se contentar com trabalhos precários, com duração incerta e sem a garantia contratual dos direitos trabalhistas, ou aguardar pacientemente sua vez de serem contemplados por novos postos de trabalho a serem gerados pelo desenvolvimento promovido pelos investimentos externos. O endodesenvolvimento se caracteriza pelo fato de ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Sendo pobre, a comunidade não tem recursos próprios e tampouco possui bens e valores que poderiam servir de garantia para obter financiamento das fontes bancárias convencionais (SINGER, 2014, p. 05).

Para que isto ocorra, há a necessidade da mobilização das comunidades com apoio público, como é o caso da SENAES, que, de acordo com Singer (2014, p. 06), o executa por meio de atividades de formação em economia solidária. O autor acredita que esta pode ser uma linha de atuação importante para que haja a ampliação destes EES, como a formação de uma espécie de agentes multiplicadores de Economia Solidária – com fomento governamental para incentivar a ampliação dos coletivos por meio dos próprios coletivos.

Com o passar do tempo, a partir de 2011, quando o PBSM foi lançado, “a Senaes promoveu novas atividades visando garantir a viabilidade econômica dos ESS que foram semeados pelos rincões menos desenvolvidos do país”. Então, foram promovidas ações de formação de redes de comercialização e de finanças solidárias tendo por objetivos “garantir aos

⁵⁰ De acordo com Singer, a Economia Solidária é baseada no endodesenvolvimento que faz um processo contrário ao exodesenvolvimento, ou seja, mobiliza comunidades para tomarem consciência de suas potencialidades de desenvolvimento local superando assim pobreza. o atual modelo de desenvolvimento é pautado no individualismo, ou seja, no sucesso individual do ser humano. “O capitalismo só se sustenta se crescer pelo menos 3% ao ano.” Fundamentado no exodesenvolvimento, conforme explicou Singer, o capital é o principal responsável pela geração da pobreza, pois cria uma sociedade marcada pela desigualdade. Fonte de evento, Economia Solidária conta com Centros de Formação em todo o Brasil, em 15 de maio de 2013.

EES o acesso a mercados e ao crédito, nas medidas de suas necessidades e possibilidades” (SINGER, 2014, p. 07).

Em 2010, já Lula assinou o Decreto instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, um sistema que reúne as entidades brasileiras que se dedicam ao comércio justo e vai gradativamente englobando os EES, à medida que estes vão se desenvolvendo. A dificuldade de acesso aos mercados vem paulatinamente desenvolvendo-se em estratégias pelas redes colaborativas, que organizam a ampliação da comercialização dos produtos da economia solidária em feiras cada vez maiores, de acordo com Singer (2014),

Culminando, nos últimos anos, na grande Feira Internacional de Santa Maria/RS. Outra maneira de romper as barreiras à comercialização tem sido a multiplicação dos grupos de consumo responsável (GCRs), que cultivam contatos permanentes entre produtores e consumidores, permitindo que as possibilidades e necessidades de uns e de outros se conheçam e se amoldem para a satisfação mútua. Ao mesmo tempo, um sistema de finanças solidárias formado por bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito vem sendo desenvolvido, nos últimos quinze anos, a partir do esforço pioneiro do Banco Palmas em Fortaleza/CE, complementado posteriormente pelo Banco Bem em Vitória/ES e atualmente por nada menos de 1.003 bancos comunitários espalhados por todo o Brasil. Pelo crescente número de instituições de finanças solidárias, pode-se acreditar que o nó representado pelo insuficiente acesso a crédito também está sendo desfeito (SINGER, 2014, p. 06).

Singer, em uma entrevista para a “Agenda Econômica⁵¹”, em 2016, apresenta alguns dados interessantes, como o exemplo da dificuldade das “cooperativas de pobres” conseguirem financiamento por meio das finanças convencionais, para isso a necessidade de apoio público para as organizações se manterem. Ele aponta que, as experiências históricas neste sentido, como o exemplo das cooperativas formadas após a Reforma Psiquiátrica⁵² em 2001, atualmente representa cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro, como possibilidade para ampliação de uma política efetiva de Política Pública de Trabalho, Emprego e renda.

O estudo aqui referendado como base, apresenta, em suma, que o quadro criado pelas Políticas Públicas de trabalho emprego e renda no país ganhou corpo a partir de 1995. Todavia, com programas que buscaram atingir um patamar ainda insuficiente no país, dado que, por exemplo, em relação aos empreendimentos pequenos, ainda atingem um número bastante baixo em relação ao seu universo de demandas e necessidades. E acrescenta que “isso leva a uma outra questão, que é a baixa cobertura dos mesmos ou, em outras palavras, o seu reduzido peso para

⁵¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Wt4PjIDFUtU>.

⁵² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i7J7PehpdIc>.

contrabalançar efeitos negativos de oscilações macroeconômicas sobre o emprego”. Por assim elucidar, “na realidade, as flutuações do emprego no Brasil no período de 1995-2005 estiveram mais ligadas às políticas macroeconômicas do que aos resultados desses programas”. E que, assim, pode-se perguntar se o seu surgimento vem atendendo ou não alguma estratégia de geração de emprego no país (IPEA, 2006, p. 409).

Nesta tentativa de responder a tais questionamentos, elegemos a política pública de Economia Solidária e um pequeno universo de análise, a fim de trazer apontamentos acerca de tais práticas – e como estas se estruturam diante de todas as adversidades e desafios.

No caso da Economia Solidária enquanto política pública, assim como o Programa Primeiro Emprego, a tendência é que se utilizem recursos do Tesouro para sua efetivação, a despeito de seu caráter discricionário – e supostamente mais frágil. Com as constantes reorganizações do mercado de trabalho brasileiro, suscita-se a necessidade de “se buscar maior articulação das diversas políticas de emprego, e entre elas e as políticas macroeconômicas. Também deve ser vislumbrada a necessidade de aprimoramentos das instituições que regulam o mercado de trabalho a modo de torná-las mais adaptadas à nova realidade” (IPEA, 2006, pp. 422-426).

Nova realidade esta que se expressou no dia 31 de março de 2017, pelo presidente Michel Temer, em sancionar a “Lei da Terceirização” (Lei Nº 13.429/2017), que vinha sendo debatida nos anos 1998, mas foi “engavetada” e, em um momento de crise econômica e também política, foi aprovada sem um amplo debate social, em conjunto à população brasileira, permitindo a terceirização ampla e irrestrita. Teoricamente, tal legislação abre precedentes para a perda de alguns direitos instituídos e na relação entre contratante e contratado, por via de uma empresa terceirizada. Perde-se, portanto, a necessidade do aviso prévio ao trabalhador e o direito de receber 40% de multa calculada sob o FGTS, caso haja a ocorrência de uma demissão sem justa causa. Também há a redução de custos com salários de trabalhadores, o que significa que empregados contratados pelas terceirizadas terão salários menores em relação àqueles contratados diretamente – abrindo precedentes a subcontratações e maior precarização do trabalho.

Outras reformas também são necessárias de análise, como as propostas de Reforma Trabalhista⁵³ e a Reforma da Previdência⁵⁴, colocadas atualmente em pauta pelos governos. Tais

⁵³ A Reforma Trabalhista no Brasil de 2017 foi uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017. Segundo o governo, o objetivo da reforma foi

mudanças prometem trazer benefícios nas relações trabalhistas. Contudo, o Brasil já expressa uma gama enorme de relações informais de trabalho, juntamente ao problema do desemprego; e as flexibilizações propostas como resposta a estas questões estão imbricadas em um jogo de forças entre quem ganha e quem perde mais; onde os trabalhadores pertencem à classe que ainda se apresenta em desvantagem.

Um desafio constante, portanto, nesse leque das Políticas Públicas, é o que aponta o IPEA (2006, p. 427), em que se coloca a questão: “esperar por uma reversão da trajetória vigente no mercado de trabalho – o que em parte deve ocorrer por efeitos meramente demográficos”, e “reorientar seu leque de prioridades, no sentido de direcionar o sistema de programas e recursos para políticas voltadas à dinamização do mercado de trabalho”, ou ajustar seus programas direcionando sua ação e seus recursos para o conjunto de trabalhadores, independentemente de seu grau de formalização.

3.3. Política Pública de Economia Solidária: surgimento e prática

A Economia Solidária no Brasil se situa em um processo de reabsorção de trabalhadores e trabalhadoras ao mercado de trabalho, apresentando-se enquanto uma alternativa de trabalho e geração de renda, que se deu principalmente a partir dos anos de 1970 com uma grave crise econômica – que deixou muitos desempregados impulsionou a precarização do trabalho e as formas informais de emprego.

Como resultado da reestruturação produtiva advinda como resposta à crise capitalista, a economia se encontrava instável e os trabalhadores necessitavam se organizar para não ficarem

combater o desemprego e a crise econômica no país. Todavia, os sindicatos de trabalhadores contrapuseram-se a tais medidas aprovadas, que não teve amplo debate social, e facilita as negociações entre patrões e empregados, deixando os trabalhadores nas mãos dos contratantes, que poderá trazer prejuízos a seus próprios interesses para responder a interesses dos capitalistas. Entre diversas medidas, há questionamentos inclusive acerca da constitucionalidade da aprovação dos pontos contra a CLT, como um ataque aos direitos historicamente conquistados. Em 2019 há uma nova proposta circulando, com medidas ainda mais duras relacionadas à flexibilização dos direitos dos trabalhadores, a manutenção aos empregos e às formas de contratação.

⁵⁴ A Reforma Previdenciária vem sendo debatida há anos, e mais fortemente desde 2017, mas em 2019 há uma forte pressão para sua aprovação, com dados questionáveis quanto ao “rombo da previdência”, onde auditores fiscais do INSS lançaram uma cartilha e comprovaram que não há déficit previdenciário, apontando, assim, a interesses políticos e econômicos em sua aprovação, que preservaria privilégios de altos escalões e prejudicaria os benefícios dos trabalhadores mais pobres.

desempregados, “se associando para assumirem a gestão de empresas falidas com a crise” (CORREIA, 2008, p. 03).

A Economia Solidária se organiza como conjunto de práticas econômicas, sociais e ambientais, que primam pelas organizações coletivas de trabalhadores desde a produção, distribuição e consumo. O cooperativismo é uma de suas expressões maiores, e as primeiras práticas que se têm conhecimento advêm dos primórdios do capitalismo industrial, por iniciativa dos operários, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX (SINGER, 2002, p.83).

As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo (SINGER, 2002, p. 83).

Com o Keynesianismo, essas práticas sofreram intervenções estatais, com a implementação de políticas econômicas e sociais, mas retomam com força na segunda metade da década de 70. O neoliberalismo também influencia neste processo, tornando as formas de trabalho cada vez mais flexíveis e com poucas garantias aos trabalhadores, gerando uma grande exclusão social e o acirramento da desigualdade social.

No Brasil, esse processo da Economia Solidária começa a surgir a partir dos anos 80, quando muitas indústrias começam a falir e os trabalhadores a assumir a produção coletiva, numa tentativa de manutenção de seus postos de trabalho. As cooperativas aparecem como uma experiência de “democratização da gestão do trabalho, a valorização das relações humanas sendo considerada também um caminho viável para uma maior distribuição de renda” (CORREIA, 2008, p. 12). Entretanto, por serem dependentes e atreladas às formas capitalistas de produção, passaram e ainda passam por inúmeros desafios e adversidades.

Paul Singer, um expoente teórico na discussão da Economia Solidária no Brasil, coloca alguns marcos importantes quais ele destaca por terem inaugurado o processo de empreendimentos solidários no Brasil, que vieram com um conjunto de grupos de estudo, fomento e consultoria da Economia Solidária, inaugurando a construção do movimento social (SINGER, 2002, p.42).

Dentre estes marcos, Singer destaca: a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG⁵⁵), a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT); as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); a ONG Cáritas do Brasil, com a atuação na formação de Projetos Alternativos Comunitários (PACs); - e, mais recentemente, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada dentro do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE⁵⁶.

Assim sendo, refletir-se-á os desdobramentos da Economia Solidária hoje, que se propõe a princípios que visam, como bem nos aponta o Art. III da Lei da Economia Solidária do Estado da Bahia,

A autogestão, a democracia, a solidariedade, a cooperação, a equidade, a valorização do meio ambiente, a valorização do trabalho humano, a valorização do saber local e a igualdade de gênero, geração, etnia e credo. Suas práticas podem ser observadas nos permeios da autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, o exercício de atividade econômica em organização autogestionária e coletiva de padrão comunitário e solidário de estruturação e relações sociais, o comércio justo, o consumo consciente, as finanças solidárias e a agregação de finalidades econômica e social (BAHIA, 2011).

Em 2003, sob o governo Lula, o MTE⁵⁷ instituiu a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) e o respectivo Conselho Nacional da Economia Solidária (CNES), pelo Decreto nº 4.764 de 24 de junho de 2003. Ela surge num momento em que a

⁵⁵ “Na década de 90, com a intensificação do processo de abertura da economia brasileira aos mercados internacionais, o desemprego estrutural ou tecnológico, ou seja, o desemprego sem retorno, trazia diversas mudanças e dificuldades para a. conjunta econômica e política. Começaram aparecer projetos de autogestão, onde os trabalhadores passaram a assumir o controle dos ativos das empresas de produção industrial e, principalmente, o controle da gestão. Diante da situação de desemprego e de busca de alternativas surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão - ANTEAG. Ela nasceu a partir de uma experiência em Franca - SP (1991) quando uma empresa produtora de calçados foi à falência. Com uma ação ousada e criativa, os trabalhadores, em conjunto com o Sindicato da categoria articularam a experiência autogestionária reabrindo a empresa, reiniciando a produção e recuperando 450 postos de trabalho. Desde então, a ANTEAG vem desenvolvendo e assessorando projetos de autogestão a partir da viabilidade do negócio e da perspectiva dos próprios trabalhadores. Um dos objetivos sociais das atividades de implantação e desenvolvimento dos projetos autogestionários é recuperar e manter o trabalho e renda; buscando o compromisso das pessoas com atividades produtivas envolvendo a vontade e a inteligência coletiva. Por conta da persistência do quadro conjuntural demarcado pelo desemprego e a necessidade de alternativas de trabalho e renda, a ANTEAG vem representando empreendimentos econômicos solidários nas diversas regiões do país. Assim, em decorrência dos trabalhos dos últimos anos, a ANTEAG acompanha projetos de autogestão, responsáveis por mais de 30.000 postos de trabalho” (CIRANDAS, 2008, online).

⁵⁶ Discussão obtida em CORNELIAN, p. 41, 2006.

⁵⁷ O MTE foi reestruturado pelo presidente Michel Temer por meio da medida provisória nº 726, de 2016, convertida na lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 que o transformou em Ministério do Trabalho, e foi extinto durante o governo Jair Messias Bolsonaro, tendo suas atribuições divididas entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Economia Solidária estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público e incipiente institucionalização.

Começou a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas (frutos da desindustrialização e do desemprego em massa), das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil (SINGER, 2009, p.43).

Com forte mobilização de setores populares – dentre eles, sindicatos, Igreja, universidades – as “as iniciativas dispersas de combate à fome e à miséria começaram a se aglutinar, processo poderosamente impulsionado pelas reuniões do Fórum Social Mundial em Porto Alegre a partir de 2001”. Concomitantemente, o Partido dos Trabalhadores (PT) amadurecia “a consciência da necessidade de respostas originais efetivas à ofensiva neoliberal, que parecia ter varrido do horizonte qualquer alternativa progressista à volta ao capitalismo selvagem que abarcava o mundo”. Neste período, diversos programas de transferência de renda⁵⁸ e políticas de fomento à Economia Solidária passam a se difundir.

Com a eleição de Lula em 2002, a Economia Solidária começa a se institucionalizar, culminando essas ações como efetivação do programa de governo do então presidente petista, também fundando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

Com políticas federais, políticas de institucionalização legal e políticas de fomento⁵⁹, a Economia Solidária se coloca em uma trajetória de conquistas e desafios, e também intenta a divulgar suas ações para que cada vez mais formas alternativas de se organizar para produzir, consumir e distribuir sejam colocadas em prática. Nesse viés, na tentativa de formalização de empreendimentos solidários e enfrentamento de formas distorcidas de seus princípios, através da Portaria MTE 1780/2014, criou-se o Cadastro Nacional de

⁵⁸ O caso brasileiro não é a primeira experiência que adota modelos de transferência de renda. Há experiências desde a França até a América Latina, como abordado no livro “O mito da assistência social” de Ana Elizabete Mota, que acena para o trato histórico desta política, que vem exportada de outros países desde o governo FCH, mas de maneira a garantir apenas a sobrevivência dos sujeitos, com baixos valores de repasse, que foram integradas de maneira mais ampla no governo Lula, ainda que com melhorias, não resolvem como um todo os problemas geracionados pelas desigualdades – fruto do próprio modo de produção vigente.

⁵⁹ Pormenores e descrição das citadas políticas encontradas em: SINGER mercado de trabalho | 39 | mai. 2009, IPEA, Economia Solidária E Políticas Públicas.

Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). Os empreendimentos nele cadastrados passam pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via internet e que pode facilitar o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio à Economia Solidária, como programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços, assessoria e demais ações (BRASIL, online, 2014).

As atividades de Economia Solidária regulares são encontradas em Centros Públicos de Economia Solidária, Feiras de trocas, Pontos Fixos de comercialização, lojas solidárias, incubadoras públicas e universitárias, instituições públicas, e as eventuais são encontradas em forma de feiras, festivais e atividades culturais, cursos de formação e oficinas (idem).

Em termos de política de Estado, a Economia Solidária necessita de estabelecimento de políticas efetivas para enfrentamento de desafios colocados no âmbito do trabalho em rede da União, Estado e Município. Faz-se essencial a reflexão acerca dos três entes federados, e compreender a relação do papel das políticas estaduais na pesquisa aqui proposta, observando o que influi na Economia Solidária municipal, qual sua relevância e aspectos positivos e negativos desta relação de integração.

Como reflexões iniciais, identificou-se que o Estado de São Paulo, como iniciativa do próprio movimento de Economia Solidária, gestou o Fórum Paulista de Economia Solidária, durante a preparação da 3ª Plenária Nacional de Economia Solidária que deu origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Em 2003, em maio, foi realizada a I Plenária Estadual de São Paulo, junto com a Feira de Economia Solidária em Campinas, na antiga estação ferroviária. Em junho deste mesmo ano, foi realizada a III Plenária Nacional de Economia Solidária, concomitante com a criação da SENAES. No mês de julho/agosto foi formado o Grupo de Trabalho que preparou a II Plenária Estadual e a criação do Fórum Paulista de Economia Solidária. Nesta época, mais precisamente no mês de agosto foi criada na Assembleia Legislativa a Primeira Frente Parlamentar em Apoio a Economia Solidária. No mês de novembro, aconteceu em Santo André a III Plenária Estadual de Economia Solidária que cria o Fórum Paulista de Economia Solidária. 2003 - No dia 28 de novembro, foi realizada a Primeira reunião do Fórum Paulista de Economia.

Em 2004 foi elaborado um Planejamento Estratégico com o objetivo de ampliar a Economia Solidária no Estado (avançar para o outro lado do rio Tietê). “Sem nenhum aporte

financeiro, com voluntarismo e muito trabalho, o Fórum Paulista conseguiu ampliar e fortalecer a Economia Solidária no Estado, superando as metas iniciais⁶⁰”.

Os últimos dados encontrados que mapearam o Estado de São Paulo, apontaram que havia cerca de mil empreendimentos entre produção, comercialização, serviços, finanças e consumo, além das instituições de fomento, assessoria e representação. Nos 645 municípios do Estado de São Paulo, 24 possuem Políticas Públicas e/ou ações de Economia Solidária (UNISOL, 2012, online). A Economia Solidária no Estado de São Paulo, conforme o mapeamento de 2007, possui aproximadamente 1000 empreendimentos. Os segmentos econômicos dos Empreendimentos de Economia Solidária do Estado de São Paulo estão relacionados às áreas do setor de alimentação, artesanato, reciclagem, confecção, prestação de serviço, produção, industrial, produtos agrícolas, pesca, finanças, comunicação e cultura.

As atividades de Economia Solidária regulares são encontradas em Centros Públicos de Economia Solidária, Feiras de trocas, Pontos Fixos de comercialização, lojas solidárias, incubadoras públicas e universitárias, instituições públicas, e as eventuais são encontradas em forma de feiras, festivais e atividades culturais, cursos de formação e oficinas.

A Estrutura dos Fóruns de Economia Solidária se dá em: Fóruns Locais (municipais microrregionais), Fórum Estadual de Economia Solidária e o Fórum Nacional de Economia Solidária. No que tange seus aspectos de Espaços deliberativos, articulação e gestão, são organizados em Plenárias, Coordenações e a Executiva. Os Fóruns Regionais localizados são: Metropolitano (SP), Regional de Campinas e adjacências, ABCDMRR e Baixada Santista, Metropolitano Oeste, São Carlos e Região do Vale do Ribeira. Os Fóruns Regionais em Organização são da Região de São José do Rio Preto e Alto Tietê, Guarulhos e leste de São Paulo⁶¹.

O programa atual do governo de São Paulo estabeleceu criar uma política de comercialização e centrais de distribuição de produtos da Economia Solidária e agricultura familiar e implementar políticas de ampliação da Economia Solidária. O programa também

⁶⁰ Informações obtidas no site UNISOLBRASIL, do ano de 2012, disponível em <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2012/01/ato_debate_folder1.pdf>, Acesso em: <27 jul. 2017>.

⁶¹ Para maiores informações à respeito dos dados da Economia Solidária em Estados específicos, como no caso analisado que engloba a relação como Estado de São Paulo, sugerimos a leitura: CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TINDADE, Marcelo. Economia Solidária no Brasil Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários. São Paulo : Todos os Bichos, 2010. 120 pp.

prometeu desenvolver linhas de crédito, investimento e políticas de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários por meio da Desenvolve SP (ALCKMIN, 2014, p. 16).

A Frente Parlamentar de Economia Solidária⁶² foi instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 22 de setembro de 2015, legitimada pelo Ato do Presidente nº 199, de 21/12/2015, com o objetivo de discutir a regulamentação da Lei 14.651, que cria o Programa Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de São Paulo - PEFES e dá outras providências, em discussão desde 2011.

O economista Paul Singer, que participou do lançamento, afirmou à repórter Anelize Moreira da *Rádio Brasil Atual* que as vantagens da Economia Solidária são a igualdade e o rompimento da desigualdade gerada pelo movimento capitalista. “É uma organização de atividades econômicas, em que há total igualdade. Sem donos e empregados, os trabalhadores são os próprios donos do seu empreendimento, e eles têm o compromisso de igualdade na gestão do empreendimento. É o que chamamos de autogestão, e isso funciona”, explica. A frente é composta por 24 parlamentares de 14 partidos. Atualmente, são 30 mil empreendedores no país, com 3 milhões de cooperados. A Economia Solidária tornou-se um movimento mundial. Os últimos estudos apontam que esse modelo representa 3% dos empreendimentos e 1% do PIB do país. Para Singer, diante da crise mundial, esse ciclo de gestão pode ser uma medida de combate ao desemprego. “É uma oportunidade histórica, o Brasil está com 1,4 milhões de desempregados. Nós temos uma solução: organizá-los para que criem seu próprio emprego, coletivamente. Já deu certo nos anos 80 [...]”. (RBA, 2015, online).

A frente é apresentada como um aspecto de debate da Economia Solidária, do cooperativismo e suas formas de trabalho e renda, além da questão das cooperativas de crédito como instrumentos de política econômica para se fazer um trabalho de combate aos juros altos dos bancos.

Segundo o secretário-geral da central de cooperativas Unisol, Leonardo Pinha, fazer com que São Paulo regulamente a lei é um dos principais desafios. “No Estado de São Paulo precisamos superar uma situação. Esse lançamento da Frente Parlamentar é um ponto de partida de um processo de mobilização para que o governo implemente uma lei de políticas de apoio, fomento e financiamento da Economia Solidária.” Um dos exemplos de que é possível pôr em prática a Economia Solidária é a criação de cooperativas de materiais recicláveis. “O pessoal que puxava carroça, hoje tem cooperativas e

⁶² As Frentes Parlamentares exprimem importante processo de junção de parlamentares pelas mesmas causas, fortalecendo-se em prol de determinado tema no sentido de aprovar leis, referendar Políticas Públicas e também para derrubá-las. Em 2015, em um contexto advindo das eleições de 2014 que corroborou para eleger a Presidenta Dilma Rousseff, que, embora fora candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que fomentou a institucionalização da Economia Solidária como política pública de governo – estava imbricado em contexto conservador, do ponto de vista social, e então necessitava de fortalecimento para alcance dos objetivos de implementação de um orçamento específico, plano de metas e continuidade de medidas enquanto política de Estado. Todavia, o PL nº 14.651 ainda não foi regulamentado enquanto Lei.

associações pelo Brasil todo. É um grande exemplo de como a Economia Solidária pode promover a inclusão social pelo trabalho” (RBA, 2015, online).

Em reunião ampliada realizada no dia 19 de junho de 2015, o Fórum Paulista de Economia Solidária, com a participação de representantes dos fóruns regionais/municipais da Economia Solidária, aprovou-se oficialmente o "Plano de Economia Solidária do Estado de São Paulo 2015-2019", fruto da III Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo, realizada de 15 a 17 de maio de 2014 em São Bernardo do Campo. O Plano Estadual é aprovado um dia após a aprovação do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), homologado pelo Ministro do Trabalho e Emprego por meio da Resolução nº 06, de 26/03/2015, publicada no Diário Oficial da União de 18/06/2015, com "o objetivo de promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, a partir de deliberações da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)" (MTE, 2015).

Há um documento criado pelo Fórum Paulista de Economia Solidária que aborda justamente a sistemática de fundamentação e estratégias para o plano supracitado, voltado às instâncias Municipais e Regionais, com apontamentos de metas a serem atingidas até o ano de 2019. Esses pontos são importantes fontes de reflexão para uma análise que abarque uma realidade global em relação à conjuntura nacional, estadual e municipal que se insere a política de Economia Solidária, suas conquistas e desafios e propostas enquanto política pública, permeada por diversos interesses, distintas visões de governos e que se dá com práticas cada vez mais impulsionadas por seus participantes e teóricos que vislumbram uma economia diferente desta que está em vigência, buscando alternativas às formas de sustento e vivência da população como um todo⁶³.

Leva-se em consideração uma realidade marcada por interesses de classe de uma sociedade globalizada, onde 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta⁶⁴, onde a pobreza encontra seu limiar no acesso ao trabalho, à educação, saúde e diversas outras restrições.

⁶³ Discussão permeada por FAJARDO, Rita de Cássia Arruda; BENTO, Paulo Eduardo Gomes. Empreendimentos Solidários e Política Pública: Avanços e Desafios na Vivência da Autogestão. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1, 2015, São Carlos. Anais Sociedade Civil e Políticas Públicas. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

⁶⁴ Dados publicados por *El País* colocam que a desigualdade aumentou desde a crise de 2008 e chegou a esse ápice em 2015 – matéria de 18 de maio de 2015 – ainda atual (FARIZA, 2015, online).

Neste sentido, é fundamental se pensar as Políticas Públicas que também se propõem ao desenvolvimento local, com atores sociais e instituições que apóiem politicamente a tentativa de

Encontrar respostas para estes desequilíbrios. Urge fomentar a organização de empreendimentos solidários capazes de promover a melhoria das condições de vida das pessoas e consequente desenvolvimento local. Só assim, se conseguirá combater a desertificação e desigualdades sociais, distribuindo por igual terra, emprego e condições de vida (ALVES DA SILVA e SILVA, 2008, online).

É necessário também reagir quanto à perda massiva de postos de trabalho e as novas discussões sobre a manutenção destes e a busca de capacitação teórica sobre meios alternativos de geração de trabalhos, como no caso da Economia Solidária⁶⁵. Surgem ainda novas organizações que regem o associativismo e o cooperativismo, e a autogestão continua sendo debatida, onde a Economia Solidária deverá se empenhar em compreender seu real significado e buscar práticas que estejam de acordo com essa premissa.

Novaes (2011) irá aprofundar essa discussão colocando a pouca abertura a uma visão mais radical dessas teorias e práticas. Em seu livro “O retorno do caracol à sua concha – alienação e desalienação em associações de trabalhadores”, Novaes (2011) aponta em seus estudos alguns autores que disseminam a chamada “Economia Solidária Socialista”, que busca embasamento teórico-prático de acordo com o debate marxista e o resgate do cooperativismo de resistência e a autonomia operária.

Alguns autores tecem suas críticas justificando que o cooperativismo se vincula com os princípios de atividades empreendedoras e os refúgios das *cooperगतos*, que segundo Novaes (2011, p.28) procuram realizar um debate paralelo aos da Economia Solidária em função da banalização do termo ou em função de um suposto ou real reformismo.

Para isso, o autor relembra a real necessidade de se aprofundar os métodos de análise históricos e dialéticos do funcionamento da sociedade capitalista, com a visão da totalidade necessária do “sociometabolismo do capital”, em uma alusão ao conceito teórico cunhado por István Mészáros. Não nega, com isso, que a Economia Solidária faça algumas críticas ao capital, mas que essas críticas não conseguem questionar o sociometabolismo do capital na sua totalidade, enquanto relação social total (NOVAES, 2011, p.29).

⁶⁵ Discussões pertinentes em “MENEZES, Maria Thereza C. G. de. Economia Solidária: Elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

A força social necessária para se efetivarem as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda e, principalmente, a Economia Solidária, se articulam com os movimentos e organizações sociais e de trabalhadores que partem de uma mesma raiz, ou seja, o avanço do capital em detrimento da classe pauperizada.

3.4. Mundo do Trabalho: Organizações de trabalhadores e trabalhadoras, métodos e estratégias de garantia de direitos

Mészáros salienta, em um debate em torno da precarização e da flexibilidade das formas de emprego em locais específicos, que, como análise geral, parte-se da premissa que as “perspectivas de acumulação do capital” perpassam uma falsa preocupação com a “garantia de empregos e a redução do desemprego”. Partindo dessas argumentações, vincula-se à realidade concreta de empreendimentos cooperativos de autogestão da Economia Solidária, pois é funcional a manutenção de postos de forma, inclusive, autoexploratória, daquela camada que adentra também os trabalhadores “supérfluos”, mais ainda do que o exército de reserva apontado por Marx, mas aqueles que são, sobretudo, os da atualidade (Mészáros, 2011, p. 330).

O capitalismo se produz através da acumulação, expandindo-se, e quando alcança grandes proporções, desenvolvendo a produtividade, produzindo uma massa de trabalhadores, ao mesmo tempo que seu próprio desprezo. Várias técnicas e segmentos se aceleram, e a classe trabalhadora, “ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”. E, uma população trabalhadora excedente, não é só produto e alavanca da acumulação capitalista, mas também condição de existência do modo de produção fundado no capital (Marx, 2001, pp. 733-735).

A dinâmica produtiva-reprodutiva do capital, além de apropriar-se do trabalho excedente, também se apropria do necessário à reprodução da força de trabalho, gerando as precarizações e o não atendimento das questões necessárias à classe trabalhadora enquanto seres humanos, sendo este um aspecto específico do modo de produção capitalista⁶⁶.

A expansão do mundo urbano/industrial e a decorrente agudização da relação antagônica capital e trabalho assalariado expressam-se na precarização do trabalho e no

⁶⁶ Discussão obtida em Iamamoto, 2007, p. 159.

desemprego. As formas de manifestação do processo de proletarização decorrentes da expansão do capitalismo dão um novo ímpeto às contradições das relações de classes.

A classe operária, impulsionada pela organização e luta por melhores condições de vida de trabalho, impõe-se como sujeito político coletivo, o papel do Estado nos condicionamentos das relações sociais e da distribuição, cada vez mais desigual, da propriedade privada é grandemente ampliado e assume formas mais complexas. O amadurecimento das várias tendências do capitalismo exige a expansão da intervenção das atividades do Estado na economia e na regulação da vida social (Braverman, 1987, p. 242-244, apud CEOLIN, p. 254-255, 2014).

Essa dinâmica é também entendida pelas categorizações feitas por Meszáros de mediações de primeira e segunda ordem, gerando expressões da questão social, que repercutem em vários aspectos da vida, seja econômica, cultural ou social, e assumem, na atualidade, a necessidade de se criar estratégias de enfrentamento que sejam ligadas a uma multiplicidade de fatores e sua dimensão de totalidade, que, segundo Iamamoto (2007, p. 164),

Quando as múltiplas e diferenciadas expressões da questão social são desvinculadas de sua fundamentação comum, desconsiderando os processos sociais em sua dimensão de totalidade, pulverizam e fragmentam as diversas expressões da questão social, resultando na autonomização de suas múltiplas expressões, transformando-as em problemas sociais, despolitizando e individualizando o seu enfrentamento, tendo como foco de responsabilidade os indivíduos e suas famílias. A pulverização da questão social camufla a sua origem imanente ao sistema capitalista maduro. A questão social expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando amplos segmentos da sociedade em situação de marginalidade em relação aos bens materiais e espirituais civilizatórios. As lutas dos proletários conquistaram seu reconhecimento como sujeitos políticos, rompendo o domínio das relações entre capital e trabalho no âmbito privado e extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos sociais da classe trabalhadora (Iamamoto, 2007, p. 160).

Todavia, cabe também a leitura e interpretação de que esses “ganhos defensivos” (de conquistas de direitos), tornados possíveis pela fase, relativamente pouco problemática, de expansão do capital da crise estrutural do capital dos anos 70, gerou uma ilusão também nos empreendimentos solidários, com conquistas de políticas que refletiram mais recentemente no Brasil⁶⁷. “Entretanto, sob os efeitos da crise estrutural, até mesmo os elementos parcialmente

⁶⁷ Onde a “periferia do sistema”, os países em desenvolvimento como o Brasil, buscavam se industrializar. As capitulações, inclusive, foram parte de um processo de disputa de estruturas. Possibilitou, portanto, “partilhamentos” através da “margem de viabilidade produtiva” dentro da ordem estabelecida, até seu período de descenso (do

favoráveis à equação histórica entre capital e trabalho têm de ser derrubados pelo capital” (Mészáros, p. 330, 2011), salienta.

A consciência dos sujeitos se apropria da realidade que os cinge, e os indivíduos que compõem as classes são seres dotados de potencialidades e debilidades orgânicas e biológicas, assim como sociais, e é preciso compreender sua visão de homem e de mundo, se identificar com sua real situação e ter uma leitura crítica dessa realidade (MÉSZÁROS, 2011). Esse processo, sempre em movimento, é a chamada “consciência de si” – com suas limitações a partir da apropriação do contexto de sua própria vida e suas particularidades. O sentido para sua vida será dado a partir de sua práxis social, como esse sujeito percebe sua existência e capta o movimento ao seu redor.

As dificuldades de uma apropriação genérica esbarram em uma realidade alienada, demarcada por limites objetivos impostos concretamente por uma organização política e econômica que propaga o individualismo, a competitividade e a hostilidade entre as pessoas [...] A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados. (MÉSZÁROS, 2008, p.20, 89)

Tomam-se os exemplos de forma de gestão realizada pelos trabalhadores, que é o que dá o conceito da palavra “autogestão”, que demonstra aqueles que realizam os trabalhos manuais, de chão de fábrica e das questões mais organizativas e administrativas. A direção das atividades realizada pelos que as efetivam podem ser realizadas de maneira muito mais eficaz. “[...] (A) autogestão não nasce [da] visão de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX para levar a cabo a democracia na produção e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas” (NOVAES, 2011, p.41 – grifo do autor) e que significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana. Para Mészáros (2002), o capital é expansivo, incontrolável e essencialmente destrutivo.

capital). À partir de 2003, o Brasil passa a sentir o angariamento de estruturas por “linhas de menor resistência”, onde os abandonos progressivos de estratégias mais ofensivas alcançaram neste ano as confluências como um conjunto de necessidades apostadas verticalmente, de cima para baixo, e resultaram em capitulações e conciliações pelo principal partido trabalhista, que chega ao poder e para manter-se, estreita-se com ideários da classe dominante.

Essa “autogestão” passa a ser reivindicada entre 1960 e 1970 com a busca de alternativas sindicais daquelas socialdemocratas ou de orientação da então União Soviética, na defesa do controle da produção e uma recusa ao capitalismo na época. Surgiram muitos “movimentos autônomos” ou de orientação “alternativa”, em conjunto aos chamados “novos movimentos sociais”, sem muita articulação com o movimento operário e reais embates ao sistema capitalista⁶⁸.

Em citação à Marx, em um pronunciamento de 1864, no século XIX, este exprime a ideia de que as experiências vividas entre 1848 e 1864 no quesito “cooperativismo” provam que se mantêm os esforços de operários isolados que não conseguirão romper os vínculos dos monopólios nem libertar as massas de suas misérias. Que esse trabalho cooperativo deveria para assim dizer, “salvar as massas laboriosas” desenvolvendo suas dimensões nacionais e incrementando meios nacionais para a conquista do poder político, como jus às tarefas revolucionárias do proletariado, portanto, serem o cooperativismo e o associativismo inseridos em projetos mais amplos de transformação da sociedade, perpassado pela revolução política e social (MÉSZÁROS apud NOVAES, 2011, p.38).

Para Novaes, 2011, em sua nota de rodapé, Mézáros não desvincula o associativismo da luta de classes. Tanto Marx quanto Mézáros tecem alguns ‘elogios’ a Owen, no entanto não desejam um ‘cooperativismo paternalista’ vindo da classe dominante (Mézáros, 2005). No seu livro *Para além do capital*, ele retoma as críticas de Marx aos socialistas utópicos, mostrando os ‘equivocos’ dos mesmos. Se trouxermos esse debate para os dias atuais, Mézáros diria que o cooperativismo e associativismo necessariamente devem estar vinculados à luta de classes que aponte para a transição socialista. Para ele, a construção da sociedade socialista deverá ser obra da própria classe trabalhadora (NOVAES, 2011, p.39)

No presente, desde idos de 1970, as possibilidades de condução das contradições estruturais do capital, alcançaram seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente (MÉSZÁROS, p. 216, 2011).

A Economia Solidária, portanto, nesse bojo de se ater a instituir uma “alternativa” às disfunções da desumanização do trabalho, do desemprego crônico, como bem nos coloca o autor,

⁶⁸ Para essa discussão ver ANTUNES, 1999, p. 40-43-44 e MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. 3ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v5).

conceituando-o, junto, e necessariamente junto, a não eliminação da redução dos níveis salariais, da precarização da força de trabalho⁶⁹ e aumento generalizado do emprego.

Concordamos com Mészáros, que parte do pressuposto que o sistema capitalista é irreformável. E que sem a revolução social não teremos reformas necessárias ao livre desenvolvimento humano em substantividade. E que reforma não muda o sistema, sem uma mudança “sociometabólica”. Por isso propõe que se lute por “romper a lógica do capital”.

A realidade destrutiva do capital é colocada como pressuposto da reprodução das condições sustentáveis da existência humana. O uso é capturado como pretexto de garantir o consumo (de poucos). Tanto a oferta quanto à procura são cinicamente relativizadas, para permitir a legitimação da oferta real mediante uma ‘demanda’ fictícia’ (MÉSZÁROS, 2002, p. 299)

Sendo coerente com essa visão, Mészáros, portanto, conclui que o sistema do capital atingiu seus limites a partir dos anos dos anos 1970, porque a crise que se abriu fora a “crise estrutural do capital”. Ou seja, com a constituição de um modelo hegemônico global, que busca submeter o mundo todo ao seu controle, os elementos que víamos de crise referem-se à crise do sistema em seu conjunto, uma crise estrutural, “sistêmica, persistente e rastejante”,

E isso só pode ser atingido colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas mas pelos próprios produtores associados. O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional). O resultado é um irremediável sistema “centrífugo”, no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes (MÉSZÁROS, 2002, p. 299).

Para o autor, a expressão maior das contradições e a busca em sua superação só podem ser entendidas por uma real transformação socialista não apenas em torno do capitalismo, mas que se erga e construa-se com a destruição do *sistema do capital*.

Mesmo com inúmeras questões que se colocam como a conjectura do funcionamento ou não da Economia Solidária dentro de uma perspectiva mais “humanizadora” e emancipatória, a realidade aponta para que estas organizações não deixam de existir no modo de produção atual. A diversidade da auto-organização de trabalhadores se expressa de formas as mais diversas, através de cooperativas de trabalho, de produção, de consumo, de microcrédito, da moeda social,

⁶⁹ Compartilhamento do trabalho com salários reduzidos: Petercohen p. 328

das associações, na ocupação e recuperação de fábrica, nas feiras de troca, nos setores educacionais, habitacionais, entre outros.

E, se apresentam como uma estratégia de sobrevivência, dentro das práticas relacionadas aos movimentos sociais e de organização de trabalhadores, juntamente com métodos a exemplo das organizações em partidos, sindicatos, associações e outras formas de expressão da classe trabalhadora para colocarem suas demandas em pautas e lutarem pela garantia e efetivação de seus direitos, do seu lugar na sociedade, nas relações produtivas, de trabalho, sociais e comunitárias, mediadas, portanto, em sociedades democráticas, através das Políticas Públicas as mais diversas, que se colocam como, não somente mediativas entre tais demandas, mas também como intentantes de “corrigir” ou ao menos amenizar desigualdades e conflitos.

3.5. Economia Solidária e tecnologia social

Se tratando, portanto, das questões abordadas até agora, temos que, na concretude do capitalismo o indivíduo é colocado como “coisa”, ou seja, objetificado e passa a não coincidir suas vontades com suas realizações. A atividade produtiva, nesta lógica, “dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, onde os homens são atomizados”,

Não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque ‘reifica’ (coisifica) o homem e suas relações e o reduz ao Estado de um animal natural. Em lugar da consciência de ser social, tem-se o culto da privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente (ANTUNES, 2008, p. 184)

Destarte, não somente o trabalho não é colocado mais como uma atividade vital, “momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico”, mas as relações sociais assumem um papel de meras relações de produção, conforme o pensamento marxista. A relação social entre os homens adquire uma forma de relação entre coisas. É evidente, na contemporaneidade, que tal relação de “estranhamento” também se apregoa e adquire uma forma ainda maior, de um trabalho opressivo em um nível quase animal.

A luta de classes teve por objetivo, por decênios, garantir, com reivindicações adequadas sobre salários e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador (LUKÁCS, 1969, p. 52), com a subsunção real do trabalho ao capital, e o predomínio da mais-valia relativa, a luta ganhou um componente inteiramente novo,

uma vez que a mais-valia absoluta não desempenha o papel de dominante (ANTUNES, 2008, p.185).

Basta lembrar-se dos ensinamentos marxistas que colocam que a realização humana, enquanto seres sociais, só se dá a partir do momento que há a produção e reprodução de sua própria existência – ato social que se efetiva pelo trabalho. Este se desenvolve por laços de cooperação, e que por esta realização material, distingue-se de outros seres vivos. Materializa ideias e se materializa enquanto ser social, ao mesmo tempo. Nesse processo, desenvolve suas capacidades, suas potencialidades.

Na formulação marxista, como já discorrido, o ponto de partida do processo de humanização é o trabalho. No sistema capitalista, por sua vez, a forma como este se objetifica, o trabalho é degradado e aviltado – torna-se estranhado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização *no e pelo* trabalho – é pervertido e depauperado (ANTUNES, 2008, p.177).

O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo, reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e a perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não “primeira necessidade” de realização humana. Na formulação contida nos *Manuscritos*: ‘... o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria’, torna-se ‘um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual...’ (ANTUNES, 2008, p. 177).

Talvez, dialogando com essa tendência perversa, há ainda aqueles que tentam, por inúmeras formas, alternativas a todo esse desgaste e forma de “roubar vidas”, de diversas formas de realização enquanto seres humanos plenos de sentidos.

Há alguns conceitos se entendendo para além da questão *trabalho* que se colocam em evidência na tentativa de colaborar com a vivência mais atual cercada pelas formas de tecnologias. Tecnologias, nesse entendimento, não apenas àquelas relacionadas à Tecnologia&Ciência nos moldes da *inovação* capitalista.

Um exemplo é o conceito de *processos de trabalho*, que pressupõe uma combinação entre *trabalho vivo* ou *da força de trabalho do produtor direto*, “e eventualmente, de outros atores sociais”, e de *trabalho morto*, (“matérias-primas, instalações, ferramentas, etc., resultantes de processos de trabalhos anteriores”) – o que configura o *ambiente produtivo* (DAGNINO, 2011, p. 178 – grifo do autor).

Nesses permeios, portanto, o autor coloca que o trabalho morto pode ser acumulado, e por isso, tido como uma propriedade privatizada; já o trabalho vivo, este, por sua vez, só pode dar-se em âmbito qualitativo – e não quantitativo – sendo então, necessariamente coletivizado, distribuído. E cada vez que há tal realização, de um processo prévio idealizado e a materialização em si, ocorre que tudo que for “construído” posteriormente possui um acúmulo de aprendizado, desenvolvendo a capacidade de melhorar produtos e serviços e também a capacidade e habilidade disso decorrente. Daí que, independente das condições históricas sociais de tal processo de trabalho, incute-se nisso uma questão de poder ou controle que presida das formas de sua realização. Pressupõe também que tais condições irão ditar as características desse controle.

Sempre que houver mais de um produtor direto (aquele que opera diretamente os meios de produção que resultaram de processos de trabalho pretéritos: trabalho morto) envolvido num processo de trabalho, é necessário que, independentemente de como é a sua relação fora do ambiente produtivo (amizade, rivalidade, etc.), ocorra no seu âmbito um acordo de cooperação. A cooperação é uma condição imprescindível para o trabalho coletivo, e pode ser observada até mesmo em grupos não humanos (formigas, abelhas) (DAGNINO, 2011, p. 179).

Diante do exposto, decorre-se que há inúmeras formas que surgem para minimizar esforços e tempo de trabalho necessário para a materialização da produção. Pode-se, e faz-se, inclusive, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto – que se justifica por fazer valer a máxima de quantidade de produção versus jornada de trabalho ou substituição mediante aumento de desgaste físico e/ou mental dos trabalhadores.

O limite da decisão individual está posto, mas reflete na questão de como obter produtos por via do trabalho e tempo necessário para tal, repercutindo na necessidade do ator em obter mais tempo livre. “Pode ocorrer que, em condições especiais (escassez, emergências, etc.), o trabalhador individual tome a decisão de sacrificar seu tempo livre e até sua saúde” para aumentar a dedicação no tempo de trabalho (DAGNINO, 2011, p. 181).

Quando o processo de trabalho envolve um coletivo voluntário de trabalhadores diretos proprietários dos meios de produção, o controle necessário para enfrentar condições especiais não é individual ou unilateral. O controle, nesse caso, é uma decorrência do acordo entre trabalhadores diretos iguais, que transcende aquele acordo de cooperação no ambiente produtivo. Ele envolve laços de solidariedade que se dão em função do contexto (social, político, econômico, etc.), mas não obstante, segue sendo exercido no processo de trabalho que se dá no ambiente produtivo (DAGNINO, 2011, p. 181).

Laços estes que não se dão apenas na esfera produtiva, mas que se faz necessário ser presente em todos os aspectos das vidas. Inclusive, para a melhoria da qualidade de vida e de

tempo de trabalho, que seja introduzida tal solidariedade igualmente no modo de se pensar e se fazer a tecnologia, linha de abordagem que trata da Tecnologia Social (TS⁷⁰).

A Tecnologia Social é o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS BRASIL, 2004, p.26⁷¹). No Brasil, as experiências efetivadas da TS são compartilhadas no Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação, que apregoa, para enquadrar-se enquanto TS, conceitos, metodologias e aplicações de acordo com o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social e a resolução de problemáticas locais.

Leva em consideração, portanto, ações que respondam a necessidades específicas de acordo com cada realidade/localidade. Não excluem tecnologias de ponta⁷² (utiliza-se também da robótica, eletrônica, informática, maquinários, modo de trabalhar e trabalhos manuais que agregam poder às comunidades), mas devem estar atreladas a princípios de dimensão humana e social, para a produção do conhecimento “de modo a aproximar os problemas sociais de suas soluções”. “Tecnologia Social é a ferramenta que agrega informação e conhecimento para mudar a realidade. Por isso dizemos que ela é a ponte entre as necessidades, os problemas e as soluções que a gente encontra” (ITS, 2004, p. 27).

A TS visa à promoção de “educação, cidadania, inclusão, acessibilidade, sustentabilidade, participação e cultura. Pode e deve ser utilizada nas mais variadas localidades do país, desde que adaptada e assumida pela comunidade” (ITS, 2004, p. 27). Essa metodologia produtiva é um modelo adaptável, e não um modelo pronto. Opta por transformações e mudanças substanciais no processo produtivo, pois a intencionalidade não é a produção em massa visando o

⁷⁰ TS pode ser entendida como aquela que possui crítica às tecnologias convencionais, mas não diferentemente de tecnologias de inovação ou de ponta, mas que carregam alguns elementos como: adaptada a pequeno tamanho, liberadora do potencial físico e financeiro, e da criatividade do produtor direto, não discriminatória (patrão x empregado), capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas, orientado para o mercado interno de massa, valores diferentes das tecnologias produzidas no âmbito do universo competitivo e capitalista, sustentável econômica e socialmente – alternativas nos ajustes dos processos de trabalhos, revitalização de maquinários, reuso, alternativas tecnológicas aprimoradas ao tipo de uso com repotenciamento e incorporação científica-tecnológica de forma acessível e popular.

⁷¹ Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004.

⁷² Tecnologias de ponta são as Inovações tecnológicas mais recentes, como o exemplo dos Softwares Livres, que são TS's ou tecnologias livres, que permitem a acessibilidade tecnológica e a utilização dos usuários em Código Aberto, possibilitando sua modificação, melhoria e compartilhamento de suas alterações, promovendo liberdades e transformações em: estudar como o programa funciona e adequá-lo às suas necessidades; redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo; liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie e sem necessidade de pagamento para utilização dos códigos-fonte.

consumo, crescimento econômico e a lucratividade, mas fortalece-se em desenvolvimento social, que pode até ocorrer em larga escala, desde que promova a qualidade de vida, o acesso igualitário e que haja participação em seus processos como um todo. Valoriza a sabedoria popular, e volta-se à própria população e aos interesses coletivos.

As comunidades/populações se apropriam das soluções das TS's, adéquam às suas realidades e compartilham os resultados. As TS's partem de quatro dimensões, conforme enquadramento do Sistema de Análise em Tecnologia Social (SATECS⁷³), que são: 1) Conhecimento, ciência e tecnologia (ponto de partida: problemas sociais; realizada com organização e sistematização e introduz ou gera inovação nas comunidades); 2) Participação, cidadania e democracia (ênfatisa a cidadania e a participação democrática; adota a metodologia participativa nos processos de trabalho; impulsiona a metodologia participativa nos processos de trabalho e impulsiona sua disseminação e reaplicação); 3) Educação (realiza um processo pedagógico interior; se desenvolve num diálogo entre saberes populares e científicos e é apropriada pelas comunidades, que ganham autonomia e 4) Relevância Social (eficaz na solução de problemas sociais; tem sustentabilidade ambiental e provoca transformação social).

Para a Economia Solidária, como exemplo, essa tecnologia social poderia cumprir um papel que viabilizasse vários preceitos que são colocados como pressupostos para uma “outra economia” (lema colocado por diversos atores do movimento da Economia Solidária). Num primeiro nível essa relação se dá entre as “sustentabilidades”, e, num segundo, “situando a TS como um elemento articulador” das formas de “produção e organização da sociedade pervasivas, alternativas àquelas engendradas pelo capital”. No terceiro nível, em uma perspectiva mais longínqua, mas mais abrangente, coloca a TS “como um núcleo do substrato cognitivo que deverá tomar o lugar da tecnociência” – “que hoje amalgama e galvaniza a infraestrutura político-ideológica econômica produtiva e a superestrutura político-ideológica do capitalismo”, cenário em construção da ‘outra economia’ (DAGNINO, 2011, p. 204).

⁷³ O SATECS – Sistema de Análise de Tecnologias Sociais é uma ferramenta metodológica on-line de diagnóstico que desenvolve atividades de análise, acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento das tecnologias sociais (TS). O Sistema é desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que utiliza o Conhecimento, a Ciência e a Tecnologia na busca de soluções para os problemas sociais. No Brasil, é referência em tecnologia social através da construção e aplicação de soluções inovadoras para as necessidades locais, compartilhadas inclusive em outros países, impulsionando projetos em sua prática pela articulação com governos e sociedade civil. O SATECS é um sistema de autopreenchimento de dados pelas organizações desenvolvedoras de TS's que geram indicadores para distinguir características e identificar se determinados programas ou projetos são, de fato, TS, conforme as quatro dimensões abordadas no corpo do texto referenciado.

Os autores que tratam tal abordagem indicam que tal temática não é situada no cerne da questão da ES, que não dá a importância que a articulação dessas práticas poderia ter, elevando o nível de atuação dos empreendimentos solidários. Atribuem, inclusive, ao fato de que algumas teorias posteriores à experiência socialista não aludem a estes fatores os problemas das práticas da ES⁷⁴.

Tomamos por concordância com o referido trabalho, a ilustração que se seguirá - partindo do ambiente produtivo,

O seu primeiro e mais importante elemento: o “controle”. Entendido como a habilidade relativa ao uso de um conhecimento intangível ou incorporado a artefatos tecnológicos, ele (o controle) é uma característica inerente a qualquer processo de trabalho. O segundo, também pertencente ao ambiente produtivo, é o de cooperação (ato de agir em conjunto com outro(s), visando a um benefício percebido como mútuo), verificado em processos de trabalhos grupais. O terceiro, relativo ao contrato social engendrado por um dado contexto socioeconômico, é o de coerção (ato de compelir alguém a uma ação ou escolha diretamente ou por meio de mecanismos ideológicos). O quarto, pertencente a esse contexto, é a forma da propriedade dos meios de produção ou do trabalho morto (a qual, nos processos de trabalho grupais, pode ser coletiva ou privada, resultando, nesse caso, na venda da força de trabalho ou trabalho vivo) (DAGNINO, 2004, p. 206).

Que se ilustra, conforme o quadro que segue:

Quadro 3: Aspectos dos Três Espaços ou ambientes em que está inserido o ator social que atua sobre os processos do trabalho

Ator que controla o processo de trabalho	Contexto socioeconômico	Contrato social	Ambiente e produção	
	Forma de propriedade	Coerção	Controle	Cooperação
Produtor direto	-	-	Individual	-
Coletivo de produtores	Coletiva	Associativismo	Autogestão	Voluntária Participativa
Senhor de escravos	Privada	Física, pelos proprietários dos meios de produção	Coercitivo direto	Forçada
Comprador de força de trabalho	Privada	Ideológica, pelo Estado	Imposto assimétrico	Taylorismo, Toyotismo

Fonte: DAGNINO, 2011, p. 178.

⁷⁴ Para aprofundamento de tal compreensão, sugerimos a leitura do item 7 do artigo “Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da Tecnologia Social”, de Rafael Brito Dias e Henrique Tahan Novaes, 2011.

Tal quadro ilustra algumas formas de “controle” do trabalho, como significantes para se compreender o ambiente de produção – como ele se dá, em quais aspectos e nível de reatamento direto aos sujeitos envolvidos. Corrobora, portanto, as formas ou ambientes de inserção dos atores sociais e o modo de se fazer e pensar as organizações, sobremaneira a diferir-se de propostas tradicionais e/ou convencionais do contexto, das formas de execução do trabalho e o ambiente em que se insere a produção – estratégias adotadas que irão responder e expressar-se de formas mais ou menos democráticas para os atores envolvidos.

3.6. A política pública de Economia Solidária – elementos de institucionalização

Quando o assunto é “Políticas Públicas”, aqui se tratando especificamente da Economia Solidária, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o PL 4685/12, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências, com sua última tramitação datada em 26 de junho de 2014. Este projeto sintetiza intenções do desenvolvimento da EcoSol e aprova a atuação de empreendimentos enquanto pessoa jurídica para acesso às fontes de Políticas Públicas e financiamentos os mais diversos.

Todavia, insere esses EES em requisitos que serão abordados no capítulo 3 deste trabalho, item sobre as certificações e as demandas do movimento de EcoSol, que esboça que

Um ponto que vem sendo defendido pelos atores governamentais na discussão nacional sobre a certificação de EES é a necessidade de validar os empreendimentos como sendo de Economia Solidária para aplicação da Lei nº 11.947/2009. Essa demanda está na pauta governamental a nível nacional, estadual e municipal. O cumprimento da Lei nº 11.947 dispõe sobre a alimentação nas escolas públicas e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, MP/MEC, 2014). O Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estabelecem que o percentual de 30% das compras públicas para a Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos, seja proveniente da agricultura familiar. Nesse sentido, a Lei nº 11.947/2009 é um avanço para a sociedade, pois diversos segmentos da classe trabalhadora foram inseridos na proteção social; já que as cooperativas agrofamiliar e os empreendimentos de Economia Solidária receberam apoio e capacitação, para estarem em conformidade com as leis de proteção ao trabalhador cooperativado e poderem ter contratos formais com as prefeituras que executam o PAA e o PNAES (GUIMARÃES, et al, 2014, p. 08).

O apontamento feito acerca do PAA, por exemplo, é algo que já ocorre e é uma importante política pública para a produção da agricultura familiar, onde se encontram importantes atuações da EcoSol – em âmbitos que se enquadram em redes produtivas inseridas nas práticas de sistemas como o de permacultura⁷⁵ e agroflorestas⁷⁶, traduzindo-se em pontos de destaque da sustentabilidade ambiental tão conclamada pelas teorias de Economia Solidária.

Segundo Guimarães et al (2014, p. 08),

Precisamos avançar na abertura econômica governamental às estratégias da classe trabalhadora na perspectiva da Economia Solidária. A Economia Solidária precisa realmente ter status de política pública. O poder legislativo Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e União precisarão elaborar leis para “criação e regulamentação do fundo de financiamento e investimento e das moedas complementares, no âmbito da Economia Solidária” (O NACIONAL, 2013). Por enquanto, as legislações não acompanharam o processo de luta dos movimentos sociais, que buscam a possibilidade de outra economia social, mesmo acontecendo nas sociedades capitalistas da contemporaneidade. No âmbito nacional, o movimento social de Economia Solidária está em interlocução com os espaços públicos de poder. Na sistematização da V Plenária Nacional de ES, que avaliou, no final de 2012, os avanços e limites à efetivação da Economia Solidária. Foi constatada a necessidade de avanços à democratização do debate: “sobre o marco legal em nossos fóruns, estabelecendo vínculos com os eixos da educação e cultura, estratégias econômicas, comunicação e visibilidade, e território e territorialidades”. (FBES, 2013, p. 63). Em 08 de novembro de 2012 foi apresentada a Câmara de um Projeto de Lei nº 4685/2012 que dispõe sobre a Política Nacional de

⁷⁵ Permacultura é um conceito que significa “cultura permanente”, um modo sistêmico e agroecológico de produzir sem utilização de compostos químicos, que surgiu e mantém-se à partir da observação de ecossistemas naturais. Propaga, portanto, a necessidade do acolhimento da sabedoria popular e tradicional dos povos, normalmente utilizada em processos circulares, onde as plantações modulam-se entre o plantio de ervas que repelem insetos danosos às plantações mesclados às produções orgânicas, ou mesmo com a utilização de animais (como galinhas) que alimentam-se destes insetos e pragas. Ou seja, uma auto-proteção natural que garante a produção de orgânicos, alinhando o que se sabe sobre “afastar” seres prejudiciais e trazer outros que são benéficos à plantação (o exemplo das galinhas ilustra que, as fezes destes animais colaboram na adubagem da terra – assim como o plantio de flores e outras plantas que aproximam abelhas para auxiliar na polinização e assim ajudar as plantas a crescerem e se reproduzirem de maneira mais fortalecida, dentre outros tantos exemplos – e, assim, sucessivamente: criando um habitat quase ideal para a produção e reprodução natural das plantações. Além da cultura agrícola, há também nessa forma de “*design* sustentável” práticas correlacionadas através do “gerenciamento integrado de recursos hídricos que desenvolve arquitetura sustentável que interliga clima, plantas, animais, ciclos de nutrientes, solo, gestão da água e necessidades humanas num ambiente produtivo e criativo com estética, ética e harmonia, de acordo com os princípios básicos da natureza” (vide site “Horta Biológica”, acesso em <https://www.hortabiologica.com/permacultura/>).

⁷⁶ Agroflorestas ou Sistema Agroflorestal (SAF) é uma perspectiva de plantio que anda conjuntamente às práticas de recuperação florestal, mesclando plantas perenes com plantas herbácea, cultivo agrícola e/ou forrageiras e/ou em integração com animais dentro do mesmo manejo, com diversidade ecológicas que possibilitam a regeneração do solo e, ao contrário dos monocultivos, mantém importantes propriedades biológicas da terra, aproveitando as próprias folhagens e excrementos de animais como adubos e fertilizantes naturais para as plantas.” A agrofloresta recupera antigas técnicas de povos tradicionais de várias partes do mundo, unindo a elas o conhecimento científico acumulado sobre a ecofisiologia das espécies vegetais, e sua interação com a fauna nativa” PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. Apostila Do Educador Agroflorestal: Introdução Aos Sistemas Agroflorestais Um Guia Técnico Um Guia Técnico. Rio Branco: UFA.

Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências (FBES, 2014). O PL está tramitando no Congresso Nacional, e se for aprovada, serão ampliadas Pastas governamentais, bem como deverão ser criadas Secretarias/Departamentos Estaduais e Municipais específicos, para assegurar a política pública voltada à Economia Solidária. Dessa forma, a sociedade terá a Economia Solidária legitimada como política pública, com Fundo Público específico, com recursos orçamentários à ES e trabalho articulado intersetorialmente. Outras estratégias entre Estado e Sociedade Civil podem ser efetivadas. Ao pensarmos em criar Políticas Públicas voltadas exclusivamente para a Economia Solidária, se faz necessário que se saiba exatamente o que é Economia Solidária, e que existem mecanismos do poder público para regular essas práticas.

Todavia, enquanto esta pesquisa traçava suas linhas de análise, a SENAES foi rebaixada a subsecretaria, sob o governo Michel Temer (MDB), e muito brevemente dissolvido e transformado em um departamento alocado no Ministério da Cidadania, através da Medida Provisória 870/2019. A SENAES, que antes vinculada ao Ministério do Trabalho que foi também extinto pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019, tinha como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, buscando promover geração de renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

A Secretaria, portanto, passa a associar-se, posteriormente, à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana – carregando consigo um simbolismo que retrocede a luta dos movimentos sociais pelas demandas da EcoSol, inclusive por inserir-se, em muitos contextos, em áreas rurais – e daí que, tal atuação foi dividida e esta parte em específico passou a vincular-se ao Ministério da Agricultura, dentro da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, subordinada ao Ministério em questão.

Denota-se disso que as políticas voltadas à EcoSol fragmentaram-se, perdendo forças no fomento, por exemplo, do cooperativismo e associativismo – repartindo as secretarias e sinalizando, possivelmente, para um enfraquecimento nas demandas, em dicotomizar o movimento para atuação rural ou urbana e mudando de lugar os status dos temas, “que antes tinham mais relevância dentro da estrutura governamental, é questão menor”:

Aí é que está: não é. É a sinalização da atenção e do peso que cada um tem na ordem de prioridade de governo, ou seja, dos interesses que têm atenção prioritária. A fragmentação da Economia Solidária e essa separação entre o urbano e o rural reduzem a força de Políticas Públicas integradas e retomam uma lógica de segmentação que não dá conta da pluralidade de arranjos da Economia Solidária. [...] Não se pode negar atenção à importância para a sustentabilidade advinda da Economia Solidária, que opera por meio de organizações que se estruturam na forma de autogestão, promovendo

a solidariedade e a justiça dentro dos sistemas produtivos, tendo como agentes as cooperativas, associações e bancos⁷⁷ (RIBEIRO, 2019, online).

Demonstra, por assim dizer, uma correlação de forças que dificulta a institucionalização da Economia Solidária enquanto solidez, enquanto uma política pública que corresponda às necessidades concretas dos empreendimentos. A Ecosol necessitaria, portanto, fortalecer-se enquanto movimento, atrelado a outros como forças somatórias, aos exemplos de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), para demandas que abarcassem expectativas em comuns de suas atuações e o direito a produzir, morar e trabalhar – como eixos fundantes e fundamentais de uma economia que seja, de fato, solidária e possível de se fazer “outras economias” – ainda que aqui se expresse de maneira “alternativa”. Tão logo, unindo forças de movimentos, quiçá, poderia então a Economia Solidária (entre seus sujeitos atuantes, trabalhadores e trabalhadoras), por questões de “classe”, correlacionar-se em prol de uma causa em comum: de democratização da terra, de moradia, de produção e assim em um viés, possivelmente, colocando-se em prol de uma transformação social.

Mesmo com esse cenário de dificuldades encontradas pelo Movimento de Economia Solidária e setores populares a ele ligados, no dia 17 de setembro de 2019, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) e regula seus empreendimentos. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 137/2017 seguirá para votação no Plenário do Senado Federal.

Entre as diretrizes e os objetivos definidos na Política Nacional de Economia Solidária (PNES) que vão nortear os empreendimentos de Economia Solidária, estão a gestão democrática, a garantia de livre adesão e prática de preços justos, a cooperação entre empreendimentos, a precificação conforme os princípios do comércio justo e solidário, a justa distribuição dos resultados e a transparência e a publicidade na gestão dos recursos. Inicialmente a proposta foi aprovada em forma de substitutivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois esse substitutivo foi aprovado também na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com emendas. A CAE,

⁷⁷ Nesta última colocação, como agentes em forma de “bancos” comunitários, destacamos a importância destas formas de organização à promoção do desenvolvimento econômico local, posto que se localizam, estrategicamente, em comunidades carente e até mesmo alguns exemplos em comunidades indígenas. Trabalham no sentido de prestar apoio financeiro aos comerciantes locais, muitas vezes produzindo sua própria moeda – a chamada moeda social – que serve de incentivo à circulação em bairros e locais paralelamente ao real, com apoio e incentivo do Ministério do Trabalho e Emprego, concedendo microcrédito e crédito emergencial, “lastreado por recursos públicos, privados e internacionais” (NASCIMENTO, 2012, p. 25).

ao aprovar o voto do relator Jaques Wagner (PT-BA), acatou as modificações das duas comissões anteriores. Para Wagner, o projeto preenche uma importante lacuna no ordenamento jurídico-econômico ao normatizar a Economia Solidária, o que implicará maior aceitação social dos empreendimentos dessa parcela da economia. O senador, que também relatou o projeto na CDR, informa em seu relatório que há mais de 19 mil empreendimentos desse tipo no país, segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). “Portanto, é relevante que o Estado reconheça legalmente a existência das organizações da Economia Solidária e, mais que isso, empenhe-se na implementação de Políticas Públicas destinadas a fomentá-las”, afirma (SENADO, 2019, online).

Apesar das atenuações governamentais perante a Economia Solidária enquanto política pública, que trouxe alguns retrocessos em questões relacionadas à sua organização institucional e dividiu a forma de se trabalhar seu fomento, a formação da segunda Frente Parlamentar da Economia Solidária fortaleceu a discussão da temática e possibilitou certo avanço para sua funcionalidade. Ainda que necessite de aprovação pelo Senado Federal, surge uma motivação a mais para que os empreendimentos tenham visibilidade e possam ser alvo de possibilidades futuras.

Para aproveitar o tema, será expressa menção à criação da nova Frente Parlamentar Nacional, criada em 14 de agosto de 2019; para explicitar as Frentes e sua intencionalidade, destacaram-se duas matérias as quais se optou por referenciá-las no que tange seu lançamento em Brasília, realizada na Câmara dos Deputados. A Cáritas Brasil noticiou a criação da Frente em Defesa da Economia Solidária ressaltando que esta foi lançada com mais de 200 assinaturas de parlamentares, e visava “acompanhar e promover Políticas Públicas em prol do setor, coordenada pelo deputado Glauber Braga (PSOL-RJ)” e “com o compromisso de ser um espaço para a discussão, junto à sociedade civil organizada, de Políticas Públicas que promovam o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil” (CÁRITAS, 2019, online).

Uma das discussões efetivadas durante o lançamento da Frente abordou que a Economia Solidária já acontece, e as políticas já estão em tramitação no Congresso Nacional. Marcela Vieira, assessora nacional da Cáritas Brasileira, compôs a mesa e ressaltou o compromisso da entidade no fortalecimento da Economia Popular Solidária (EPS) no Brasil. “Acreditamos e reafirmamos que a EPS é uma forma de enfrentamento ao modelo capitalista exploratório, degradador ambiental que se impõe em todo o Brasil”. Marcela destacou a presença da mulher que está à frente dos empreendimentos de EPS. “Reafirmamos a presença da mulher que trabalha, produz renda e garante empregabilidade por meio dos grupos produtivos e

culturais”. A assessora ainda destacou que: “Acreditamos no Bem Viver e apostamos na EPS como modelo inclusivo que fortalece as experiências coletivas de produção, consumo e proteção ambiental”. Além de promover a Economia Solidária no Brasil, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária também visou colaborar para a institucionalização do setor nos territórios visando o desenvolvimento local e regional e estimular e valorizar a participação ampla e democrática da sociedade nas discussões sobre Economia Solidária” (CÁRITAS⁷⁸, 2019, online).

E outra matéria que coloca que “é possível uma nova economia sem ganância, que reduzam desigualdades sociais e que todos possam fazer parte dela, não apenas um pequeno grupo. Justiça social, essa é nossa luta” – destaque da deputada Maria do Rosário (PT-RS). Para o deputado Bohn Gass (PT-RS) a Economia Solidária “é uma resposta concreta ao capitalismo. Ela é solidária, é economia compartilhada, é renda distribuída solidária e coletivamente. Nós queremos ver a economia como um comércio justo e que o consumo seja consciente” (UNICOPAS⁷⁹, 2019, online).

O evento contou com a presença de entidades ligadas ao cooperativismo e à Economia Solidária. “A Economia Solidária é uma alternativa que busca o desenvolvimento sustentável com promoção da equidade e justiça social, em que as relações de trabalho sejam paritárias, além de um modelo que gere riquezas em harmonia com o meio ambiente e promova a inclusão das populações que vivem em situação de vulnerabilidade social”. Em 10 de julho de 2019, o Projeto de Lei 137/2017 foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Desenvolvimento Regional e seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos, também sendo aprovado e que deverá seguir para sanção Federal, comprovando a importância de tais articulações (UNICOPAS, 2019, online).

⁷⁸ “A Caritas Internacional é uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países. Coletiva e individualmente a sua missão é trabalhar para construir um mundo melhor, especialmente para os pobres e oprimidos”. É uma das principais propulsoras da Economia Solidária na atualidade Brasileira.

⁷⁹ As três maiores organizações nacionais do cooperativismo integram, desde 2014, a Unicopas (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias), reunidas em torno do objetivo de lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e do desafio de representar nacionalmente cooperados de agricultura familiar e Economia Solidária. Dirigentes da Unicafe (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil) definiram em conjunto o Conselho Diretor e o Estatuto da Unicopas, como um acordo para agregar de valor à produção da agricultura familiar e avançar para uma maior inclusão das mulheres no cooperativismo. Prioritariamente, a Unicopas trabalha com as pautas da Lei Geral do Cooperativismo; da Legislação Tributária; do registro das cooperativas nas juntas comerciais; e da regulamentação das cooperativas de trabalho.

Ainda que com alterações, o corpo da PNES mantém-se em suas características principais e objetiva princípios e diretrizes para os governos e também aos empreendimentos. Traz o debate da função social destas organizações e traça responsabilidades para estas, que pode conter a dubiedade discutível da própria formalização da Economia Solidária, projetada para a funcionalidade de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda: que tanto necessitam de respaldo público, quanto podem ser seus próprios pilares:

Para entrar na PNES, o empreendimento de Economia Solidária deverá ter várias características: autogestão, administração transparente e democrática, soberania das assembleias, voto dos associados e práticas justas e solidárias. Os empreendimentos também deverão ter seus membros diretamente envolvidos na consecução de seu objetivo social, e os resultados financeiros deverão ser distribuídos de acordo com a deliberação de seus membros e considerando a proporcionalidade das operações e atividades econômicas realizadas individual e coletivamente. O resultado operacional líquido, quando houver, deverá ser investido nas finalidades do empreendimento ou para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação. Os recursos também poderão ser investidos no desenvolvimento comunitário ou na qualificação profissional e social dos integrantes. O Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) será responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação da PNES. Integrarão o Sinaes a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), a Conferência Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), os órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de Economia Solidária, as organizações da sociedade civil e empreendimentos econômicos solidários, os conselhos estaduais, municipais e distrital de Economia Solidária e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O texto aprovado define Economia Solidária como as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura (SENADO, 2019, online).

Não significa, por assim dizer, tão somente que a pretendida aprovação da PNES seja um patamar acima de um diagnóstico estimado, o de que melhore as condições dos empreendimentos; mas, cabível de uma reflexão que tais regulamentações possam trazer diferentes aspectos para o movimento de Economia Solidária: o de instituir premissas de auto-organização com respaldo público e o de que este respaldo aconteça mais entre os próprios coletivos que necessariamente governamental. Retomando, portanto, o debate que a autogestão essencial a esta forma de organização de trabalho, comércio e consumo esteja fadada a depender do modo de produção vigente, uma vez que não consegue se fortalecer por fora dos moldes impostos pelo capitalismo.

E assim, seguimos com legados, com teorias, mas que, essencialmente, as práticas das EES continuam. Carecem de análise, pretendem-se intervirem e manter-se firmes enquanto possibilidade de geração de trabalho e renda. Faz-se assim necessário ter um olhar atento acerca da necessidade de estabelecer Políticas Públicas efetivas e sólidas para a manutenção desses empreendimentos e seu sustento, como práticas históricas e que auxiliam nas experiências da classe trabalhadora em democracia participativa, em práticas de cooperação, de solidariedade, de trabalho mais humano, social, ambiental e economicamente mais sustentáveis, que, ainda que com tantas questões de fundo, possibilitem uma autogestão e produção que acesse benefícios de sustentação e ações de afirmação enquanto resultado da luta coletiva pela sobrevivência e mudanças possíveis.

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA FRANCA

Neste capítulo trataremos algumas abordagens referidas à questão da autogestão – conceitualmente necessária para assuntos relacionados aos empreendimentos econômicos solidários (EES) – e alguns aspectos do município de Franca-SP, palco das organizações analisadas nesta pesquisa.

Franca/SP, enquanto um município majoritariamente industrial, passou por significativas reformulações do setor industrial⁸⁰, com algumas características específicas da conjuntura e da esfera calçadista/curtumeira local.

São apontados alguns feitos do sindicalismo francano⁸¹ e suas especificidades, que se correlacionam à forma de trabalho e organização de trabalhadores, assim como às inúmeras tentativas deste pólo industrial (re)estabelecer-se em momentos de crise e intempéries econômicas. Um dos exemplos que elucida um enfrentamento fundamental na questão das relações de produção e arquétipo para o imbricamento do operariado francano é a recuperação de uma fábrica por trabalhadores, o caso Markeli.

Com reincorporações de trabalhadores e anseios pela tomada de produção, a referida fábrica passa a ser gerida por seus trabalhadores após sua falência e assim funciona durante três anos, de 1991 a 1994 – ano de criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), inspirada no pioneirismo da fábrica sem patrões. A ANTEAG foi uma das primeiras experiências de Economia Solidária nestes moldes, de “ensaios” de luta de classes.

Posteriormente, foram feitos os levantamentos acerca dos empreendimentos de organização solidária de Franca/SP – indentificando-os e suscitando pontos de convergência com o fomento em Economia Solidária, tal como apontadas as intervenções de setores como órgãos públicos e extensões/projetos universitários. Os dados, retirados principalmente do Sistema

⁸⁰ Após a implementação do Plano Real, o setor capitalista industrial sofreu diversas quedas econômicas, relacionado, principalmente, às dificuldades geradas pela exportação. Não diferentemente, em Franca, muitas indústrias não puderam mais exportar seus calçados. Com a abertura cambial que perdurou até 2009, muitas fábricas faliram e/ou fecharam/encerraram suas atividades.

⁸¹ Relativo ao Sindicato dos Sapateiros (setor calçadista) de Franca/SP – haja vista a existência de mais de 30 Sindicatos no município, de diversas categorias e suas subdivisões.

Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) e do Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (CadSol), foram tabulados e analisados em acordo com os preceitos da EcoSol, interpretados relacionadamente com as teorias críticas e aspectos jurídicos do tema proposto.

Dentro da “cultura do auto-emprego”, tratou-se de apontar algumas perspectivas e desafios destes empreendimentos, em um exercício dialético de contextualização da realidade local, afetada por relações de produção e sociais indissociadas das questões de Estado, de Políticas Públicas e de um movimento nacional econômico-político media e permeia aspectos da particularidade dos EES analisados.

4.1. Autogestão e a conjuntura em Franca/SP

Em se tratando de Economia Solidária, não podemos deixar de tratar de da temática da “autogestão”. O que, situando o pensamento marxista, vai de encontro à realidade que, se o trabalhador tudo produz, a ele tudo pertence. O controle operário, nessa lógica, se introduz na máxima de que o controle operário dos meios de produção é uma demanda histórica dos trabalhadores – sendo necessárias mudanças estruturais e superestruturais e condicionado de acúmulos políticos e situações históricas (OLIVEIRA, p. 189, 2013)

O conceito de autogestão não daria para ser explicado em poucas palavras, já que carrega uma gama de problematizações, principalmente quando relacionado à Economia Solidária. Um artigo muito interessante que aproveitamos para endossar acerca dos acordos em relação ao temas, se encontra sob o título de “Autogestão, Economia Solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual”, de José Henrique de Faria. Tal exposição, genericamente, refere-se o conceito mais utilizado, aquele referente à democratização da gestão sob a égide da Economia Solidária, ainda que dentro de um modo de produção específico: o capitalista.

Assim sendo, nesse sentido, traz-se a reflexão em que o conceito “a rigor” estaria em desencontro desta noção acima descrita, uma vez que, necessariamente, ele estaria ligado à transformação do modo de produção, à *travessia* da gestão hierarquizada para aquela democrática, de decisão coletiva, tanto na produção, quanto na economia, política e sociedade.

Por assim dizer, refere, portanto, que a autogestão proclamada pela Economia Solidária encontra-se em uma visão economicista, com funcionamento ou visto como paralelo ao modo de produção atual, ou ainda funcional ao mesmo, vez que estaria oportunizando estratégias de organização do “auto-trabalho”, da auto-organização, com apoio público e de Políticas Públicas que se encontram dentro de uma perspectiva de manutenção do *status quo*.

Oras, cabível então, de maior aprofundamento para compreender sua dimensão social dentro da visão estabelecida e mais aceita dentro do movimento da Economia Solidária, isso se traduz no funcionamento das cooperativas tal como essa política a coloca, e, “ainda que o cooperativismo seja, historicamente, uma forma de organização do trabalho não tipicamente capitalista”, coloca o autor⁸², “em nenhum momento ele constituiu um projeto real de transformação social dos trabalhadores. Ao contrário, com a consolidação do capitalismo, o cooperativismo foi-se convertendo em obstáculo à luta política dos trabalhadores por sua emancipação”. Diz, portanto, que “atualmente, as organizações cooperativas, sejam as da agroindústria, da produção industrial ou dos serviços, ocupam um lugar de destaque no modo capitalista de produção e atuam nos mesmos moldes de uma empresa capitalista típica”.

O que se contrapõe ao conceito de autogestão como um projeto de um novo modo de produção, mas sim a limitação (restrita) da autogestão das unidades produtivas onde não há a apropriação privada dos excedentes da produção, com a gestão associada, coletiva e produtivista, e que, necessitam, sobretudo, de noções que tipicamente possam estabelecer, de fato, a autogestão, como: ausência hierarquia, remuneração sem distinção de função – mas baseada no tempo de trabalho, descentralização de decisões, distribuição de excedentes e contribuição de necessidades. Todavia já foram discutidas algumas menções a modelos que fogem a estas premissas e que oportunizam experiências históricas daquilo que chamamos de “democracia econômica” e alguns pontos relacionados a ganhos subjetivos em relação ao avanço da consciência na chamada “questão de classe” e enfrentamento político.

Nesses termos, o que chamaremos, pois, aqui de autogestão, estaremos, em verdade, nos referindo a empreendimentos autogestionários, pois são adeptos de alguns ou todos esses pontos supracitados, mas ainda sim, mantém-se limitados às estratégias de organização em torno da produção, prestação de serviços ou consumo.

⁸² FARIA, 2017, p. 632.

Dentro de tal perspectiva, tomando como experiência a “recuperação” de uma fábrica da indústria calçadista francana, partiremos para análise de tal processo histórico na compreensão da Economia Solidária em Franca em seu funcionamento e relação mediativa do movimento/organização de trabalhadores na garantia/execução desta política pública local, através de seus empreendimentos solidários e autogestionários.

Franca é um município situado na região nordeste do Estado de São Paulo, com uma população de 318.640 habitantes (IBGE, 2010), sendo estimada, até o ano de 2018, em 350.400 habitantes. É um importante pólo industrial calçadista através da produção de sapatos masculino de couro, tendo também, e por isso, uma forte indústria curtumeira – conhecida, portanto, como a “capital nacional do calçado”.

Esta característica remonta aos anos 1930, consolidando-se em 1960 e mantendo até os dias atuais tal reconhecimento, ainda que com “novas roupagens”, assim como o setor produtivo brasileiro no geral. Isso porque, o que antes eram conhecidas como grandes fábricas que empregavam centenas de trabalhadores em diversas funções, atualmente funciona com número menor de contratações, maior terceirização e flexibilização das formas de emprego e maior concentração de tecnologia para a produção de calçados, não mais de maneira tão tradicional, ou seja, manualmente – além das diversas estratégias de produção. Estas se dão em formas diversas, como que o deslocamento de partes da produção para regiões mais precarizadas, onde se possibilitam mãos-de-obra mais baratas, empresas com menos custos no quesito impostos e até mesmo a para o próprio custo de funcionamento destas empresas. Há também a produção realizada por terceiros – trabalhadores que produzem em suas próprias casas e que são remunerados por produção, o que introduz nesta forma inúmeras precariedades, que incluem a dificuldade na fiscalização destes trabalhos, que mantém ambientes insalubres (em se tratando de produtos químicos e possibilidade de acidentes de trabalho), trabalho infantil, jornadas exaustivas e exposição a inúmeras outras questões, abarcadas pela questão da saúde do trabalhador⁸³.

⁸³ Campo da saúde coletiva que compreende práticas interdisciplinares e interinstitucionais, com raízes na Medicina Social latino-americana, onde a execução das ações estão circunscritas na Constituição Federal de 1988 e seus princípios, diretrizes e estratégias definidos por meio da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora- PNST (Portaria GM/MS nº 1.823/ 2012). Em se tratando de “Saúde do Trabalhador”, é necessário a articulação de ações individuais de assistência e de recuperação dos agravos, com ações coletivas, de promoção, de prevenção, de vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho, e de intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores; ações de planejamento e avaliação com as práticas de saúde; o conhecimento técnico e os saberes dos trabalhadores. Requer, portanto, mudanças nos processos de trabalho em saúde, na organização da rede de atenção e na atuação multiprofissional e interdisciplinar, contemplando tal

A partir da década de 1990, acentua-se no cenário francano a “racionalização produtiva que significou a flexibilização da produção nos moldes que teriam incorporado elementos do *toyotismo*” (NAVARRO, 2006). O movimento sindical também teve um importante papel, destacando-se a partir dos anos 1980 pela combatividade, onde “o complexo industrial calçadista de Franca e o seu movimento sindical sapateiro têm destaque no cenário nacional tanto por sua tradição produtiva, quanto pelo nível de pioneirismo e por relativa radicalidade sindical em certo período” (OLIVEIRA, p. 26, 2013).

Oliveira (2013, p. 27) ressalta que o sindicalismo francano⁸⁴, entre diversos aspectos trazidos pelo autor, que a ação sindical dos sapateiros trouxe à Franca certa especificidade como “minimizador do impacto desarticulador do capital por um período maior que a tendência nacional, apresentando certa ofensividade e originalidade até os anos de 1995, manifestado através de ações com desempregados, experiência autogestionável” – que abordaremos neste item da pesquisa –, “combate a terceirizações fraudulentas, entre outras”.

Em Franca, onde queremos relacionar tal ponto, houve duas experiências factuais de autogestão por controle operário, onde uma delas é de suma importância o destaque para a temática aqui tratada: a fábrica Markeli.

Em 1981, a Markeli era vinculada à “curtidora Campineira”, que com a concordada de 1980 havia sido comprada pelo grupo Sândalo. Em 1991, em meio a uma crise no setor calçadista – principal economia do município de Franca –, que perdurava desde os anos 1980, a fábrica passa por uma reformulação distinta daquelas respostas que estavam se apresentando até então.

Em uma tentativa de se colocar perante o setor capitalista industrial, passou a, diferentemente de outras empresas, contratar mais mão de obra e, em meio a uma abertura comercial enorme no governo Collor e a intensificação de exportação e modernização tecnológica, do ponto de vista do sindicato dos trabalhadores calçadistas, apresentava uma

complexidade. Toda uma rede deve ser constituída a fim de conferir aplicabilidade à PNST, desde a atenção primária, passando pela vigilância em saúde e encaminhando-se à assistência e reabilitação. A PNST dirige-se a todos os trabalhadores, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado (BRASIL, 2012, online). Em se tratando de tais nuances, o trabalho realizado de forma terceirizada e executado em domicílio, por famílias e/ou membros específicos, dificulta a fiscalização e a interferência de órgãos do SUS para controle de qualidade de trabalho e trabalhos insalubres e perigosos.

“tentativa ousada” de se manter no ramo industrial diante da falência de diversas outras para sua manutenção⁸⁵.

Era uma fábrica considerada de médio porte, segundo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁸⁶, com cerca de 480 trabalhadores e uma produção de dois mil pares diários. Em determinados momentos, chegou ao seu ápice com 700 trabalhadores contratados diretamente; em meados dos anos 1980 contava com um quadro de 500 trabalhadores – sendo considerada uma empresa de grande porte – e responsável pela produção de até 15% dos calçados exportados no município.

Com a grave crise no setor e as implementações das medidas neoliberais, a fábrica Markeli encerra suas atividades em meados de 1991 e demite todos os seus funcionários, para que não comprometesse as atividades do grupo Sândalo. Evidenciou-se que, com carteira ativa de clientes e vários pedidos mantidos de exportação, os problemas da divisão Markeli não eram de cunho financeiro, mas sim, administrativos (MARTINS, 1998, p.45).

Juntamente com o Sindicato da época, surgiram algumas propostas e alternativas para que a Markeli não fechasse as portas, e entre elas, com grande incentivo dos membros dirigentes da Marleki, para que a fábrica se transformasse em uma espécie de cooperativa, autogerida, mas que mantivesse certa hierarquia e a reprodução da divisão do trabalho. No início de 1992, tal estratégia já estava em funcionamento, inclusive recontratando 150 trabalhadores e, posteriormente, com muitas outras reincorporações.

No início houve certa resistência do sindicato por se tratar de uma proposta vinda de dirigentes da empresa, mas com a possibilidade do controle social dos meios de produção pelos trabalhadores, a ideia foi amadurecendo em meio a diversos debates e ganhando força no ideário geral dos “peões”.

Para a pesquisadora Luci Martins (1998), tratava-se, naquele momento, de ressignificar o sentido da expressão “autogestão” para os operários da Markeli, vinculando seu entendimento agora à ideia de construção de um “poder operário”. O caráter político ideológico dessa iniciativa foi um dos principais estímulos para a mudança de perspectiva do STIC, que em documento produzido em 1992 pela secretaria de imprensa do sindicato, chegou a falar em

⁸⁵ Período justamente de retração da economia e herança de velhas práticas produtivas.

⁸⁶ SEBRAE (org). **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**: 2013. 6. ed. / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. – Brasília, DF; DIEESE, 2013.

construção de uma nova “cultura política” a ser criada, com a tentativa de provar a viabilidade da coletivização dos meios de produção, sob o controle operário, ou seja, a produção sem a existência do proprietário capitalista. O documento, intitulado “desafios e perspectivas de uma experiência sob controle dos trabalhadores” apresenta as linhas gerais da avaliação feita pelo sindicato. Tratava-se então de uma ação pioneira e de alto risco, com pouco apoio financeiro governamental (no caso, empréstimos do BANESPA⁸⁷), sem acesso às linhas de créditos especiais ou ainda sem o apoio político de outras experiências similares (OLIVEIRA, p. 192, 2013).

Falava-se em quebrar a “cultura do servilismo e do individualismo”, em avançar campos ainda desconhecidos na história dos trabalhadores e sobre a criação da solidariedade de classe. Havia forte agitação em torno da fábrica e seu funcionamento, a divisão de responsabilidades, a participação nos lucros.

Todavia, vários conflitos se deram entre a compreensão dos membros dirigentes, que cobravam a rigidez burocrática, o respeito à hierarquização e mantinham as diferenças salariais, sem rotatividade em cargos administrativos, além dos benefícios “familiares” percebidos aos seus entes. A fábrica, conhecida como “fábrica sem patrões”, como precedem as teorias acerca da autogestão, na verdade estava sendo camuflada, e os próprios administradores colocavam tal pressuposto em descrença, como se não fosse possível manter os moldes de fábricas tradicionais do mundo capitalista. Durante o funcionamento da Markeli, houve a separação entre produção e administração, que era um impeditivo real para a divisão de poderes e a compreensão entre os

⁸⁷ O Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) foi um banco brasileiro originário do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo (BCHASP). Fundado em 1909 com o intuito de financiar a cultura cafeeira, passou a fomentar e fornecer crédito para as mais diversas atividades produtivas, primeiramente ligadas aos setores agrícolas, depois cinematográficas, fabris e imobiliárias. Foi privatizado no dia 20 de novembro de 2000, durante o governo FHC, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro por R\$ 7,050 bilhões ao grupo financeiro espanhol Santander. Apesar de ser conhecida como a segunda privatização mais cara da história do Brasil (perdendo apenas para a Telesp), a venda do controle acionário do Banespa foi realizada a preço muito abaixo do estimado. “Os funcionários e funcionárias do Banespa lutaram seis anos para evitar a venda, numa luta iniciada no final de 1994, quando o banco sofreu intervenção do Banco Central a pedido do então governador de São Paulo, Mario Covas (PSDB). Antes de assumir o cargo, no início daquele ano, Covas havia se comprometido a preservar o Banespa, em carta dirigida aos banespianos, na qual destacou a importância da instituição para o desenvolvimento do Estado. Foram feitas vigílias, inúmeras reuniões com parlamentares e mobilizações da sociedade em defesa da manutenção do banco público. Mas os interesses do governo neoliberal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), aliado de Covas, falaram mais alto e derrubaram as liminares conseguidas pela Afubesp e Sindicatos que impediam a venda do banco. No final das contas o Santander adquiriu além de um banco com marca confiável e sólida, carteira de clientes e ativos um quadro de profissionais que se destacava pela eficiência e laços com os clientes” (Afubesp, 2016, online). Após o governo investir milhões nos bancos, inclusive nos estatais, implementou a “Política Nacional de **Privatizações**”.

associados do direito às decisões mais significativas, portanto, na prática, havia a subordinação de trabalhadores, construindo significados os mais diversos entre o entendimento da autogestão no processo de manutenção produtiva.

Contudo, os trabalhadores reivindicavam sua participação e as decisões coletivas, de acordo ao que nos mostra Faria (1997) em seu trabalho “Se a coisa é por aí, que autogestão é essa?”, pois importava que os trabalhadores vissem a experiência e seus limites e tomassem concepções próprias de autogestão no limiar de suas forças: não se tratava, portanto, de substituir padrões por administradores.

Em 1995, há a posse do governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB). Ao mesmo tempo, o Banco Central determina intervenções no Banco do estado de São Paulo (BANESPA) que suspendem todas as operações de crédito em andamento e os recursos injetados na Markeli ficam retidos no banco, mediante a subscrição de 49% das ações do Estado. O sindicato local mobiliza a população para pressionar o governo estatal para liberar os recursos à fábrica, e a Câmara Municipal aprova uma “Moção de Apoio ao Movimento da Diretoria e Funcionários da Markeli”. Iniciam as negociações entre deputados estaduais e federais do PT com o governador e interventores do BANESPA para a liberação dos recursos, mas sem surtir efeitos positivos. No dia 16 de março, é realizada uma assembleia na fábrica para decidir seus rumos, o em um processo bastante conturbado decidem os trabalhadores pelo fim das atividades da fábrica, que paralisa totalmente e fecha suas portas no mês subsequente.

O processo que levou ao encerramento da experiência de co-gestão na Markeli é deflagrado imediatamente após a intervenção no Banespa pelo Banco Central. Até então, havia a perspectiva de que os recursos do FUNAC saneassem as dificuldades financeiras que há algum tempo eram anunciadas. Sem outro meio para alavancar os recursos necessários, a empresa começa a atrasar o pagamento aos fornecedores, o que provoca constantes interrupções na produção por falta de matéria-prima. Os trabalhadores percebem os problemas e passam a buscar informações sobre a situação da empresa (FARIA 1997, p. 219).

Estas informações buscadas referem-se a momentos que as coisas estavam bastante tumultuadas na fábrica, com relatos até mesmo de agressão, acometida por um gestor contra um funcionário, explicitado no trabalho mencionado. Com toda a impulsividade e o momento delicado ao qual se encontravam, os trabalhadores decidiram por solicitar ao sindicato, pouco antes do fechamento da Markeli, uma auditoria econômico-financeira, e ao contatarem a ANTEAG, esta envia um técnico para a efetivação do pedido. Descobre-se a pouca eficiência em

manter os registros contábeis atualizados, e não havia controle interno das finanças. Com documentos em mãos que comprovavam até mesmo o repasse de valores emitidos aos próprios portadores, e na verificação de outros em que 40% não possuíam documentação, os membros do conselho decidem por informar o restante dos trabalhadores em assembleia e pedir a demissão dos diretores da fábrica. A situação apresentava também atraso em pagamentos a fornecedores diversos e falhas explícitas na organização administrativa. Ao saber da situação, os diretores se antecipam e convocam a assembleia para fechamento da fábrica, para se eximirem, inclusive, dos encargos trabalhistas e os direitos trabalhistas (OLIVEIRA, p. 199, 2013).

Na oportunidade, os membros do conselho apresentam a documentação das irregularidades provenientes dessas auditorias, porém, os diretores colocam em descrédito o trabalho realizado pelo técnico da ANTEAG (por sinal, com suas atividades recém-iniciadas), Cido Farias, e os trabalhadores, em sua maioria, consentem as acusações dos diretores, votando com eles. Após algumas outras estratégias para aprovação das decisões do conselho, com apoio sindical e da ANTEAG, nada é resolvido e a urgência para o fim das atividades fabris ganha mais peso para decidir o destino da empresa, findando sua existência.

Ainda assim, a fábrica com o funcionamento sob ações de autogestão (ainda que não nos moldes ideais) sobreviveu três anos, inspirando experiências que baseavam suas ideias no controle operário, e mesmo com as discordâncias entre sindicato, trabalhadores e administradores, a principal virtude, em acordo com Faria (2005, p. 06), se deu “não em sua efetividade como empresa de autogestão, nem talvez em seu pioneirismo, mas sobretudo por ter despertado a possibilidade da autogestão, enquanto algo concreto”, gerando a fundação da ANTEAG.

Para fins de esclarecimento cronológico ANTEAG, criada em 1994 durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresa de Autogestão, foi uma associação criada inspirada na experiência da indústria de calçados Markeli, em Franca/SP, que se tornou uma cooperativa autogerida e se tornou referência nacional, considerada “pioneira do gênero no país, pelo menos em tempos recentes”, na consolidação dessa associação que “congrega hoje dezenas de empresas, de diversos portes, prestando-as assessoria e auxílio administrativo” (OLIVEIRA, p. 199, 2013) em termos de empreendimentos solidários.

Destarte, como referência ao operariado francano e nacional, a ANTEAG pode ter sido uma das primeiras experiências que hoje a Economia Solidária coloca em seus preceitos de

atuação, e o caso da Markeli um importante passo para o desenvolvimento deste campo de cooperativismo e da autogestão no Brasil (FARIA 2005, p. 06).

No ano de 2016, no dia 9 de agosto, houve a ocupação da fábrica de sapatos BBT⁸⁸, no bairro Paulistano, em Franca/SP, onde a tentativa era resistir ao não pagamento dos salários e do décimo terceiro aos trabalhadores. Cerca de 80 trabalhadores ocuparam e desocuparam a fábrica no mesmo dia, como diversos outros exemplos se deram como estratégias de lutas dos trabalhadores pela garantia de seus direitos. Ainda que seja um exemplo que durou menos de 24 horas, compartilhamos a experiência para demonstrar que, por mais que estejamos em um período de recolhimento no movimento operário calçadista francano, ainda sobrevive o ideário de que, sem trabalhadores, não há demissão, não há produção, e ocupação é forma de resistência.

4.2. Empreendimentos solidários e atuação da Economia Solidária em Franca/SP

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), elaborado pela SENAES, é um mapeamento⁸⁹ dos empreendimentos nacionais que geram um banco de dados através de uma gama de informações amplas de reconhecimento para Políticas Públicas demandadas pelo movimento de EcoSol. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

Os empreendimentos inseridos no banco de dados nacional por meio do SIES são identificados e caracterizados a partir de um procedimento autodeclaratório, onde os próprios agentes da EcoSol preenchem as informações no site do MTE/SENAES.

⁸⁸ Somente foram encontradas matérias pontuais acerca de tal ocupação, não elucidando pontos concretos para maior fornecimento de informações a respeito de tal processo, envolvimento do sindicato de trabalhadores do calçado francano e acerca do destino, conquistas ou impasses desses trabalhadores.

⁸⁹ “O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). As informações nele coletadas constituem um retrato da Economia Solidária no Brasil. O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), permitindo que milhares de EES de base coletiva e autogestionária fossem identificados e caracterizados. As informações nele coletadas constituem um retrato da Economia Solidária no país” (SIES, 2015, online) Acesso em <11 jun. 2019>.

No último mapeamento, realizado em 2013, Franca/SP apresentou oito empreendimentos catalogados e ativos até então, quais serão à base de análise deste item da pesquisa. Em pesquisa no CADSOL, identificaram-se no município de Franca/SP, 09 (nove) empreendimentos solidários cadastrados, sendo que destes, 01 (um) está em fase de análise e os outros 08 (oito) encontram-se ativos (segundo o cadastro). Listam-se, portanto: Associação dos Produtores Orgânicos de Franca e Região, Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região – Cooperfran, Feira do Quem Faz Grupo Bonecas e Sonhos, Grupo de Compras Coletivas Naturais, Grupo Recicouro, Rede Couro e Arte “Do Lixo Ao Luxo” e Voarte.

Para receber a certificação enquanto “empreendimento solidário” ou o selo da Economia Solidária, é necessário que o empreendimento se encaixe nos seguintes critérios, definidos a partir da Portaria MTE 1780/2014:

- Ser uma organização coletiva, formada por pessoas físicas ou formada por outros empreendimentos, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural;
- Exercer atividades de natureza econômica permanentes, ou ter esse objetivo, no caso de empreendimentos em formação;
- Ser uma organização autogestionária, onde os membros participam da gestão das atividades econômicas e da decisão sobre a partilha dos seus resultados, de forma democrática;
- Ser suprafamiliar, ou seja, ter entre os sócios mais de um núcleo familiar.
- Realizar reuniões ou assembleias periódicas para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento.

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) é a identidade da Economia Solidária. Os empreendimentos nele cadastrados passam pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via internet e que pode facilitar o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio à Economia Solidária, como programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços, assessoria e demais ações (BRASIL-MTE).

É sabido também da existência de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) universitária, que é um projeto de extensão da Universidade Estadual Paulista,

com o papel de oferecer formação, assessoria e assistência aos empreendimentos solidários, tanto em seu potencial formativo, quanto em seu já funcionamento. A ITCP iniciou seus trabalhos em 2007, se transformando em Grupo de Extensão de Democracia Econômica (GEDE) em 2008 e obtendo financiamento enquanto ITCP da região nordeste do Estado de São Paulo em parceria com o campus de Araraquara/SP em 2011, através do Programa Nacional de Fomento às Incubadoras (PRONINC).

Tal programa consistia em financiar incubadoras de cooperativas e apoiar a manutenção das que estavam em operação. Em 2003, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos deste programa, e decidiram por dar continuidade ao seu funcionamento. Em 1995 houve a criação da primeira ITCP e, em seguida, em 1997, o PRONINC foi criado, tendo como signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP, e suas finalidades são estabelecidas conforme o Decreto n. 7.357 de 17/11/2010.

As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários são compreendidas como “o conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica destes empreendimentos”. Já a incubação de cooperativas populares são organizações que “desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários e que atuam como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho”, com foco na autogestão (FINEP, online).

Com o término do PRONINC para com este projeto, a ITCP de Franca passa por diversas reconfigurações, e a compreensão do grupo, seus objetivos e atuações também passaram por algumas modificações, por exemplo, retirando sua nomenclatura, GEDE e retirando-se da atuação direta através do fomento da Economia Solidária, que são cruciais no funcionamento dos respectivos empreendimentos.

Para além da Incubadora local, que se encontrava estruturada e com funcionamento dentro da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca, foi criado, em 2010, o Fórum Permanente de Desenvolvimento Social⁹⁰, que assenta em um de seus documentos finais (junho

⁹⁰ O Fórum de Desenvolvimento Permanente de Franca/SP “Compartilhando Ideias e Somando Ações para o Desenvolvimento de Franca” com a reprodução de símbolos de engrenagens, onde as discussões foram iniciadas com oficinas de planejamento participativo destinadas a definir propostas de linhas de ação para cada um dos seis eixos

de 2011) a identificação de ações para a melhoria para a população de baixa renda no município. Deliberaram que, dentro do âmbito do Fundo Social de Solidariedade, algumas ações de associativismo seriam realizadas (como do Lixo ao Luxo e o projeto CooperJovem). As informações referentes a tais decisões e seus processos apresentam-se no âmbito da Secretaria de Ação Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento (sede também da Incubadora de Empresas do município), sendo uma parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE – escritório regional) e a Prefeitura Municipal.

O objetivo principal deste evento foi delinear política e administrativamente as ações para o desenvolvimento do município, através da união da sociedade civil com as lideranças institucionais, empresariais e governamentais, discutindo e propondo sugestões para o desenvolvimento econômico do município nos próximos 20 anos. De forma a abordar os principais aspectos dos eixos trabalhados nos encontros realizados para a elaboração das propostas, sintetizadas em tal documento final, cada eixo contou com a realização de dois encontros, apresentando o panorama municipal em torno do desenvolvimento econômico.

Em consulta ao andamento das propostas e ações, a implementação de novas alternativas econômicas a exemplo da Economia Solidária, associativismo, cooperativismo e a economia de comunhão para a inclusão da população de baixa renda, a página⁹¹ apresenta em execução apenas aquelas referentes à transferência de renda, concluindo que a proposta está “parcialmente atendida”, uma vez que existem muitas ações para a melhoria desta população. Porém, as ações de associativismo e cooperativismo não são realizadas⁹² e, nestes termos, o próprio documento aponta que existem ações relativas ao FUSSOL que atendem essa demanda, assim como o projeto CooperJovem, o qual não existe mais.

Para fins de visualização do desenho das ações para com as famílias em situação de vulnerabilidade social, através da Secretaria de Ação Social, a gestão municipal conta com cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde são oferecidos serviços de proteção social básica, que organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política pública de assistência social e presta informações e orientações em sua área de abrangência – divididos em norte, sul, leste, oeste e centro. A partir daí, são feitos os acolhimentos de demandas

temáticos: Infraestrutura, Indústria, Comércio e Serviços, Agronegócios, Meio Ambiente e Turismo, sob a centralização do tema do desenvolvimento econômico.

⁹¹ FRANCA, 2011, online.

⁹² No que se refere à atuação direta da gestão pública no fomento para com a gestão e incubação de grupos em potenciais.

diversas e triagens e inserções dos atendidos em programas, projetos e benefícios, ou encaminhamentos à rede de proteção social especial, através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Os programas de transferência de renda e apoio financeiro às famílias em situação de pobreza visam a autossustentação e a melhoria da qualidade de vida, e dão-se principalmente por meio dos programas Bolsa Família (federal), Renda Cidadã e Ação Jovem (estaduais), Renda Mínima (municipal), Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Através do Programa Bolsa Família, o município também oferta o serviço “Ateliê da Família”, onde seus usuários têm direito a desenvolverem trabalhos de capacitação e geração de renda.

A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de Franca/SP conta com ações do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), vinculado à Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, e é utilizado pelos cidadãos para busca de vagas no mercado de trabalho, pedido de seguro-desemprego, inscrição em cursos de capacitação profissional, entre outros. Há também o Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PADEF), que tem como objetivo proporcionar a este público a obtenção e manutenção de emprego, bem como atender demandas do trabalho e empregadores, propiciando qualificação profissional, orientações para o emprego e empreendimentos de ações que visem ampliar e garantir a inclusão social da população destinada. O Time do Emprego também é um programa que busca a recolocação de pessoas no mercado de trabalho por meio do trabalhador para a participação em entrevistas de emprego, orientações sobre currículos, postura, etc., e a formação por meio de trocas de experiências e auxílio mútuo. Identificou-se, ainda, a execução do Programa estadual de Qualificação e Requalificação Profissional (PEQ), que oferece cursos gratuitos de qualificação profissional em todo o Estado de São Paulo, com o objetivo de preparar o trabalhador para as novas exigências do mercado de trabalho e cidadania. Estas últimas ações são realizadas em parceria com órgãos públicos, o Sistema S ⁹³

⁹³ **Sistema S** é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar o conjunto de instituições de interesse de categorias estabelecidas pela Constituição brasileira, que define as organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest) (BRASIL, 2018, online).

Em abril de 2019, foi lançado também o Fórum Franca Sustentável, onde o Objetivo é promover o macroplanejamento estratégico do desenvolvimento do Município. A proposta é de parceria entre a Universidade de Franca (UniFran), a Uni-Facef, a UNESP e a sociedade civil, fundado em diagnóstico sobre os desafios e os potenciais econômico, ambiental e social. Para tanto, tem como referência a "Agenda 2030" da Organização das Nações Unidas (ONU), que é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade do Desenvolvimento Sustentável. A agenda é fruto de discussões lideradas pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas e sociedade civil, na Assembleia Geral da ONU, onde puderam negociar suas contribuições para refletir novos desafios de desenvolvimento.

Entre os tópicos da Agenda, estão questões como desigualdade, consumo, biodiversidade, industrialização, proteção social, oportunidades de trabalho, saúde e educação. De acordo com o documento, o fim da pobreza deve ser paralelo ao crescimento econômico, sem deixar de lado a atenção às mudanças climáticas e proteção ambiental. Ainda não há um documento final para análise até o momento em que esta pesquisa foi redigida.

Há ainda que se citar, entre tais observações, o Decreto Municipal de nº 9662 de 13 de agosto de 2013, que coloca o associativismo e o cooperativismo na mira de seus incentivos, mas com uma perspectiva de aumento de competitividade e que vise prioritariamente as ações de exportação, algo que contraria em princípio as iniciativas da Economia Solidária. Todavia, uma pequena expressão da necessidade municipal em regulamentar ou, ao menos, trazer alguns aspectos do funcionamento legal de cooperativas locais, ainda que expressos no mesmo pressuposto das práticas de microempreendedorismo.

4.2.1. Análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários

A análise dos EES do município de Franca perpassa por dados coletados em sites oficiais, onde os próprios atores declararam suas principais características e passaram pela análise federal de suas atuações e enquadramento enquanto empreendimentos econômicos solidários. Tal análise pressupõe a identificação das inferências de interpretações acerca das constituições destas organizações e a sistematização de conteúdos, posteriormente à conjugação teórica e dialética da Economia Solidária nacional – perpassando, portanto, pela análise total, particular e singular da

temática, dentre seus processos mediativos e contextualizados na conjuntura e seus efeitos para esse tipo de organização do trabalho.

A formação solidária, de acordo com França Filho (2002), está umbilicalmente ligada a uma perspectiva de regulação, apresentada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. Para seu fortalecimento, necessita, assim, de uma atuação comprometida e coordenada do poder público e de organizações sociais identificadas com o movimento solidário. As duas secretarias executivas no município de Franca/SP, dada a sua natureza estritamente relacionada à promoção do desenvolvimento econômico e social, não possuem instituídas políticas de geração de renda e inclusão social firmadas sob a base da Economia Solidária (NASCIMENTO, 2012, p. 56)

Há alocada na prefeitura municipal uma incubadora que é justamente voltada aos empreendimentos municipais, porém, impulsionadora do empreendedorismo, como já observado na realização de dois “Fóruns Permanentes de Desenvolvimento”, com relatórios pouco informativos na página da internet do site oficial da gestão do município. Tais fóruns, com o subtítulo de “Desenvolvimento local, integrado e sustentável” são espaços de discussão abertos à população que oferecem apoio e capacitação gerencial, empresarial, ao desenvolvimento tecnológico e às micro e pequenas empresas, assim como ao trabalho autônomo e associativo. Todavia, voltado, como já dito, ao “empreendedorismo”, seja ele individual ou coletivo, mas aos moldes das diretrizes desenvolvimentistas do governo do município.

Esses vieses, portanto, alinham-se às políticas de qualificação de setores produtivos, ausentando-se em informações e fomento da EcoSol local nas buscas oficiais acerca do município, até mesmo no que tange especificamente necessidades apontadas pelo trabalho autogestionário, como coloca Nascimento (2012): “infere-se que o agir político do poder público municipal, dada a sua qualidade de promotor do bem-estar social, entendido em sua máxima acepção, não absorve o que é proposto pela esfera federal” quanto ao apoio, assessoria e fomento da EES (NASCIMENTO, 2002, p.53).

No SIES, através do Atlas Digital, identificou-se que até o ano de análise, 2013, referente aos últimos 12 meses (ou seja, até 2012), os oito empreendimentos do município não obtiveram acesso a crédito ou financiamento; mas todos eles realizaram investimentos nos empreendimentos; destes, três dos oito EES declararam ter necessidade de financiamento.

Os EES que declararam investimentos descreveram as melhorias e o apoio percebidos de acordo com os quadros quatro e cinco do item a seguir, assim como em relação ao desenho e às características apontadas pelas organizações acerca de seu funcionamento e perspectivas estão

explicitadas no quinto quadro elaborado para esta pesquisa. Outrossim, seguem-se, adiante, das análises propostas:

Quadro 4: Tipos e Número de EES que realizaram investimentos até o ano de 2013

Tipo de Investimento	Número de EES
Infraestrutura física (prédios, construções etc.) como tipo de investimento	00
Equipamentos (aquisição, renovação) como tipo de investimento	05
Ampliação de estoque de matérias-primas como tipo de investimento	00
Abertura de filiais como tipo de investimento	00
Abertura de lojas/espacos de comercialização como tipo de investimento	01
Capacitação de mão-de-obra como tipo de investimento	05
Comunicação / divulgação como tipo de investimento	06
Outro tipo de investimento	03

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5: formas e N° de EEs que tiveram acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação em Economia Solidária

Formas de Apoio	Número de EEs
Assistência técnica e/ou gerencial	05
Qualificação profissional, técnica, gerencial	07
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária)	08
Assistência jurídica	00
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	04
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	03
Assessoria na constituição, formalização ou registro	06
Elaboração de projetos	01
Incubação	01

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6: CADSOL – CONSULTA DE EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS (MUNICÍPIO DE FRANCA/SP)

INFORMAÇÕES EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES)	APOFRAN	COOPERFRAN	Feira do Quem Faz	Grupo Bonecas e Sonhos	Grupo de Compras Coletivas Naturais	Grupo RECICOURO	REDE COURO E ARTE DO LIXO AO LUXO	VOARTE
Forma de Organização	Associação	Cooperativa	Grupo Informal	Grupo Informal	Grupo Informal	Grupo Informal	Grupo Informal	Grupo Informal
Atividade econômica Principal	Comercialização ou Organização da Comercialização	Comercialização ou Organização da Comercialização	Comercialização ou Organização da Comercialização	Produção	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Produção	Comercialização ou Organização da Comercialização	Comercialização ou Organização da Comercialização
Instâncias de direção e coordenação do empreendimento	-Coordenação/ Direção/ Conselho Diretor -Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as) -Conselho Fiscal ou similar	-Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos -Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as) -Coordenação/ Direção/Conselho Diretor -Conselho Administrativo ou similar -Conselho Fiscal ou similar	-Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as)	-Coordenação /Direção/ Conselho Diretor -Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as)	-Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as) -Coordenação /Direção/ Conselho Diretor	-Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as)	-Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as)	-Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as)
Decisões em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	-Escolha da direção do EES -Plano de trabalho / planejamento	-Contratações e remunerações/retira das dos/as sócios/as -Escolha da direção	-Admissão e exclusão de sócios -Plano de	-Aquisições e venda de patrimônio -Plano de	-Plano de trabalho / planejamento estratégico	-Aquisições e venda de patrimônio -Plano de	-Admissão e exclusão de sócios -Plano de	-Plano de trabalho / planejamento estratégico

	estratégico -Prestação de contas -Representação ou participação dos (as) sócios (as) em eventos -Definições sobre as atividades cotidianas do empreendimento -Admissão e exclusão de sócios -Regimento interno -Aquisições e venda de patrimônio	do EES -Plano de trabalho / planejamento estratégico -Prestação de contas -Definições sobre as atividades cotidianas do empreendimento -Admissão e exclusão de sócios	trabalho / planejamento estratégico -Representação ou participação dos (as) sócios (as) em eventos -Definições sobre as atividades cotidianas do empreendimento	trabalho / planejamento estratégico -Prestação de contas -Representação ou participação dos (as) sócios (as) em eventos -Definições sobre as atividades cotidianas do EES	-Definições sobre as atividades cotidianas do EES	trabalho / planejamento estratégico -Prestação de contas -Representação ou participação dos (as) sócios (as) em eventos -Definições sobre as atividades cotidianas do EES	trabalho / planejamento estratégico -Representação ou participação dos (as) sócios (as) em eventos -Definições sobre as atividades cotidianas do empreendimento	-Definições sobre as atividades cotidianas do empreendimento -Prestação de contas -Representação ou participação dos (as) sócios (as) em eventos
Periodicidade de realização da assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as) no empreendimento	Semanal ou quinzenal	Semanal ou quinzenal	Mensal	Mensal	Mensal	Diariamente	Mensal	Mensal
No empreendimento os (as) sócios (as) pertencem a algum povo ou comunidade tradicional?	Não se aplica ou não há predominância	Não se aplica ou não há predominância	Não se aplica ou não há predominância	Não se aplica ou não há predominância	Não se aplica ou não há predominância	Não se aplica ou não há predominância	Não se aplica ou não há predominância	Não se aplica ou não há predominância
No empreendimento os(as) sócio (as) pertencem ou já pertenceram a qual categoria social?	Agricultores familiares	Catadores de material reciclável	Artesãos	Artesãos	Não se aplica ou não há predominância	Artesãos	Artesãos	Artesãos

Qual perfil ser atribuído de maneira predominante aos (às) sócios(as) do empreendimento?	Nenhum deles	Nenhum deles	Nenhum deles	Nenhum deles	Nenhum deles	Nenhum deles	Nenhum deles	Nenhum deles
O que motivou a criação do empreendimento?	-Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo: facilitar a comercialização dos produtos -Alternativa organizativa e de qualificação: facilitar a comercialização dos produtos -Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos: facilitar a comercialização dos produtos - facilitar a comercialização dos produtos	-Alternativa organizativa e de qualificação Incentivo de política pública (governo)	-Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo -Uma alternativa ao desemprego - Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	-Uma alternativa ao desemprego - Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	- consumo de produtos naturais	-Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos: divulgação da capital do calçado	-Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos - Uma alternativa ao desemprego	-Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo: visibilidade aos artesãos da região -Incentivo de política pública (governo): visibilidade aos artesãos da região - Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades: visibilidade aos artesãos da região
O empreendimento participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação, ou de algum movimento social?	Outros fóruns, redes ou articulações. Movimento social: Movimento ambientalista/agroecologia	Movimento social: Movimento dos catadores	Outros fóruns, redes ou articulações	O empreendimento não participa de fórum, rede ou movimento social.	Outros fóruns, redes ou articulações. Movimento social: Outro movimento	Outros fóruns, redes ou articulações.	Outros fóruns, redes ou articulações.	O empreendimento não participa de fórum, rede ou movimento social.

Qual o número de participantes sócios(as)?	Mulheres: 20 Homens: 20	Mulheres: 32 Homens: 12	Mulheres: 21 Homens: 1	Mulheres: 5 Homens: 0	Mulheres: 48 Homens: 32	Mulheres: 3 Homens: 0	Mulheres: 50 Homens: 7	Mulheres: 29 Homens: 1
Quantos trabalhadores (as) NÃO-SÓCIOS (AS) trabalham no empreendimento?	Mulheres: 0 Homens: 0	Mulheres: 0 Homens: 0	Homens: 0 Mulheres: 0	Homens: 0 Mulheres: 0	Mulheres: 0 Homens: 0	Mulheres: 0 Homens: 0	Mulheres: 0 Homens: 0	Mulheres: 0 Homens: 0
O empreendimento se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Principais Atividades Econômicas	-Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente -Cultivo de café Horticultura, exceto morango	-Triagem de materiais recicláveis	-Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente -Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	-Produção artesanal de artigos em crochê -Produção artesanal de bonecos de pano	-Rede de consumidores	-Produção artesanal de bolsas em couro -Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	---	-Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates -Produção artesanal de tapetes -Produção artesanal de artigos em crochê

Situação Atual:	Cadastrado	Cadastrado	Cadastrado	Cadastrado	Cadastrado	Cadastrado	Cadastrado	Cadastrado
O Comércio Justo e Solidário é uma prática comercial diferenciada, pautada nos valores de justiça social e solidariedade, realizada pelos empreendimentos econômicos solidários e baseada nos seguintes princípios: ☐ fortalecimento da democracia, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural; ☐ condições justas de produção, agregação de valor e comercialização; ☐ apoio ao desenvolvimento local em direção à sustentabilidade; ☐ respeito ao meio-ambiente; ☐ respeito aos direitos das mulheres, crianças, grupos étnicos e trabalhadores(as); ☐ informação ao consumidor; ☐ integração dos elos da cadeia.	O empreendimento se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)	O empreendimento se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)	O empreendimento se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)	O EES se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)	O EES se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)	O EES se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)	O empreendimento se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)	O empreendimento se reconhece nestes princípios e deseja solicitar a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária)

Fonte: elaboração própria.

Seguindo a análise proposta, foi identificado, em base às informações obtidas através do CadSol, que dos oito empreendimentos listados no município de Franca/SP, apenas um constitui-se enquanto cooperativa, e um enquanto associação, sendo os demais autodeclarados “grupos informais”, ou seja, sem constituição legal enquanto coletivo autogestionário. Isso, dentro da perspectiva de empreendimentos assim reconhecidos enquanto àqueles que trabalham dentro dos preceitos de Economia Solidária. Tal declaração remete à questão de que, quanto mais distantes juridicamente estes empreendimentos estão dos moldes do associativismo, mais distantes estão da participação democrática e até mesmo da possibilidade de inserirem-se em um contexto de acesso às políticas de financiamento e crédito.

A informalidade é aspecto de importante reflexão ao funcionamento das EES, onde as formas jurídicas mais comuns se enquadram em sociedades mercantis, cooperativas e associações. Sem tal formalização, os grupos são afetados no que diz respeito, até mesmo, à estabilidade da produção quanto aos ganhos econômicos e sociais. Essa questão já foi pauta de discussão explicitada no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, após a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006), que colocavam importante aspecto a ser enfrentado a desburocratização dos registros de EES e a necessidade da criação de marcos jurídico para estes, que enquadrassem também benefícios aos grupos informais, até mesmo para fins de emissão de notas fiscais e de sistemas tributários e previdenciários.

A preocupação se concentra na segurança jurídica destas organizações em razão de situações de fragilidade social que se encontram, mas, em especial, pela existência de normas que lhes assegurem direitos e garantam o acesso à seguridade e proteções sociais (NASCIMENTO, 2012, p. 48).

Dentre tais empreendimentos, cinco enquadram suas atividades econômicas principais enquanto comercialização ou organização da comercialização, um como produção e um como de consumo. Em relação às instâncias de coordenação e controle, cinco optaram pela Coordenação através de direção ou Conselho Diretor, seis por meio de Assembleia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as), dois por conselho fiscal ou outras formas, um por Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos; dois por Coordenação, Direção e Conselho Diretor e um através de Conselho Administrativo ou similar.

Em relação a decisões em assembleia geral e reunião do coletivo de sócios(as), cooperativa e associação destacam-se por enquadrarem mais tópicos discutidos em relação às

demais, utilizando-se da funcionalidade decisiva coletiva como ferramenta prioritária da participação.

Todos os empreendimentos mantêm regularidade nos encontros e reuniões deliberativas, a depender do nível de demanda da organização para gestão, sendo, em sua maioria, tais encontros realizados a) mensalmente, b) quinzenalmente e semanalmente e c) diariamente.

Quanto a empreendimentos pertencentes/compostos por povos originários ou tradicionais, nenhum empreendimento expressa tal perfil, pelas próprias características da região, onde não há forte presença e/ou presença de povos assim organizados. A maior parte deles é relacionada à produção artesanal, seguidos de agricultura familiar e catadores de materiais recicláveis, sem nenhum perfil predominante.

Três dos empreendimentos listados votaram por obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo: facilitar a comercialização dos produtos como aspecto motivador para sua criação; dois como alternativa organizativa e de qualificação: facilitar a comercialização dos produtos; dois para alternativa organizativa e de qualificação: facilitar a comercialização dos produtos; três para produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos: facilitar a comercialização dos produtos; um para facilitar a comercialização dos produtos; dois para desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades; um para incentivo de política pública (governo): visibilidade aos artesãos da região e um para consumo de produtos naturais. Tais elementos apontam para que a realidade de tais empreendimentos, ao contrário do movimento geral do surgimento e até manutenção dos principais empreendimentos da Economia Solidária não se relaciona, em sua maioria, necessariamente com a manutenção e/ou criação de postos de trabalho em uma conjuntura de desemprego iminente. Facilitar a comercialização dos produtos foi o aspecto mais citado, mas não o preponderante, mantendo certo equilíbrio e disparidade nas escolhas de fatores de motivação.

Uma das possibilidades, ao que se refere a tal fato, pode dar-se ligado ao fato que cinco dos oito empreendimentos cadastrados no MTEsol, são organizadas pelo Fundo Social de Solidariedade Municipal, um órgão vinculado à prefeitura para desenvolvimento de projetos sociais voltado às ações comunitárias e de solidariedade, ligado principalmente ao gabinete de prefeitos, sob a coordenação do primeiro-damismo⁹⁴.

⁹⁴ O primeiro-damismo não se apresenta, de modo geral, como um conceito a rigor, mas sim referente à uma ideia relacionada, principalmente, às teorias acerca do desenvolvimento da política pública de assistência social em contraponto ao assistencialismo, onde as cônjuges dos governantes eleitos assumiam funções relacionadas às

O Fundo Social de Solidariedade foi criado em 1983, por força de uma lei estadual que regulamentou sua criação em todo o Estado. O órgão faz assistências sociais e auxilia na promoção humana. As ações são sempre realizadas em parceria com as secretarias municipais, instituições sociais e escolares, empresários e sociedade civil. Algumas ações se dão no âmbito da geração de emprego e renda, para desenvolvimento, inclusão e promoção social, como no caso da Recicouro, Voarte, Bonecas e Sonhos e do Lixo ao Luxo. Como não há recurso próprio para financiamento das atividades no âmbito do Fundo Social, estabelecem-se parcerias, principalmente através do Estado, para iniciativas de financiamento inicial das ações nesses quesitos.

Costumeiramente, paga-se o profissional responsável pela qualificação dos profissionais ou responsáveis pela organização dos coletivos, além da matéria-prima inicial, e, posteriormente, ao desenvolverem as primeiras “produções”, nos casos, de artesanatos, a incubadora de empresas municipal incentiva e orienta esses grupos, que passam a organizarem-se como empreendimentos sob formas diversas de funcionamento. Assim sendo, parte das produções voltam ao Fundo Social, “pagando” aquele material utilizado, e parte é destinada para o pagamento da mão de obra dos artesãos. Além disso, isso possibilita que o Fundo Social mantenha-se em funcionamento, auxiliando cada vez mais os partícipes, aquecendo suas atividades e dando retorno tanto ao órgão quanto aos seus “beneficiários”.

No município, bem ao centro, na conhecida “Praça Barão”, há a Casa do Artesão, uma espécie de “quiosque” onde são expostos e comercializados os produtos resultantes das ações do Fundo Social, principalmente aqueles dos grupos de artesãos supracitados, devidamente identificados, onde os próprios vendedores revezam-se, sendo estes membros dos coletivos “auto-organizados”.

Apenas dois dos empreendimentos não participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação, ou de algum movimento social. A composição majoritária de membros de tais organizações é de mulheres, correspondendo a 74% do total de 281 trabalhadoras/es, sendo que não há pessoas trabalhando nos empreendimentos que não são sócios/membros pertencentes, portanto, todos, até o ano de cadastro, apresentam-se contabilizados em tal relação.

ações de caridade e “cuidado” com os mais pobres. Ações estas que vão à contramão daquilo apregoado pela Constituição Federal vigente, onde o Estado deve ser o responsável pela Seguridade Social, sendo, portanto, esta política, um direito dos cidadãos. O primeiro-damismo ficou muito marcado no período Vargas com tais características, mas são ações que vêm desde as damas da caridade carregando a relação paternalista do Estado, e começam a ser constituídas enquanto regulamentação de amparo e proteção social no âmbito oficial dos direitos à partir da década de 1980.

A composição dos empreendimentos francanos por mulheres é um interessante fator de análise, que nos leva a refletir, como se seguirá, a relação com a questão do cooperativismo em sua realidade nacional.

Assim como observado por Bueno (2001, p. 06), alguns aspectos já estudados abordam que, “a opção individual pelo cooperativismo, com o apoio de agentes públicos e sociais, pode constituir em uma ação coletiva por excelência capaz de gerar capital social pela confiança mútua”, que contribui para certa estabilidade econômica e, nesse sentido, o fortalecimento de demandas de grupos “minoritários” – em relação ao acesso aos direitos, e não em quantidade de sujeitos – como no caso das mulheres. Como afirma,

Na implementação de ações coletivas como estas, a mobilização das mulheres adquire envergadura e assume um caráter de afirmação social de um grupo que, por imposição, é vulnerável e subordinado aos homens nas esferas do público e do privado. Tal afirmação passa, então, pela questão de gênero em virtude da sociedade também estar alicerçada nessa diferença e, mesmo sem ser um movimento feminista, tem consciência de pertencimento de classe por sua divisão baseada no *status* econômico (BUENO, 2001, p. 06).

Não menos importante a ideia da ação coletiva e do fortalecimento de grupos que encontram enfrentamentos mais efetivos quando suas pautas são colocadas em visibilidade, desenvolve-se a ideia de que as mulheres, por exemplo, como forma de enfrentamento sempre presente na sociedade em não-raros fatos históricos, estando em diferentes níveis socioeconômicos e com intervenções as mais diversificadas também já intervieram no desenvolvimento econômico do país como “mão-de-obra barata”. Mulheres de classes populares muito participam e impulsionam movimentos contrários à necessidade de expansão e reprodução do capital para maior obtenção de lucros.

Bueno explica esse fenômeno, em que as

Mulheres de diferentes estratos sociais já intervieram no processo de desenvolvimento econômico do país como mão-de-obra barata – as das classes sociais populares não raro têm Estado presentes quando há necessidade do capital se reproduzir com mais lucratividade -, passaram pelo desemprego, ou não tiveram a experiência de trabalho além do doméstico. Pelo cooperativismo, muitas delas obtêm experiências no mundo do trabalho, ou reorientam suas vidas, assumindo compromissos seja com o sustento da família, seja participando do orçamento familiar, de um modo ou de outro, deixando a condição de coadjuvantes em relação aos homens (BUENO, 2001, p. 06).

Deste prisma, o cooperativismo é uma forma de *empoderar*⁹⁵ as mulheres e

⁹⁵ De acordo com Young (1993), “Empoderamento” – tradução de *empowerment*, definido não apenas como as pessoas adquirindo o controle sobre suas vidas, mas alternando as estruturas que reproduzem a subordinação das mulheres (apud MACHADO, 1999, p. 12).

possibilitar que tomem decisões em conjunto e tenham um novo controle sobre suas vidas. Com isso, a sociabilidade feminina transforma-se, muitas vezes com a integração de mais um elemento na sua já sobrecarregada dupla existência enquanto sujeito social, o que não é percebido como negativo e sim como necessário para a obtenção da igualdade de gênero em todas as esferas sociais. Neste plano, o *empoderamento* pode ser entendido como a possibilidade de nivelar desigualdades de forma a permitir que grupos com menor poder dentro da comunidade, seja em termos de classe, raça/etnia, *status* migratório ou gênero, tenham igualdade de expressão e suas perspectivas priorizadas (BUENO, 2001, p.08).

Obviamente, por si só, as cooperativas e empreendimentos autogestionários não garantem igualdade nas relações de opressões sociais. Por muito tempo, há a apropriação de vulnerabilidades relacionadas às diferenças para obtenção de vantagens e privilégios perante os grupos. Todavia, o poder de decisão, a coletividade e os preceitos de justiça social e igualdade contidas, ou ao menos, idealmente contidas nessas organizações, dão alguns “passos adiante” na relação interna de garantia de direitos, onde a discriminação não ocorre por diferenças e não se abrem brechas, por exemplo, no pagamento de menores salários quando relacionados a outros grupos, como no caso das mulheres no Brasil, que chegam a receber, em média, 20,5% a menos que os homens (IBGE, 2018).

Como agravante o fator etnia, homens brancos, em sistemas de produções convencionais, chegam a ganhar 63% a mais que as mulheres negras (além das taxas de desocupação ser em média 12% maiores quando comparadas a outros gêneros e etnias). Entre os homens, os homens brancos ganham em média 72,5% a mais que os negros, mas estes últimos ainda saem na frente quando comparados às mulheres negras (IBGE, 2018). Isso tudo levando em consideração o mesmo nível de instrução (ou grau de escolaridade) e exercício de funções e cargos (mesma atividade profissional).

De acordo com Bueno (2001), essa trajetória remete à primeira cooperativa do mundo, a *Rochdale*, em 1844, onde apenas uma mulher estava entre o pioneirismo juntamente a outros 28 trabalhadores homens: a tecelã em questão era Anne Tweedale, e, historicamente,

A consciência da condição da mulher opera como uma busca para o equilíbrio da sociedade, já que visa modificar este ciclo de submissão, que não é natural, e que ainda persiste em várias culturas e em períodos históricos distintos. Contudo, a nova ordem econômica mundial em que o Brasil aliou-se e enquadrou sua economia, reafirmou que contingentes expressivos das classes populares tivessem que sair do lar, do espaço doméstico, muitas sem experiência de trabalho externo, ou com experiências mercantis de trabalho traumático, em uma faixa etária elevada para os padrões do sistema, para auxiliar nos custos de manutenção ou ser a única fonte de renda de muitas famílias. O inusitado disso é a presença de mulheres de classe média, ingressando no cooperativismo em busca do aprendizado de mobilização coletiva e de uma reorientação social.

A presença dos representantes das duas camadas sociais no mesmo espaço público possibilita o surgimento de unidades identitárias para além da pluralidade apreendida

nos sete princípios básicos do cooperativismo, e é troca de experiências e conhecimentos daí decorrente que inova o planejamento e a execução do movimento que [...] feminizou-se (BUENO, 2001, p.28).

Nestes aspectos, apreende-se que, vez que, de acordo com a história, o capitalismo não tenha absorvido o potencial produtivo feminino, mas mantido culturalmente a valorização do trabalho doméstico e das relações que lhe dão origem e dele resultam (casamento, gestação, filhos, etc.), o trabalho das mulheres põe-se em vias de menor resistência e pouco prestígio, ou aqueles vistos como “inadequado” aos homens (BUENO, 2001, p. 31).

Este fenômeno de um grande número de mulheres no cooperativismo se observa, principalmente, naqueles trabalhos mais artesanais e de cuidados. Não se expressa majoritariamente na EcoSol como um todo, mas em algumas localidades a diferença em relação à composição de gênero se mostra bastante explicitamente.

Isso remete à questão do empoderamento feminino, discutida em muitas áreas da sociedade, que “se estende a poucas, senão raras Políticas Públicas de ações afirmativas, visando uma integração mais justa para os grupos em desvantagem social como as mulheres” e que atendem, com prioridade, às populações empobrecidas. “A feminização do cooperativismo expressa uma nova forma de relações econômicas e de poder, sem ser uma política direta de ação afirmativa, assemelha-se a esta pelo tipo de demanda social e pela composição de sua clientela”; podendo, portanto, ser sim uma forma de empoderar mulheres e colocar em suas pautas a “questão de gênero⁹⁶” (BUENO, 2001, p.34).

A constituição de cooperativas representa novas configurações nas experiências de trabalhadores e trabalhadoras, e sofrem com os impactos causados pela reestruturação econômica “que privilegia o capital financeiro e a tecnologia” (convencional) “em detrimento da participação ou da relevância humana, alijando da possibilidade do exercício da capacidade produtiva os que estiveram na dependência apenas do mundo do emprego formal”. Assim sendo, muitos temas de difícil debate nos moldes formais das formas de emprego no capitalismo passam a ter uma atenção especial dentro da EcoSol – “passam a ser alvo e a compor pautas voltadas à intervenção política e à modificação do *status quo*” (BUENO, 2001, p.42).

Quanto às mulheres, a resposta majoritariamente feminina a favor de experiências de gestão compartilhada, se deve à abertura de espaços de participação, ao caráter multicultural do cooperativismo e à sua organização em rede. A politização desse espaço, desde a sua instituição, é um diferencial no âmbito do trabalho, pois

96 Relacionado à questão não meramente físico-biológica, mas à construção social e subjetividade em “ser mulher, estar mulher e tornar-se mulher” – não se definindo apenas pelos órgãos genitais, mas tudo aquilo que está em sua composição enquanto relações sociais e os imbricamentos disso que dizem respeito às opressões sociais, grupos com necessidades de garantias de direitos diferenciados e a discriminação do gênero feminino.

reordena o significado político da ação sindical dado a representação se realizar de forma autônoma no conjunto de cada grupo, tal qual um fórum [ordenação horizontal]. Neste processo, o potencial cultural e produtivo feminino, antes relegado à segunda categoria no mundo do emprego e no das relações sociais, afirma-se sociopoliticamente (BUENO, p 43, 2001).

Assim sendo, não obstante a realidade francana, os EES tomam formas e assumem suas características também sob o prisma desta realidade: a grande composição de membros integrantes formada por mulheres seja nas cooperativas de produção artesanal, de triagem de resíduos sólidos ou na agricultura através do plantio, colheita e vendas de orgânicos.

4.3. Perspectivas e Desafios aos empreendimentos econômicos solidários, sob a ótica da análise dos dados

Ainda segundo o CadSol, o que chama atenção na análise do banco de dados proposta é o fato de todos os empreendimentos terem respondido que não se reconhecem nos princípios exigidos para a adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de receber o selo de Comércio Justo e Solidário e/ou a marca ECOS (Espaço de Comercialização Solidária). Uma possibilidade pesquisada apresentou-se posteriormente a análise destes princípios, que se listam:

- Princípio 1. Fortalecimento da democracia, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural;
- Princípio 2. Condições justas de produção, agregação de valor e comercialização;
- Princípio 3. Apoio ao desenvolvimento local em direção à sustentabilidade;
- Princípio 4. Respeito ao meio ambiente;
- Princípio 5. Respeito à diversidade e garantia de equidade e não discriminação;
- Princípio 6. Informação ao consumidor;
- Princípio 7. Integração dos elos da cadeia.

O que, não significa, necessariamente, que não se encaixam tão somente em um ou mais destes sete princípios, mas que, talvez, não cumpram com os critérios necessários ou não compreendam o cumprimento de tais exigências, que se baseiam, também, em: características do comércio justo e solidário; objetivos do comércio justo e solidário e

objetivos do sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS); identificação de participantes do SCJS de acordo com categorias de EES e parceiros colaboradores; análise de gestão e comissões gestoras; critérios de habilitação e permanência no SCJS; critérios de garantia organizacional e organizacionais progressivos; critérios da garantia relacional; avaliação e conformidade no CJS e, talvez o mais importante, o uso de selo de conformidade em organização, produtos e serviços.

Os grupos e empreendimentos que trabalham na perspectiva da Economia Solidária estão receosos. De acordo com empreendimentos, a certificação poderá estimular o aumento da produção, do consumo e incentivar a formação de cadeias produtivas de produtos e serviços em ES. Conforme a SESAMPE/RS (2014), a certificação contribuirá para definir quem realmente é do segmento. O processo para obtenção da certificação pode ocorrer por meio de auditorias externas aos empreendimentos ou comissões de avaliação formadas pelas organizações envolvidas (RIO GRANDE DO SUL, 2013). O processo de certificação poderá trazer empecilhos à comercialização dos produtos e serviços desenvolvidos pelos grupos de ES nos espaços públicos, já que para ser considerado um grupo é preciso no momento do cadastro informar no mínimo cinco membros participantes, e historicamente, a organização coletiva baseada nos princípios a Economia Solidária não necessariamente traduzem-se em formação e registro de empresas, com notas fiscais, pagando tributos ao governo (GUIMARÃES et al, 2014, p. 07).

A certificação dos empreendimentos remete a uma construção em nível nacional que iniciou no movimento da Economia Solidária, através, principalmente, do Fórum Nacional da EcoSol e a SENAES, e sendo palco de debate em diversas oportunidades dentro das esferas municipais, estaduais e federal. O selo da Economia Solidária é possibilitado caso os empreendimentos sigam uma série de pressupostos, que incluem o trabalho solidário, sustentabilidade socioambiental, a cooperação, atividade econômica e autogestão. “A existência de um selo para que os consumidores possam identificar a procedência do produto, contendo informações nutricionais e de prazo de validade, por exemplo,” e “estabelece uma relação de maior confiança ao consumidor que sabe o que está consumindo, principalmente quando se trata de gêneros alimentícios”.

O Ministério do Trabalho (2014) corrobora que o selo “informa o cidadão sobre a maneira como a mercadoria foi produzida e viabiliza o consumo consciente. É importante que o empreendimento utilize produtos e serviços da rede do comércio justo e solidário”, pois, dessa forma a cadeia produtiva de Economia Solidária será fortalecida.

No ano de 2014, esse tema foi posto pela SENAES na XXI Feira Internacional do Cooperativismo e X Feira Latino Americana de EcoSol, onde se refletem questões inerentes ao mundo do trabalho, comercialização e produção e os princípios que regem a EcoSol. “A partir de 2007, passou a ter abrangência Latino Americana com articulação Intercontinental.

Percebemos que há uma intencionalidade que o tema da certificação aconteça na América Latina” (BRASIL, 2014, p.07), ainda que os empreendimentos que atuam na perspectiva da Economia Solidária não estão de total acordo com tais questões, para que não se afirme como um processo de exclusão a empreendimentos que, por vezes, não sobreviveria caso as Políticas Públicas suprimissem ainda mais seu acesso, justamente por não adequar-se tão rapidamente a todos os pontos necessários à certificação para recebimento do selo de EcoSol.

Assim, concordamos com a citação que se segue:

Para que o processo de certificação dos empreendimentos seja, de fato, uma medida de garantia de direitos, e não apenas uma medida de controle por parte do Estado é necessário que os empreendimentos de Economia Solidária compreendam o que está acontecendo na parceria com os atores governamentais, e concordem com a certificação. Nacionalmente, o movimento está debatendo, e as mudanças poderão acontecer para qualificar o reconhecimento dos empreendimentos de Economia Solidária. O processo de certificação dos empreendimentos precisa ocorrer de tal modo que a ES não perca o caráter solidário do movimento. Os empreendimentos de Economia Solidária buscam na forma de organização coletiva, cooperativa, autogestionária, com valorização territorial, da cultura e do desenvolvimento local. Os trabalhadores que atuam na perspectiva da Economia Solidária acreditam e lutam para que a reinvenção da economia no modo de produção capitalista aconteça, e citam Cuba como país a ser seguido como exemplo⁹⁷. Com articulação dos diversos segmentos de movimentos sociais da classe trabalhadora, aliados a filosofia de uma economia social, através das práticas e vivências em Economia Solidária, podemos, talvez, ver o índice de pobreza e de exclusão social reduzido, para além dos programas de redistribuição de renda que temos no Brasil (e alguns países do mundo). A desigualdade social não deixará de existir nas sociedades capitalistas, pois ela é a sua base. A exploração do homem pelo homem acontece desde o início das relações sociais, mas o sistema capitalista tem na sua origem a produção e a reprodução da riqueza por meio dessa exploração intensificada, aliada a propriedade privada. Na era dos avanços tecnológicos e da globalização o sistema capitalista se fortalece cada vez mais a nível mundial. Então só teremos um mundo mais justo e menos desigual, quando outras formas de resistências à exploração humana pelo modo de produção capitalista forem desenvolvidas (BRASIL, 2014, p. 07).

Interessante ressaltar que, muitas vezes, os próprios membros dos empreendimentos não compreendem o que de fato se é todo esse movimento, há certas debilidades na prática da EcoSol em se tratando de toda uma construção social pautada em desigualdades e individualismos. Contudo, a partir da adequação da teoria e a relação dialética que essa necessita com a prática, faz-se jus a que os trabalhadores e trabalhadoras que estejam

⁹⁷ Cuba sempre está na mira das discussões por suas contradições substanciais. Apesar de perdurar com alguns preceitos desde a Revolução Cubana de 1959 pelo Movimento 26 de Julho liderado por Fidel Castro, e ser o único país considerado socialista da América, o país não desenvolveu sua indústria e, por isso, não produz itens essenciais básicos – ficando dependente de outros países para acesso a estes produtos. Ademais, quaisquer sanções que o país sofre por outros países, gera enormes dificuldades organizativas, pois acaba por estar literalmente ilhado em sua política. Ainda assim, apresenta os melhores dados acerca da escolaridade de sua população, a medicina cubana é reconhecida mundialmente e várias pesquisas são desenvolvidas em prol da população, assim como há grande participação da comunidade em ações culturais e acesso à políticas públicas de forma igualitária.

inseridos nessa relação, adquiram novas experiências e possam, assim, ter certa noção de uma outra forma de produzir, de comercializar e se relacionarem-se – para que, minimamente, haja certa discussão de outra forma de economia, e, quiçá, outra forma de sociedade em vista.

As iniciativas locais de organização coletiva do trabalho (ou auto-organização) necessitariam estar mais bem articuladas com os programas institucionais da Economia Solidária. Não por responsabilidade das organizações, mas, obviamente, encontrando-se em processos de um crescente desemprego e de formas informais de acesso ao trabalho e renda, a população mais atingida é aquela que é despossuída de outras fontes de sobrevivência. Portanto, acaba por aceitar as condições de subemprego, de baixas retiradas, de falta de estrutura, e talvez por falta de incentivos principalmente aos grupos informais, acabam por se tornarem estratégias que não garantem a possibilidade de transformação social nesse sentido.

“A cultura do autoemprego e do cooperativismo exige do Estado a conversão de serviços e financiamentos através de Políticas Públicas correlatas, sob pena destas experiências, enquanto práticas econômicas, não se sustentarem ao longo do tempo”. Isso demonstra os exemplos dos empreendimentos com alta rotatividade de sócios, com restrições acerca da visão da intencionalidade teórica dos empreendimentos solidários – seus valores, preceitos, objetivos – e

Atenta-se para o fato, considerada a realidade local, que os empreendimentos pesquisados, em sua maioria, possuem debilidades estruturais, muitas vezes ocasionadas por força de seu diminuto capital de giro, a baixa capacitação técnica de seus empreendedores, uma improvisada cadeia produtiva e de comercialização, e a dificuldade de acesso ao microcrédito, em especial, nos empreendimentos constituídos informalmente. Estas debilidades somadas a não convergência local das Políticas Públicas de fomento à atividade produtiva solidária e uma sólida educação cooperativa, refletem decisivamente no grau de maturidade e proliferação destes empreendimentos no município (NASCIMENTO, 2012, p.91).

Ainda que o tema da Economia Solidária possa gerar bastante interesse de compreensão dentro de uma realidade dinâmica, a multidimensionalidade de seus empreendimentos necessita de estudos sistematizados e baseados em experiências diversas, confrontando e enquadrando suas principais teorias, através de

Estudos empíricos sistematizados sobre as práticas de autogestão e cooperação vivenciadas nestas experiências. A falta de uma análise interna dos empreendimentos, a partir do seu momento de gênese à sua evolução posterior, dificulta a identificação dos fatores materiais, sociais e culturais que impulsionam os indivíduos a aderirem e, sobretudo, a permanecerem nessa empreitada (NASCIMENTO, 2012, p.91).

Atualmente, as ações que se encontram ativas relacionadas à experiência da Economia Solidária em Franca/SP, destacam-se através de dois grupos: a APOFRAN e a COOPERFRAN.

Os grupos artesanais, “Feira do quem faz” e “Rede Couro e Arte do Lixo ao Luxo” (que deram origem aos subgrupos Bonecas e Sonhos, Recicouro, e Voarte como parte de seu funcionamento mas com outras composições de produtores, extraídos, portanto, dos primeiros) , gestados pelo Fundo Social de Solidariedade municipal, encaixam-se em um projeto de capacitação para o trabalho e portanto não configuram organizações pautadas pela EcoSol enquanto política pública e seus princípios gestores de acordo com as normas e regulamentações vigentes. Eles também se correlacionam a uma realidade imbricada, dadas a sua informalidade, na dificuldade de comercialização de seus produtos e necessitam de crédito para aumentar a produção e melhorar sua infraestrutura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação produzida buscou analisar o papel do Estado historicamente, situando o recorte deste trabalho, que se deu entre os anos 1995 a 2016, para poder localizar a construção, implementação e efetivação das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, com foco na Economia Solidária e as especificidades dos empreendimentos econômicos solidários no município de Franca, interior de São Paulo.

Foram perpassadas questões ligadas à (re)democratização e as novas formas de participação através de mecanismos de controle social e a emergência dos chamados “novos movimentos sociais” (sem articulação operária e reais embates à estrutura capitalista), assim como a consolidação das políticas públicas e a reforma do Estado Brasileiro (combinando ajustes fiscais de influência neoliberal e a reforma administrativa da gestão pública). A metodologia utilizada foi a qualitativa, com a obtenção de informações por meio de Bancos de Dados oficiais (principalmente SIES e CADSOL), correlacionando teorias de autores clássicos e contemporâneos com o método materialista-histórico-dialético.

Foi feito um estudo das formas que o Estado assume para projetar interesses de classes, trazendo Mészáros (2009) com a discussão acerca da crise estrutural do capital e do sistema orgânico global; Ianni (1989) coloca o Estado não apenas como um mediador, mas como um elemento de preservação de uma classe sobre a outra; Novaes (2011) aborda a alienação capitalista, por meio do divórcio dos trabalhadores e seus meios de produção e Piketty (2004) referenda as desigualdades como irremediáveis no capitalismo – objetivando um círculo vicioso, onde a concentração de riqueza é cada vez maior e, em momentos de crise, há a ameaça de valores democráticos para imposição de austeridade social e manutenção de privilégios de classes.

Caracterizando os governos no século XXI, identificou-se o governo FHC com uma maior aproximação neoliberal, e o governo Lula com a focalização na pobreza, com programas voltados à transferência de renda e ampliação dos serviços socioassistenciais, assim como aqueles de reforma agrária (ainda que insuficientes) e de acesso à crédito (gerando um grande endividamento em massa). As políticas de proteção social não propiciam a cobertura necessária, ainda mais em se tratando de momentos em que a retirada de direitos é garantia para o crescimento e acumulação capitalistas.

A estruturação de um sistema público de emprego se deu a partir de 1964; e em 1988 houve o redesenho das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda (e todas as outras) e seu financiamento instituído por meio da criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Até 2003, o IPEA identificou mais de 30 programas, ações e serviços relacionados não apenas ao desemprego, mas também voltados à realocação e qualificação profissional, acesso a crédito e facilidades para empreendimentos de Economia Solidária. Neste ano também houve a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), situando a EcoSol enquanto política pública (ainda que sem fontes de financiamento definida) ligada ao extinto Ministério do Trabalho e Emprego e, atualmente, também extinta – todavia, permanece a política pública, seguem suas práticas e alguns avanços relacionados à aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária e Sistema Nacional de Economia Solidária em 2019 (que deverá seguir para aprovação no Senado Federal).

O capitalismo sobreviveu a muitas crises, superando alguns obstáculos e fortalecendo sua manutenção. Todavia, apareciam de forma cíclica, e a força econômica imposta pelo capital as faz repetir e não conseguir resolver-se em definitivo. O ponto ao qual se encontra é que não se pode prosseguir destruindo após tantos séculos (em acordo com a visão de Mézàros expressa neste trabalho), uma vez que a competição, as pressões comerciais, e a extensão que isso causa em terrenos políticos, não mais é possível sem a produção destrutiva, até mesmo no que diz respeito às relações sociais.

Colocando as superações sempre em detrimento da relação capital-trabalho, onde as formas de obtenção de lucro atingem diretamente a expropriação e (super)exploração da força de trabalho, nota-se cada vez mais o emprego sofrendo alterações, através de sua crescente precariedade, flexibilização e a busca por novas formas de sobrevivência. Há ainda grande parcela de trabalhadores que não conseguem adentrar nem mesmo as formas mais precárias de trabalho. Isso imerso na teoria do desemprego estrutural, que acompanha todo esse cenário.

Desta forma, a Economia Solidária se coloca enquanto uma destas alternativas, que visa não apenas a manutenção de formas de trabalho e renda, mas o questionamento, até certo ponto, das estruturas capitalistas, absorvendo em suas práticas tentativas de humanização e realização de atividades substanciais relacionadas à produção, comercialização e consumo consciente, com princípios de justiça, igualdade, cooperação e sustentabilidade (social e ambiental). De acordo com Singer, essa reabsorção de trabalhadores como alternativa de trabalho e geração de renda movimentou 1% do PIB Nacional, e suas práticas

foram identificadas em organizações coletivas como resposta à pobreza já no início do século XIX.

No Brasil, as primeiras práticas ocorreram em meados dos anos 1970, e em 1980 os trabalhadores passam a assumir a produção de fábricas falidas. Uma importante experiência foi a fábrica Markeli, localizada em Franca/SP, que funcionou sob gestão operária durante dois anos e seu pioneirismo influenciou a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

Ainda que compreendida a importância da busca imediata por manutenção de postos de trabalho e formas alternativas de participação na vida produtiva, seja ela rentável, como uma verdadeira jornada à sobrevivência, e compreendida também as contradições intrínsecas a um modelo capitalista de sociedade que se compõem substancialmente pela exploração, expropriação e extração de mais valia, a Economia Solidária situa-se em marcos de um movimento que se organiza para manter certa sustentação, garantindo à classe trabalhadora formas de trabalho mais próximas àquelas práticas que o socialismo, enquanto alternativa real à destrutividade do homem e natureza, pressupõe em suas teorias, como colocam seus principais expoentes teóricos.

Próximas, aqui expressas, no sentido de poder oferecer espaços de experiências históricas e práticas de trabalho cooperado, de autogestão, e de tomada de meios de produção (como em casos de ocupação/recuperação de fábricas), onde a classe trabalhadora toma em suas mãos produção e serviços de maneira a realizar-se sem a presença de um patrão, e de maneiras mais ou menos horizontais, dividindo seus lucros não de modo a gerar acúmulo de capital – mas dividindo entre seus trabalhadores, tanto o trabalho quanto sua rentabilidade, e voltando às suas necessidades, os excedentes, de forma coletiva – que são identificados a partir das quotas-partes.

Ainda que algumas práticas se apropriem destas ideias, desvirtuando estes preceitos de modo a garantir privilégios de mentores e pequenos grupos, se fazendo passar por cooperativas que na verdade não excluem a busca incessante pelo lucro e acumulação capitalista, quando observadas práticas de acordo com o que propõe o modelo da Economia Solidária, nota-se que há possibilidades de experiências menos alienantes, com maior rotatividade nas atividades e participação ativa, assim como maior proximidade com a igualdade entre seus associados, de acordo com as necessidades de cada setor.

Todavia, imersos em um modelo societário de desigualdades e exploração, muitos exemplos são capitulados para se manterem nessa lógica, e a Economia Solidária não poderia

responder enquanto uma ruptura completa deste ideário, por fora de uma estrutura que se manifesta em todos os aspectos da vida social, econômica, política e cultural – podendo, inclusive, estabelecer-se em relações de auto-exploração.

Práticas “alternativas” não poderiam sobreviver em um mundo onde a desumanização é regra e a alienação parte constitutiva. Por mais que possam possibilitar horizontes de experiências significativas ao avanço da consciência de classe, não romper com o sistema do capital não exclui destes empreendimentos as relações e mediações a qual os trabalhadores estão submetidos. São cooptadas e funcionais para a manutenção do mesmo.

Dentre a discussão das Tecnologias Sociais, ressaltou-se a importância da articulação destes produtos, método ou técnica com a Economia Solidária, que trabalham no sentido de responder a necessidades sociais ampliando a inclusão social, com utilização de recursos sustentáveis, conhecimento e adaptação dos processos de acordo com as realidades locais, e atendendo quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social, e de forma alguma descartando a importância da mobilização em prol da ampliação do fomento e financiamento público municipal, estatal e nacional.

O caso dos empreendimentos econômicos solidários de Franca/SP não se põe diferentemente; dependem, portanto, de mais estruturação e apoio/fomento e acesso às Políticas Públicas. Os governos municipais, até onde analisados, não se propuseram ou não colocaram em suas pautas as necessidades destes empreendimentos – em máxima, apresentaram propostas acerca de práticas de empreendedorismo, abarcando em itens bastantes específicos a questão do incentivo ao cooperativismo, deixando de lado os grupos informais (como expressos na maior parte dos EES apresentados nesta dissertação, com base ao banco de dados nacional).

Segundo o mapeamento de 2013, foram identificados oito EES em Franca, sendo apenas uma cooperativa e uma associação formalmente constituídas. Também, a existência do Fórum Permanente de Desenvolvimento Social, com capacitação e espaço aberto à discussão, que estabeleceu o Fussol como articulador das ações associativas municipais. Três dos EES apresentam necessidade de financiamento e nenhum deles possui o Selo de Economia Solidária, ainda que tenham a declaração de EES. Os grupos informais estão mais distantes dos moldes da EcoSol e até mesmo da possibilidade de acessar políticas de financiamento de crédito, assim como falta de estabilidade nos ganhos econômicos e sociais, como um movimento geral no país que exige a criação de marcos jurídicos para que beneficiem os

grupos informais, até mesmo para fins de emissão de notas fiscais e sistemas tributários e previdenciários.

Nenhum dos EES locais se reconhece nos princípios exigidos para recebimento do Selo do Comércio Justo e Solidário ou marca de Espaço de Comercialização Solidária, que informam a procedência e garantem a qualidade de produtos, serviços e comércio. Para este recebimento, é preciso encaixar-se em sete princípios; o que não significa que os EES não estejam de acordo, mas que talvez haja uma grande burocratização para obter acesso ao selo (como demonstrado em discussões a nível nacional). Os EES necessitam de maior articulação com o movimento de EcoSol e as políticas institucionais, maior informação sobre os benefícios da rede solidária para não-aceitação de condições de subemprego, baixas retiradas e falta de estrutura além de não-garantia de direitos.

A maior parte dos EES opta por decisões coletivas por meio de conselhos ou assembleias, e todos mantêm regularidade nas reuniões deliberativas. Os EES locais possuem debilidades estruturais, baixa capacitação, improvisada cadeia de comercialização e produção. Soma-se a isso uma quase nula ação de fomento a essas organizações pelos governos do município, assim como à educação cooperada, que impede a maturidade e a proliferação destes EES. Há debilidades em relação à prática coletiva, posto o movimento contraditório entre dependência versus autonomia deste tipo de organização, em acordo com Nascimento (2012).

O acesso aos financiamentos dos empreendimentos francanos se deu com o apoio da universidade pública local, pela ITCP, possibilitando aquisição de equipamentos apenas à cooperativa formalmente/juridicamente instituída (por meio do PRONINC), e às capacitações e orientações possibilitadas por grupos interessados no auxílio acerca do funcionamento dos demais coletivos; assim como a maioria dos empreendimentos estarem ligados a ações de cunho assistencialista por parte do Fundo Social de Solidariedade. Portanto, nota-se uma falta de implementação de Políticas Públicas voltadas a este setor em âmbito municipal, que corresponda às suas necessidades e, simbioticamente, às necessidades de criação de “alternativas” nas formas de trabalho, emprego e geração de renda da economia local.

Há a possibilidade de atenção especial ao debate de alguns temas que não são identificados nos moldes de empregos formais, com potencial criativo que, se aliado com segmentos e movimentos da classe trabalhadora e filosofias da economia social com práticas e vivências em EcoSol, poderia reduzir o índice de pobreza e de exclusão social para além de programas de transferência de renda. Também, enquanto possibilidade enquanto experiência

concreta para experiências relacionadas a um modelo produtivo mais justo, sustentável, democrático-participativo, em prol das igualdades, mas que não consegue avançar no sentido de romper com uma ordem global, por fora do movimento operário e dependente de políticas institucionais e de fomento a qual devem estabelecer uma relação de subordinação.

Identificaram-se duas nuances importantes de reflexão na dissertação desenvolvida. A primeira refere-se à estruturação dos empreendimentos solidários de Franca/SP em torno das facilitações para o comércio, o que, diferentemente do que apregoa a organização de coletivos de trabalhadores autogestionários, não houve o imperativo da criação ou manutenção dos postos de trabalho, mas sim uma lógica de possibilidade concreta para trazer benefícios no quesito comercialização. A segunda foi a identificação dos membros-sócios terem em sua composição majoritária as mulheres (74%), em acordo com os dados da crescente da mão-de-obra feminina nos empreendimentos brasileiros, que em sua totalidade também são compostos por esta categoria. Sendo assim, possibilitou um debate acerca da crescente feminização do cooperativismo e as perspectivas que podem trazer a esta categoria, assim como em relação a outros grupos considerados vulneráveis historicamente e que podem ter a possibilidade de uma participação mais igualitária nesse tipo de organização; com voz ativa, igualdade salarial e que propicie, autonomia e inclusão social.

A tentativa deste trabalho foi, justamente, situar o movimento da Economia Solidária, através de autores que abarcam esta temática com alusões às práticas estabelecidas e idealizadas, assim como o norte dado pela política pública brasileira. Posteriormente, em um exercício dialético, pontuar críticas tecidas por autores que casam a teoria marxista com esta perspectiva, e assim, situar a teoria do Estado e alguns apontamentos acerca do capitalismo e a relação capital-trabalho.

Assim, buscou-se deixar algumas reflexões que trazem apontamentos ao conjunto da classe trabalhadora e suas formas organizativas, no caso, em práticas pensadas como alternativas dentro de uma estrutura impactada por mediações, circunscritas na totalidade, que podem ser arrazoadas enquanto meios importantes de experiências práticas, mas que se importem em cunhar uma práxis de reflexão-ação na lógica materialista histórico-dialética e a necessidade de rompimento das bases do capital, na construção de uma superação por completa, de forma emancipatória, que ainda nos é dada como *em aberto*.

Alguns apontamentos são necessários quanto à metodologia abordada na pesquisa. Apesar da concretude possibilitada com a obtenção das análises em bancos de dados oficiais, as entrevistas com os membros-sócios dos empreendimentos poderá ser um próximo caminho

a percorrer para responder questões que surgiram no desenvolvimento do trabalho – como, por exemplo, o que os próprios coletivos identificam ser necessário para a efetivação e maior fomento em âmbito local e como, efetivamente, as organizações se relacionam para que este apoio público dos governos que estão sob mandato eleitoral torne-se Política Pública e não dependam de vontades externas. Também, para compreender melhor os entendimentos dos membros dos empreendimentos ainda ativos a respeito da Economia Solidária.

A análise das legislações municipais que referem o cooperativismo em conjunto ao microempreendedorismo faz parte de um movimento geral de trazer responsabilizações às auto-organizações que deveriam estar funcionando sob a égide de garantia de direito ao trabalho, e uma importante Política Pública para geração de renda e movimentação da economia local como uma função social coletiva. Tais lacunas poderiam ser as bases e o alicerce para ações concretas de alternativa ao desemprego e ateo da sustentabilidade econômica, social e ambiental, ao mesmo tempo em que serviriam aos trabalhadores e trabalhadoras como experiência política e de avanço para consciência de classe.

É necessário refletir a relação orgânica da Economia Solidária em termos de “Brasil” com os empreendimentos locais, às ações voltadas a este setor ou se estes trabalhadores e trabalhadoras se encontram a reveria de uma política local insuficiente e no bojo de uma sociedade competitiva que engole todos os tipos de alternativas produtivas que visem um caráter mais humanizador e atento às demandas sociais, culturais, ambientais – em contraponto à visão de valores meramente lucrativos e exploratórios de sobrevivência e acumulação em nome do capital. Que não aceita, portanto, a coletivização dos meios de produção se este puder representar uma ameaça às experiências mais próximas a uma democracia participativa, de solidariedade.

Portanto, concluímos que a Economia Solidária, apesar de se apresentar como uma Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda que responda a necessidades sociais, não dá conta de uma totalidade submergida em desigualdades sociais e econômicas tão extremas. Ou ela se vincula a embates reais às estruturas do capital como forma de experiências de organização coletiva, onde o trabalhador “toma em suas mãos os meios de produção”, conjuntamente com o operariado, ou estará fadada à funcionalidade capitalista de ser uma “alternativa” dentro de um sistema que não garantirá a todos relações mais justas e igualitárias. Assim, prendendo-se em seu próprio funcionamento e dependente de fomentos públicos que acabam por cercear formas organizativas mais maduras e entrar em um círculo

assistencialista sem perceber e sem apropriar-se efetivamente das políticas públicas em prol da construção nova ordem societária – em um movimento espiral.

O que, em verdade, diz respeito ao próprio movimento das coisas em nossa sociedade, onde os direitos dos cidadãos são cada vez mais sucateados e as Políticas Públicas sofrem cada vez mais ataques por parte do próprio Estado com o avanço neoliberal, que trabalha tanto a questão da economia quanto à da cultura do empreendedorismo e do não-direito. O avanço e a perpetuação da precariedade moderna desabam no tempo como uma espécie de emblema do Capital sobre determinada classe. Esse trabalho também intenta-se denunciante da degradação das Políticas Públicas e da sanção de espaços coletivos em forma de corporativismos e conciliação em acordos realizados pelos próprios movimentos e sindicatos representantes da classe trabalhadora.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, H. **Um duro combate aos que buscam suavizar a barbárie**. Apresentação. In: Economia Solidária: Elementos para uma crítica marxista. Ed. São Paulo, Gramma, 2007.

ABRUCIO, F. L. **O impacto do modelo gerencial na administração pública**: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. 52 p. Cadernos ENAP; n. 10. Título II. 52 p. Brasília, 1997.

ALCKMIN, G. **Plano de Governo**. Propostas eleições de 2014 para o governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://tucano.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Plano_de_governo_Alckmin.pdf>. Acesso em: <31 jul. 2017>.

ALVES DA SILVA, J. L.; SILVA, S. I. R. **A Economia Solidária como base do desenvolvimento local**. In: MARTINS, Catarina; et al. (Org.). E-cadernos CES, nº 02: Novos mapas para as ciências sociais e humanas. Eixo I - Governação e Dinâmicas Sociais Contemporâneas, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ARAÚJO, J. P. **Privatizações**: Entre 1994/2002 125 estatais vendidas por US\$ 105,553 bilhões. Não às privatizações! In: Além d'arena, sem sair do ciclo. SP: 7 de ago. de 2013, Fundação Perseu Abramo.

BAHIA, E. da **Lei nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária.

BARBOSA, R. N. de C. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto de desregulamentação do trabalho. P 121-168. In: **Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda no Brasil contemporâneo**. Org. Maria Ozanira da Silva e Silva e Maria Carmelita Yazbek. 3 Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

BARROS, S. A.; SILVA, A. J. M. **Primeiro damismo no Brasil**: as inflexões do patrimonialismo na política pública de assistência social. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Realizada em 25-28 de agosto de 2015. Universidade Federal do Maranhão.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

_____, A. **O Brasil Privatizado II**: o assalto das privatizações continua. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

BRASIL. P. da R. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. M. do T. e E. **Portaria nº 1780 de 19 de Novembro de 2014**. Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL.

_____. M. do T. e E. Conselho nacional de Economia Solidária **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUNO, M.; CAFFÉ, R. **Estado e financeirização no Brasil**: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 1025-1062, dez. 2017

BRESSER-PEREIRA, L. C B. **Reforma do Estado nos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1, 1997

CARDOSO, F. H. **Social-democracia**: O que é, o que propõe para o Brasil. 1ª edição São Paulo, março de 1990. Documento elaborado pelo escritório político do senador Fernando Henrique Cardoso sob a coordenação de Eduardo Graeff. São Paulo – SP, 1990.

CEOLIN, G. F. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014

CONTI, F. **Internet das coisas, ou das pessoas?** O papel do software livre para o futuro de todos (os) nós. Linha “O ato de compartilhar”. FISL17: 17º Fórum Internacional Software Livre: A Tecnologia que Liberta! 13 a 16 de julho de 2016, PUC/RS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.ufpa.br/dicas/pdf/compart.odp.pdf>>. Acesso em <30 mai. 2018>.

CORNELIAN, A. R. **A Concepção de “Economia Solidária” em Paul Singer**: Descompassos, Contradições e Perspectivas. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2006.

CORREIA, I. C.a M. **Economia Solidária**: a perspectiva do direito e a participação do Serviço Social. IV ETIC – Encontro Nacional de Iniciação Científica, III Encontro de Extensão Universitária UNITOLEDO. Vol. 4, nº 4, Presidente Prudente, 2008.

COSTA, F. L. **Brasil**: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. RAP — Rio De Janeiro 42(5):829-74, Set/Out. 2008.

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A. H.; TINDADE, M. **Economia Solidária no Brasil e a Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo : Todos os Bichos, 2010. 120 pp.

DAGNINO, R. Gestão Social e Gestão Pública: interfaces, delimitações e uma proposta (p. 339 – 406). In: **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e Políticas Públicas da Economia Solidária. Vol. 1, Org: BENINI, Édi A. et al. 1ª Ed. Outras Expressões: São Paulo, 2011.

_____, R. **Em direção a uma teoria crítica da tecnologia**. In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino; colaboradores Bagattolli, Carolina. [et al.] . Campinas,SP.: IG/UNICAMP, 2009.

DIAS, R.; NOVAES, H. T. **Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social**. In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino; colaboradores Bagattoli, Carolina. [et al.] . Campinas, SP.: IG/UNICAMP, 2009.

ELPAÍS, B. **2017: o ano do maior aumento de bilionários da história**. Jornal online. Publicado por Marina Rossi, São Paulo, em 22 jan. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/17/economia/1516220669_272331.html>. Acesso em <28 mai. 2018>.

_____, B. **Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre**. Jornal online. Publicado por Marina Rossi, São Paulo, em 25 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html>. Acesso em: <28 mai 2018>.

FAJARDO, R. de C. A.; BENTO, P. E. G.. **Empreendimentos Solidários e Política Pública: Avanços e Desafios na Vivência da Autogestão**. In: Congresso de pesquisadores de Economia Solidária, 1, 2015, São Carlos. Anais Sociedade Civil e Políticas Públicas. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências do Homem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

_____, M. S. **...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa?** Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Markeli Calçados. Dissertação, UFSC. Santa Catarina, 1997. Programa de pós-graduação em Administração. Orientador Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira.

FARIA, M. S.; MACDONALD, J. B. **Fábricas Recuperadas na América Latina e Além: uma questão para hoje e amanhã?** MPOGA, João Pessoa, v.1, n.1, p. 48-68, 2012.

FARIZA, I. **1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta**: Desigualdade aumentou desde da crise de 2008 e chega ao ápice em 2015. El País, Madrid. Publicado em 18 out. 2015. Acesso em 10 jul. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html>

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRANCA, M. **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar da região de Franca-SP**. CANUTO, J. C.; CAMARGO, R. C. R. de Embrapa Meio Ambiente. Fórum de apresentação de resultados de pesquisa: avanços e oportunidades. 23 de setembro de 2014, Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna/SP.

_____. **Fórum permanente de desenvolvimento da cidade de Franca** “Compartilhando Ideias e Somando Ações para o Desenvolvimento de Franca”. Documento oficial de registros elaborado por SEBRAE, Prefeitura Municipal e UniFACEF. Junho de 2010.

GENNARI, A. M. **Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil**, p. 21 – 46. In: Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e Políticas Públicas da Economia Solidária. Vol. 1, Org: BENINI, Édi A. et al. 1ª Ed. Outras Expressões: São Paulo, 2011.

GOUGH, I. **Economia Política del Estado de Bienestar**, Madri, 1982, H. Blume Ediciones.

GUIMARÃES, G. T. D.; et. al. . **Selo de certificação da Economia Solidária no RS**: quais as implicações aos empreendimentos de Economia Solidária? III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política. UFP-RS, 2014.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. L&PM, 1980.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2 ed. Loyola: São Paulo, 2003.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2 e. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEITE, K. **Comentários sobre o Estado de bem-estar social e sua (in)existência no Brasil**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000086, 21/07/2016.

LIMA, J. L. C.. **Banco palmas e Políticas Públicas no conjunto palmeiras: um estudo sobre o desenvolvimento humano sustentável e o trabalho solidário** (1998-2002). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual do Ceará (UECE), Centros de Humanidades (CH) e de Estudos Sociais Aplicados (CESA), para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas sob orientação do Profº Doutor Francisco Josênio Camelo Parente. Universidade Estadual do Ceará Fortaleza – 2003.

MARTINS, L. H. **Reflexões Sobre um Acontecimento Social na Área Fabril**. A Experiência Autogestionária da Markeli. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto, São Paulo: Cortez, 1998.

_____, K. H.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: Fierbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Martin&Claret: São Paulo, 2006.

MARX, K. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____, K. **O capital**: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____, K. **O capital: crítica da economia política**, livro 3: o processo global de produção capitalista; São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política.**, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, v. XXXV).

MEDEIROS, M. I. G.; et all. **Estrutura organizacional e modelo de gestão: uma análise no instituto federal sul-rio-grandense– IFSUL**. II Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul – II Congresso Internacional IGLU – “Gestão Universitária, Cooperação Internacional e compromisso social”, Florianópolis, 7 a 9 de dezembro de 2011.

MENEZES, M. T. C. G. de. **Economia Solidária: Elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Crise estrutural do Capital**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2009.

_____, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____, I. **Para além do capital : rumo a uma teoria da transição**; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo :Boitempo, 2011.

_____, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. (trad. Ester Vaisman), São Paulo, Boitempo, 2008.

MILIBAND, R. **O Estado na Sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

NAVARRO, V. L. **Trabalho e Trabalhadores do Calçado: a indústria calçadista de Franca (SP) – das origens artesanais à reestruturação produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 3ª ed. Ampliada, 2001.

NASCIMENTO, L. C. **Empreendimentos econômicos solidários como alternativa ao desenvolvimento no município de Franca/SP**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado Interdisciplinar do Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Orientadora: Profa. Dra. Carla Aparecida Arena Ventura Franca 2012.

NOVAES, H. T. **O retorno do Caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. 1 Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. 224p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Os números da Reforma Agrária do Governo Lula**. Ática: São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2007/02/os-numeros-da-reforma-agraria-do-governo-lula/>>. Acesso em: <14 jun. 2019>.

OLIVEIRA, T. F. B. N. de. **Uma nova ofensiva do capital? Impactos do Neoliberalismo e da reestruturação produtiva na ação sindical e no setor calçadistas de Franca**. Tese (Doutorado

em História). Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Orientador: Pedro Geraldo Tosi. [s.n], 2013. 260f.

PALUDO, A. V. **Administração Pública para Auditor fiscal da receita federal e auditor fiscal do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PASTORINI, A. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo, Cortez, Questões de Nossa Época nº 109, 2004

PAULA, A. P. P. **Administração pública brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social**. RAE (Revista Administração de Empresas) – Debate, vol. 15, n.1. CEPEAD-UFMG – Belo Horizonte, 2005.

PENA, F. **Recorde de lucros dos banqueiros e endividamento dos trabalhadores**: legados de Lula. Esquerda Diário: Rio de Janeiro, 2017. Jornal Online, Rede Internacional. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Recorde-de-lucros-dos-banqueiros-e-endividamento-dos-trabalhadores-legados-de-Lula>>. Acesso em: <14 jun. 2019>.

PIETRO, M. S. Di. **Direito Administrativo**. 15.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?** RAP — Rio de Janeiro 43(6), nov./dez. 2009.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINASSI, M. O. **Da Miséria ideológica à crise do capital** – uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

RBA, Rede Brasil Atual. **Singer: 'Economia Solidária é o rompimento da desigualdade gerada pelo capitalismo'**. Publicado 23/10/2015 14h14, última modificação 23/10/2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/10/singer-economia-solidaria-e-o-rompimento-da-desigualdade-gerada-pelo-capitalismo-9886.html>>. Acesso em: <26 jul. 2017>.

REIS, T.; RAMALHO, R.. G1, 30/03/2015 13h05 - Atualizado em 30/03/2015 . **Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018** - No 1º mandato, foram 107 mil; nova presidente do Incra tomou posse. Para CPT, há retrocesso e abandono da reforma agrária; governo nega. São Paulo e em Brasília. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>>. Acesso em <14 jun. 2019>.

RIBEIRO, M. **O lugar da Economia Solidária no atual governo**. Revista Conexão Planeta, publicado em jan. 2019.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. **Privatizações no Brasil**: a desnacionalização e a financeirização (de Collor ao primeiro governo FHC) 1 Privatizações no Brasil: a desnacionalização e a financeirização (de Collor ao primeiro governo FHC). XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, 28, 29 e 30 de agosto de 2017. Associação brasileira de pesquisadores em história econômica.

SARTURI, C. A. **Os modelos de Administração Pública:** patrimonialista, burocrática e gerencial. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 21 maio 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43523&seo=1>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, P. **Políticas Públicas da secretaria nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. In: IPEA - Economia Solidária e Políticas Públicas. Eixo Mercado de trabalho. Nº 39. Mai. 2009.

SILVA, J. F. S. da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** 2010. 210 f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2010.

_____, J. F. S. **Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil:** apontamentos para o debate. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 99 – 125.

UNISOL, B. **Desafios e perspectivas da Economia Solidária no Estado de São Paulo**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2012/01/ato_debate_folder1.pdf> Acesso em: <27 jul. 2017>.

VARGAS, N. (1985). **Gênese e difusão do taylorismo no Brasil**. Revista Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Anpocs/Cortez.

VASCO, S. **Cortes orçamentários prejudicam futuro do país**. 7 ago 2018. Agência Senado, acesso em <15 de out. 2018>. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/07/cortes-orcamentarios-prejudicam-futuro-do-pais-avaliam-convidados>>.

VIANA, N. **Naturalização e desnaturalização:** o dilema da negação prático-crítica. Revista Espaço Livre. Vol. 8, num. 15, jan. jun./2013, p. 72 – 81.

_____, N. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

YAZBEK, M. C. **Estado e Políticas Sociais**. São Paulo, Ed. Cortez. 2007, 6ª ed.